Oposição na CNTI: Os trabalhadores exigem Anistia e Constituinte.
(Pág. 4)

EM TEMPO
SEMANÁRIO NACIONAL — Cr$ 10,00 — NÚMERO 23 — 7/13 DE AGOSTO DE 1978

ATENTADOS E SAQUES EM CURITIBA E BELO HORIZONTE:

TERROR DE DIREITA CONTINUA IMPUNE

Uma semana depois que os comandos terroristas de extrema direita GAC e MAC arrombaram e saquearam a sucursal de EM TEMPO, em Belo Horizonte, o governo não tomou ainda nenhuma iniciativa para apurar os episódios e punir os responsáveis. O atentado ocorreu três dias após a invasão da sucursal de Curitiba, onde o CCC identificou-se como "Ala Os 233", numa referência direta ao listão de policiais e militares acusados como torturadores por presos políticos, que este semanário divulgou. Em Minas, os organismos para-militares perseguem constantemente o Movimento Estudantil e o Movimento Feminino pela Anistia, com espancamento, bomba, ameaça, bloqueio de correspondência, entre outras violências.

(Págs. 6 e 7.)

Bahia: o campo já não é mais aquele.

(Pág. 12)

Darcy Ribeiro bota em xeque a máquina da educação

(Pág. 8)

Ceramistas: passeata e greve na "grande" Itu.

O movimento grevista alcança o interior de São Paulo. Em Itú, cidade conhecida pelos seus "recordes", 1700 ceramistas de 28 empresas pararam o serviço, exigindo 34% de aumento. Um depoimento colhido lá: "trabalho que nem camelo e não ganho nada, tenho 13 anos, não sou puxa-saco, e já tô fazendo greve, sim sinhô", disse um garoto. A reportagem está na pág. 5.

Agilberto C. Lima

Aborto: quem respeita a proibição?

(Pág. 8)

Loteamentos clandestinos em São Paulo

(Pág. 11)

Conjuntura: a Frente na encruzilhada.

(Pág. 3)

As condições da medicina

Durante o recente movimento dos médicos residentes, no Rio, vieram à luz muitos dados sobre diversos setores da área de Saúde. É o caso, por exemplo, dos que os bolsistas da DINSAM - Divisão Nacional de Saúde Mental, divulgaram. Submetidos à uma forma de exploração de mão-de-obra barata, que o governo chama de "bolsa de Saúde Mental", alguns deles têm 2 anos de trabalho, mas sem direito a férias, 13º, reajustes, adicional noturno ou insalubridade. Eles querem esse vínculo que a própria lei obriga, a criação de uma residência oficializada e de grupos de trabalho que planejassem um melhor atendimento à população.

Escreveram isso num documento, mas a única resposta que obtiveram foi a demissão dos 3 médicos que primeiro botaram a boca no trombone e logo depois, a dispensa coletiva (eram cerca de 80 bolsistas). Eis o resumo dos dados que caracterizam o subatendimento:

Colônia Juliano Moreira - 3.274 pacientes internados para 20 médicos (outros 7 têm cargo de chefia, sem prática assistencial), 3 assistentes sociais, 8 enfermeiros contratados. Ou seja: 1 médico para cada 163 pacientes. 36 bolsistas (21 médicos e 15 assistentes sociais);

Hospital Pinel - 140 consultas diárias (metade nos ambulatórios de crise e pronto-socorro) para 7 médicos, 6 assistentes sociais, 1 enfermeiro contratado e 1 psicólogo (há 9 médicos em cargos de chefia) a coordenação dos estágios está na mão dos bolsistas;

Hospital Gustavo Riedel - 148 leitos, 120 consultas por dia, 7 médicos, 2 assistentes sociais e 1 enfermeiro diplomado. Na enfermaria, nenhum médico efetivo;

Hospital de Neuro-psiquiatria Infantil - 70 leitos e 60 consultas de ambulatório por dia a cargo de 6 médicos (um em cargo de chefia), 1 assistente social e 1 psicóloga (ocupando o cargo de agente administrativa);

Pavilhão de adolescentes, Centro Psiquiátrico Pedro II - não funciona por falta de pessoal;

Instituto Psiquiátrico Adauto Botelho - 4 médicos contratados e 3 assistentes sociais cuidando de 400 leitos;

Hospital Odilon Galloti - 2 médicos cuidando de 160 leitos ocupados (são 400, no total) e atendento à demanda ambulatorial: 30 consultas por dia;

Manicômio Judiciário Heitor Carrilho - 7 médicos para 198 pacientes; os internos não têm nenhuma assistência. **(Leila Assumpção)**

Paralisação bancária

O movimento por melhores salários e condições de trabalho atingiu agora o setor bancário. No dia 24 de junho, em assembléia no Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, os setores de vigilância e almoxarifado da BANESER - empresa locadora de mão-de-obra do BANESPA - resolveram paralisar seus trabalhos. Embora de modo incipiente, a efetivação desta greve é decorrência de um processo de mobilização dos empregados da BANESER em torno de suas reivindicações. Já no dia 6 de julho, os trabalhadores da empresa realizaram a sua primeira reunião, quando encaminharam ao Sindicato dos Bancários suas reivindicações, dando prazo até o dia 20 para que estas fossem atendidas.

Os trabalhadores que se encontram registrados na BANESER, e que trabalham para o BANESPA, exigem o enquadramento de todos no quadro de funcionários do banco, já que assim passariam a gozar de todos os direitos previstos no regimento trabalhista da categoria: jornada de 6 horas e semana de 5 dias; gratificação de função aos chefes; reajuste salarial a partir de 1º de setembro de cada ano; salário mínimo de ingresso; gratificação semestrais e outros. Além disso, os trabalhadores exigem imediato aumento salarial para todas as categorias.

No dia 20, prazo estabelecido pelos trabalhadores para que o BANESPA respondesse a suas reivindicações, a diretoria do banco pagou juntamente com o salário normal, uma gratificação de um salário e meio a todos os funcionários da BANESER. Esta gratificação - semestral - é dada aos funcionários do BANESPA; os funcionários da BANESER nunca a haviam recebido, já que, como funcionários de uma locadora de mão-de-obra - embora trabalhem para o Banco - eles não tem acesso aos direitos trabalhistas reconhecidos no Regimento Interno do banco. São do quadro de funcionários da empresa os eletricistas, pintores, mecânicos, digitadores de computador, pedreiros, limpeza e cozinha. No total, cerca de 3 mil funcionários.

Conforme denúncia dos trabalhadores da locadora, essa gratificação tinha como objetivo principal, esvaziar o movimento. Em resposta, marcaram nova Assembléia para o dia 24, onde se discutiria a gratificação e o não atendimento de suas reivindicações.

Como a empresa não atendeu às suas exigências, a paralisação foi decretada. Combinou-se que no dia seguinte todos iriam a seus locais de trabalho, marcariam o cartão de ponto e sairiam, dirigindo-se para o Sindicato. Foi aí, que a diretoria da BANESER, com o evidente propósito de intimidar os trabalhadores, ameaçou dispensar todos os funcionários que aderissem ao movimento grevista. Isto provocou um refluxo de vários setores da empresa, e a greve acabou ficando por conta apenas dos vigilantes e do pessoal do almoxarifado. Mesmo assim, os trabalhadores conseguiram com que suas reivindicações fossem acolhidas para estudo pela diretoria do BANESPA e a garantia de que os funcionários em greve não seriam punidos. Esta é a primeira vitória, já que antes o Banco se negava a dialogar, alegando que nada tinha a ver com os funcionários da locadora BANESER, e que o Sindicato dos Bancários não podia representá-los.

Como não podia deixar de ser, a intimidação policial, também se fez presente. Segundo os trabalhadores, o tenente aposentado José Coelho, coordenador do setor de segurança da BANESER, declarou que os grevistas seriam levados ao DOPS para registro de seus nomes e "sofreriam as consequências de seus atos". No dia seguinte da paralisação, na entrada do Núcleo de Processamento de Dados do BANESPA - NASBE havia uma viatura do DEIC que acompanhava todos os ônibus de funcionários que entravam no local. A própria BANESER também se encarregou de tomar suas medidas repressivas, despedindo sem justa causa, funcionários que se empenhavam no movimento trabalhista.

Até o fim da semana, a situação estava num impasse. Os funcionários em greve não haviam sido demitidos, entretanto, foram contratados novos funcionários para preencher os vazios deixados pela paralisação. Enquanto a questão se alonga na D.R.T. - Delegacia Regional do Trabalho - os funcionários não podem reassumir suas funções, pois a empresa retirou seus cartões de ponto.

Por outro lado, dentro do próprio banco a repressão já começou atuar da forma mais aguda, tentando esvasiar a campanha pelo aumento salarial puxada pela oposição sindical dos bancários. Cinco funcionários foram suspensos e o BANESPA, "O Banco de um Novo Tempo", entrou com processo na DRT, visando demití-los. Ocorre que todos eles são estáveis e além disso são membros da Comissão Salarial, constituída por aclamação, no dia 6 de julho passado. O diretor de pessoal do banco, Alfredo Casarsa Netto, afirmou que os cinco bancários foram informados de que a punição fora imposta devido ao envolvimento deles na paralisação das atividades de alguns setores da BANESER S/A, empresa associada ao Banespa, fornecedora de mão-de-obra para serviços auxiliares. É uma tentativa de, no grito, parar a luta dos bancários. Que, no entanto, não parecem ter se intimidado nem recuado.

(André Marcolini)

GERAIS

Catarina espera a liberdade

Catarina Meloni, ex-presidente da União Estadual dos Estudantes paulistas, tem correndo no Supremo Tribunal Militar um processo bastante contraditório: de um lado a apelação apresentada pelo advogado Mário Simas para sua absolvição e, de outro, um recurso do promotor da 5ª CJM, de Curitiba, que pede a ampliação da pena de um para dois anos.

Catarina foi acusada em 3 processos, em 1968, tendo sido absolvida em um e nos outros dois teve a pena prescrita. Naquele ano ela foi morar no Chile até que no ano passado foi à Bolívia e de lá - conforme informa seu advogado - para o Brasil, onde entrou legalmente em dezembro de 1977. A 4 de janeiro deste ano, porém, foi presa e detida no presídio político da capital paulista, aguardando julgamento do STM.

Seu advogado, Mário Simas, membro da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo afirma que "impõe-se uma radical mudança na Lei de Segurança Nacional vigente, para evitar casos como o de Catarina Meloni, uma vez que esta lei foi feita para uma determinada época, diferente dos dias que correm, sendo inexplicável o fato de alguém ter que se recolher à prisão para poder apelar de uma decisão condenatória. Isto porque se a instância superior cassa a decisão condenatória, não há quem responda por aquele período injusto de prisão".

A gincana de Cabritos

Simplesmente uma gincana promovida pela Igreja Sagrado Coração de Jesus, do Alto do Cabrito, Lobato, um subúrbio de Salvador. Entre as tarefas propostas estava a de se conseguir que a imprensa publicasse as denúncias dos moradores sobre as péssimas condições de vida no bairro e de desprezo a que se vêem relegados pelos Poder Público.

Outra tarefa, com boa margem de pontos, seria a de se conseguir formar o maior número de equipes de estudos sobre os Direitos Humanos e sua relação com a realidade do bairro, isto em linguagem bem popular, procurando com isto levar a ação comunitária a todas as áreas do local, afirmou o padre Ademar Dantas, o idealizador da gincana comemorativa do primeiro aniversário da igreja.

À noite, com a igreja tomada pelos moradores, cada equipe apresentou um trabalho de análise do que foi feito, sendo que uma delas afirmou: "nossa comunidade é localizada a poucos minutos do centro de Salvador. Apesar de não ser uma comunidade nova, é uma das mais pobres e atrazadas do subúrbio". Todos os grupos que estudaram a Declaração dos Direitos do Homem concluíram que quase trinta itens desta declaração não atingem os moradores do Alto do Cabrito, uma comunidade com cerca de 40 mil pessoas.

Agora, alertados pela comunidade, os moradores estão unidos e dispostos a conseguir "pelo menos parte dos nossos direitos" num processo de denúncias e reinvidicações, em que se empenham todas no bairro, com grupos de maes e jovens sendo formados em todas as ruas, como forma de pressão em busca de atendimento dos seus direitos mais rudimentares.

PUBLICAÇÕES

Saiu o primeiro número da revista Cartum, lançamento das Edições Fala Povo. Programada mensalmente, visa colocar em dia todos os acontecimentos culturais e políticos dentro de um humor brasileiro. Segundo editorial, "a arte dos cartunistas bate de chofre com a do povo. Mostra o ridículo do medo, ganância, egoísmo, falcidade, violência. E com seus traços loucos mostrou à censura e repressão o quanto o homem é vulnerável. Todos que assumam seu lado cômico. E, existindo a morte, melhor passar a vida bem consigo mesmo. Mas tendo compreensão que existe o inimigo. Ter cuidado com ele!"

Censura

"Esse é o nosso nº 7, parido com o suor e ranger de dentes" assim fala uma editora da revista "Inéditos" de Belo Horizonte, que continua sob a tesoura da censura-prévia. "Nosso número 8 já está em Brasília há mais de 20 dias e hoje recebemos "Convite" para apresentar novo xerox de todo o material (já enviamos dois, antes)."

"Inéditos" é uma revista de idéias, Literatura e arte; também de política, sociologia, comunicação, comportamento, cinema, fotografia, teatro, enfim cultura.

Neste número a resvista publica um ensaio da professora Eneida Maria de Souza, além de contos artigos, poemas, etc.

Anistia

Promovido pelo Comitê Brasileiro pela anistia, pelo Movimento Feminino pela Anistia e pela Editora Civilização Brasileira, vai ser lançado no Rio de Janeiro, no próximo dia 10, o livro "Liberdade para os Brasileiros". O livro faz um histórico das lutas pela Anistia no Brasil. Roberto Martins Ribeiro, que cumpriu três anos de prisão no presídio do Barro Branco em São Paulo, diz que o livro "nasceu de dois elementos básicos: a convivência com prisioneiros políticos condenados a elevados penas (50, 60, 80 anos) e a constatação, no estudo da História do Brasil, de que o instituto da Anistia sempre foi uma tradição entre nós.

As mentiras do senhor ministro

Um conhecido político do começo do século dizia que se os teoremas matemáticos contrariassem algum interesse humano, não faltaria quem os negasse. Os telespectadores do canal 13 puderam assistir na noite de terça feira, o ex-Ministro Delfin Netto, co-signatário do AI-5, não só fazer uma profissão de fé democrática, mas também defender a política econômica que aplicou durante 7 anos. Algo assim como provar que dois e dois são cinco e que a cor preta é igual à branca.

Segundo o ministro, não houve piora na situação econômica dos trabalhadores brasileiros nestes anos de ditadura - apenas alguns melhoraram mais rapidamente que os outros. Os fatos - e os números - entretanto são teimosos, e desmentem o ex-ministro. Segundo um estudo do ministério do trabalho, 40% dos trabalhadores brasileiros recebem até um salário mínimo. E este teve uma queda de 34,7% entre 1965 e 1977. O salário mínimo em maio de 1977, para comprar o mesmo que comprava em janeiro de 1959, deveria ser de Cr$ 3520,00. Estes dados são fornecidos pelo DIEESE. O ex-Ministro contestou a validade dos dados. No entanto, há alguns meses o próprio Ministro Reis Velloso reconheceu a seriedade do DIEESE e formou com este um grupo de trabalho para examinar as reivindicações dos trabalhadores. O Ministro fez então duas perguntas cruciais: 1) que interesse teria o governo em diminuir os salários dos trabalhadores? Ora ministro, o senhor, tão glutão, já esqueceu da teoria do bolo? Se os trabalhadores recebem mais, alguém recebe menos. 2) Como seria possível reduzir o salário de alguém em tão grande porcentagem? Sr. Ministro, o sr. assinou a AI-5 para que? É fácil reduzir os salários, intervindo em sindicatos, prendendo, torturando e matando trabalhadores.

Infelizmente faltou aos interlocutores do Ministro - o jornalista Mino Carta, o economista João Manuel C. de Melo e o entrevistador da TV Bandeirantes - habilidade e consistência para questionar a fundo o Ministro. Em particular, na questão salarial Delfin conseguiu dar a volta por cima. Os termos dicotomia: ou bem os salários são negociados livremente, levando em conta a produatividade de cada setor, ou bem existe uma Central Sindical que negociaria um piso salarial para o conjunto dos trabalhadores, piso este que levaria em conta a produtividade média da indústria.

Assim colocada, foi fácil ao Ministro impor a velha e surrada teoria de que os salários são fixados produtividade marginal. Na verdade, o piso salarial não é e não pode ser calculado por critérios de produtividade de, mas pelo valor minimo da força de trabalho. Valor este que hoje, no Brasil, segundo os termos da lei que criou o salário mínimo em 1938, seria de Cr$ 5.300,00.

O critério da produatividade deve ser incorporado no preço da força de trabalho através da capacidade de barganha dos trabalhadores. Em outras palavras através de sua lura pela apropriação de uma parte do excedente por eles criado

Lamentavelmente a confusão lançada pelo Ministro não foi esclarecida pelos entrevistadores e ele pode defender com elógio sua posição contraria à uma central sindical como se esta implicasse em negar a livre negociação de salários em cada empresa ou setor. Mas os trabalhadores sabem para isso basta olhar qualquer país desenvolvido do mundo capitalista que só esta pode fazer valer força econômica na sociedade. (Eduardo Abramo)

Ozonizando a saúde pública

Quando o jovem Emerson Gonzalez, farmacêutico estagiário da área de Saúde do PROCON - Grupo Executivo de Proteção ao Consumidor, de São Paulo divulgou os resultados de sua pesquisa sobre os danos causados pelo uso indiscriminado do ozônio nos aparelhos "purificadores" de água, não estava travando uma luta cega contra a substância quimica (como deu a entender a manchete "O Acusador do Ozônio" do jornal Folha de SP de 26.07.78). Mas sim alertando a população contra a propaganda pseudo-científica dos fabricantes que afirma entre outras "maravilhas", que a água ozonizada cura estomatites, infecções ginecológicas. etc., utilizando-se para isso de um certificado fornecido pelo Instituto Adolfo Lutz, válido apenas para o aparelho analisado. O que Emerson esclarece é que estes aparelhos ozonizadores (fabricados entre outras, pela Neo-Life, Superson, Watson Willians e Polimatic) devem ter sua fabricação fiscalizada pelos órgãos "responsáveis pela saúde pública", controlando a quantidade de ozônio adicionado a água, que não pode passar de 1,0 ppm (partes por milhão de litros d'água) de acordo com as normas da Organização Mundial da Saúde. Passando dessa dosagem, o ozônio poderá acarretar sérios danos a saúde.

Os acontecimentos desencadeados desde suas declarações, culminaram com uma entrevista coletiva à imprensa, no último dia 1º, concedida pelo Secretário Executivo do PROCON, Pérsio de Carvalho Junqueira, recem-chegado de um Congresso em Defesa do Consumidor, realizado em Londres, cujo desenrolar serviu para esclarecer a que interesses serve o órgão por ele dirigido. Dando uma lição de autoridade ao jovem cientista, impedindo-o de fazer quaisquer declarações aos repórteres presentes. O Secretário esclareceu a opinião pública de que ao PROCON não cabe mobilizar os consumidores contra os fabricantes, mas simplesmente "acautelá-los".

Quanto aos fabricantes presentes a entrevista, tendo seus lucros diminuídos pelas declarações de Emerson, pressionaram o Secretário de modo que ele não se esquecesse que a Repartição sob sua supervisão, assim como o Estado do qual faz parte, defende interesses muito bem definidos, que não são os do consumidor. Demonstrando falta de conhecimento específico para tratar do assunto, diante do olhar atônito do pesquisador, o Secretário e os fabricantes partiram para o que mais lhes interessava, o anúncio da celebração de um acordo entre o PROCON e os empresários desse setor, cujo objetivo é apenas rever a propaganda dos aparelhos ozonizadores (reconhecida pelos próprios fabricantes como exagerada!) e no qual não se inclui nenhum item que assegure efetivamente a fiscalização da fabricação e distribuição. **(GM)**

FINAIS

CBA/SOROCABA/— Mais um núcleo do Comitê Brasileiro de Anistia foi formado, no dia 31 último, na cidade de Sorocaba-São Paulo. Setores da oposição da cidade, integrando a Comissão de Implantação do CBA/Sorocaba, divulgaram um Programa Mínimo de Ação onde afirmam: "a luta pela anistia se inscreve no quadro geral das demais lutas do povo brasileiro pelas liberdades democráticas e pela total libertação econômica, social, política e cultural de toda a sociedade. Ao mesmo tempo, proclama a especificidade da luta pela anistia ampla e irrestrita a todos os presos e perseguidos políticos como necessária e imprescindível na obtenção dos objetivos nacionais maiores". Ainda neste neste mes a Comissão de Implantação pretende realizar o lançamento público do CBA naquela cidade.

PROFESSORES/— Os professores da rede de ensino oficial do estado de São Paulo estão dispostos a encaminharem uma greve geral, a ser deliberada na próxima assembléia geral da categoria, dia 19, nas Faculdades Associadas do Ipiranga, em São Paulo, caso não sejam atendidas as suas reinvindicações, a principal delas a que exige aumento salarial imediato de 27%. Isso tudo apesar do boicote sistemático que vêm sofrendo por parte da diretoria pelega de sua associação.

SEQUESTRO/— Dom José Maria Pires, titular da Arquidiocese de João Pessoa, na Paraíba, denunciou um plano de sequestro, articulado por órgãos de segurança do estado contra o advogado Wanderley Caixe, coordenador do Centro de Defesa dos Diretos Humanos e do arcebispo-auxiliar Marcelo Carvalheira.

CONSELHO/— Foi realizada na semana passada a eleição para o Conselho Regional de Medicina de São Paulo. Concorreram duas chapas, uma da situação e outra do Movimento de Renovação Médica, que no seu programa colocava a necessidade do CRM deixar apenas de regular o cumprimento do código de ética médico e passar a atuar como orgão de fiscalização das condições de trabalho dos médicos e das condições de atendimento nos hospitais de São Paulo.

PASSEATA/— Quase mil pessoas participaram no domingo passado de uma passeata ecológica, em defesa da Serra do Japi, município de Jundiaí, no estado de São Paulo. A passeata faz parte de um movimento iniciado na cidade para preservar os 3.500 alqueires de matas naturais que existem na serra, um dos últimos bolsões de floresta que existe no estado, e que vêm sendo devastado por empresas que pretendem lotear a região em pequenas e lucrativas chácaras.

Assine EM TEMPO:

Nome .... Profissão
Endereço .... Bairro
Fone .... Cidade .... Estado .... CEP
End. Comercial .... Horário .... Fone
Estou enviando o cheque nº .... do Banco .... em nome da Editora Aparte
Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo, R. Matheus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP), CEP 05415, fone 853-6680.

Anual Cr$ 500,00 — **Semestral Cr$ 250,00**

EM TEMPO:

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO Aluísio Marques, Álvaro ... Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio ... Kucinski, Cláudio Câmara, Emiliano José, João Batista ... Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, ... Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-...). Carlos Tiburcio, Flávio Andrade, Antonio Espinosa, ... Flaminio Fantini

DIRETORES: Antonio de Pádua Prado Jr., Flaminio Fantini, Jorge Baptista, ... Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente).

... de Redação: Carlos Moreira

... e Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges

... Baptista

EDITORIAS: Internacional: Carlos Tiburcio (editor), Carlos Eduardo Matos ... Aluízio José Marques, Altair Moreira, Cecília ... Veiga, José Veiga, Lana, Maria Cris-tina Pfau, Maneide Oliveira, Marion Frank, Suzana; **Nacional** Flaminio Fantini (editor), Antonio Espinosa, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Flávia Resende, Geraldo Nascimento, José Luiz, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr., Paulo Sérgio. **Cultura** Aguinaldo Meyer, Arnaldo Xavier, Cláudio Camargo, Edmur Gomes, Ethel Leon, Fátima Diniz, Flávio Aguiar, Gilberto Morgado, José Arrabal, Maria Rita Kehl, Mateus Sampaio, Nadine Habert, Paulo Nassar, Sérgio Alli, Sérgio Squilanti **ARTE:** João Bosco L. Brandão, Sérgio L. Papi (diagramação), Beto Marrigoni, Duto Bicalho, Siam, Martinez, Zezo (ilustração); Ennio Brauns F., João Roberto Martins Fº, Niels Andreas (foto)

Revisão Alfredo Maria Camilo de Souza, Tomé

Arquivo-Pesquisa Luis Gabriel, J. Moura Marinho, Maria Quiteiro, Silvestre Prado, Rubens Adorno

SUCURSAIS:

Brasília ... Luiz Carlos Marina Juarez **Recife** ... Paulo Santos, Rebeca Scatrut ... deiros, Eliane Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira, (administração). **Belo Horizonte** (R. Bernardo de Guimarães, 1884) Alberto Duarte (chefe da sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélio Santos, Maizé Trindade, Mauricio Godinho, Paula Régis, Paulo Barcala, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Aspahan, Virgínia Pinheiro (redação), Mariza araújo, (administração): **Curitiba** (R. JoséJosé Loureiro, s/1203 - Edifício Mauá): Paulo Sá Brito, Reinoldo Alem. **Porto Alegre** (Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20): Ana Barros Pinto, Carlos Aveline, Gerson Schirmer, Letânia Menezes, Sosa (redação), Adão Capa, Cláudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont, **Salvador** (Av. 7 de setembro, 202 - s 501): Adelmo Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria. **Rio de Janeiro** (R. da Lapa, 200 ... 408): Adauto Novaes, Alan Albuquerque, Antonio José Mendes, Bernardo Kaian ... Alberto Bahia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Has... Fernanda Coelho, Jamir de Menezes, Jorge Ricardo Gonçalves, Lais ... Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luiz Arnaldo Dias Campos, Mar... Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de ... Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina maria Braga, Ricar... Shiraga, ... Caldas

ESCRITÓRIOS:
Aracaju (SE): David Dantas. **Campinas** (SP): Fátima Barbosa, Rinaldo Barros. **Florianópolis** (SC): Fernando Vidal, João Sampaio, José Adelino. **Fortaleza** (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araújo (redação), Daniel Santos, José Saraiva Jr., Vinício de Araújo (administração e distribuição). **João Pessoa** (PB): Aurélio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos. **Natal** (RN): Cícero Correia, Francisco de Assis
ADMINISTRAÇÃO (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Edvard Luiz Silva, Elvira Oliveira, João Carlos Leme, Jesus Verela, Nilo Sérgio Diniz, Samira Zaidan, Hélio Gomes
Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgn, Luiz Alberto Marcondes Piccina (São Paulo), Arnaldo Afonso Barbosa (Belo Horizonte), Adelmo Oliveira (Salvador).
Diretor-Responsável: Robison Ayres
EM TEMPO é uma publicação da Editôra Aparte S/A - Rua Bernardo de Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte) Redação: Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP: 05415 - Telefones: 280-4759 e 853-6680. Composto e impresso nas oficinas da PAT-Publicações e Assistência Técnica Ltda Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 41... Pinheiros (SP) Telefones 368-9112
Os artigos assinados não represen...

FRENTE QUE ANDA PRA TRÁS

Sem bases populares, sem rumo, envolvida pela - aparentemente inviável - candidatura presidencial via indireta, a Frente Nacional de Redemocratização não tem alternativas concretas para enfrentar sequer o "pacote de reformas" do Governo.

Ao invés de evoluir, a Frente Nacional de Redemocratização - como carangueijo – só tem feito andar para trás nas últimas semanas. E o pior: ela arrasta consigo seu testa-de-ferro principal, o MDB. Lançada há pouco mais de um mês, sob fogoso entusiasmo de certos setores oposicionistas, até chegou a dar medo ao governo (que de pronto proibiu a trensmissão de seus discursos); mas agora já não passa de um emaranhado de contradições e conflitos, sem bases populares e sem rumo, terminando por desagradar a deus e ao diabo. Se o MDB, por si só, já era um arranhadiço saco-de-gatos, que dizer de algo bem mais amplo do que esta **federação de oposições,** de algo sem plataforma amarrada, sem organização?

No próximo dia 9, haverá reunião do Diretório Nacional do MDB, que poderá (ou não) marcar uma Convenção Nacional, que poderá (ou não) lançar candidatos a presidente e vice da república no pleito indireto de 15 de outubro.

Enquanto isso, a Frente fará concentrações em Goiânia, no dia 6, e em Porto Alegre, dia 10. As datas são importantes, pois o tempo urge: tem o decisivo "pacote de reformas" no Congresso e o governo já armou sua tática, visando empurrar a aprovação de tudo quanto for possivel até o final do mês, ou-no mais tardar - até a segunda semana de setembro.

São, portanto,apenas algumas semanas para se deliberar sobre os conjunturais "destinos da pátria", posto que as ditas **reformas** pretendem dar os contornos legais de projeto Geisel: "abertura lenta, gradual e segura". Ou seja: um projeto de **ditadura relativa,** que Geisel chama de **democracia relativa,** e que se choca com o postulado - dominantemente liberal - da "democracia já!".

Tropeçando nas próprias pernas

A situação de emergência exige atitudes imediatas, mas diante dela tanto o MDB como a Frente ainda tropeçam em suas próprias pernas. Urdida mais em torno de candidaturas e alimentada pela ilusão da fácil chegada ao poder através da fórmula mágica pleito indireto, sem ma ores objetivos que não os imediatistas, o conjunto da Frente frusta-se cada vez mais, na medida em que vai caindo definitivamente por terra sua possibilidade de eleger Euler ou Magalhães.

Tentando desenhar o mapa do que seriam hoje as divergências no MDB, o senador Franco Montoro identifica quatro correntes: – não participação nas eleições indiretas presidenciais; - lançamento de um anticandidato do próprio MDB, - apoio à candidatura Euler Bentes (que ele, Montoro, acha uma "figura encantadora") - e apoio à candidatura Magalhães Pinto (que ele Montoro, vê como um homem que "realiza um notável trabalho pela redemocratização").

Sacando bem para onde sopram os ventos, o senador, a exemplo de outros moderados, incluindo o presidente Ulisses Guimarães, já optou pela primeira cor ente: não participação na escolha indireta, **a não ser** que haja garantia de vitória no colégio eleitoral que deverá indicar presidente e vice.

Haverá garantie de vitória? Tudo indica que não. Há dias, procurou-se explorar uma hipotética fórmula salvadora, capaz de juntar

A rigor, não existe um programa da Frente, menos ainda uma plataforma de ação concreta para enfrentar o urgente problema das **reformas;** existe apenas um discuros programa do candidato Euler.

E Magalhães? Este, apesar da idade, já se tornou o maior driblador dentro da Frente, no seu aliado mais incômodo. Sem qualquer compromisso com o MDB, que aceitou-o de braços e beiços abertos, na base de um apelo vago à "redemocratização", Magalhães Pinto transa à vontade no "campo adversário" do governo e da Arena, onde de fato estão mais concentrados seus "compromissos históricos".

Na verdade, para Magalhães, desvestir a camisa da FNR (Frente Nacional de Redemocratização) e re-entrar noutro clube de cúpula, mesmo que tenha a presidência de Figueiredo (por que não?) é apenas uma questão de dias e de oportunidade. Incrível, mas o time dos autênticos do MDB, que tudo investiu na FNR, parece não ter previsto tão previsível ocorrência, e agora se desnorteia ante a jogada do "líder civil da revolução de 64".

Roupa suja não se lava em casa

Cambaleando, sem fôlego, a Frente se mostra incapaz de se erguer e acertar o passo. De nada lhe valeram as recentes manifestações de solidariedade, aquela de "um grupo de cassados" e aquela de três ou quatro dezenas de intelectuais.

Desarticulada, mas sob controle da ala moderada do MDB, vale dizer, da ala de conservadores e semi-liberais que tendem a se satisfazer muito bem com a "abertura lenta, gradual e segura", essa Frente já começa a desagradar até os seus mais entusiastas propagandistas - os autênticos.

Na última quarta-feira em Brasília, foram registradas inúmeras restrições à prática da FNR, ainda que em caráter interno, na base da "roupa suja se lava em casa".

Mas o deputado Airton Soares (MDB-SP) abriu parte do jogo: criticou o "andamento das atividades frentistas, sobretudo a falta de consultas aos autênticos, tanto em relação à programação das concentrações quanto com respeito aos contatos que os seus membros têm matido em diversas áreas". Denunciou Airton que "o decálogo aprovado para fundamentar a pregação da Frente não vem sendo observado pela maioria dos pronunciamentos - até mesmo pontos fundamentais como a Constituinte e a Anistia são esquecidos".

E concluíu que os autênticos estão marginalizados, sendo que o representante do grupo junto à coordenação da FNR, deputado Freitas Nobre, até hoje não foi procurado sequer uma vez para consultas.

Se não toca o fundo da questão, o desabafo de Airton Soares contribui para apontar a iminente falência da FNR, ao menos para os autenticos têm sido sistematicamente boicotados de falar, tarefa de que se incumbe o censor Thales Ramalho.

Proposta de cima pra baixo

Os limites da Frente Nacional de Redemocratização, afora os detalhes de sua prática cupulista, que exclui a plena manifestação de seus segmentos mais combativos - os parlamentares autênticos -, poderiam ser analisados com foco em dois fatores interligados: o tipo de seu surgimento; o tipo de bases sociais que a rodeiam.

A proposta nasceu e foi executada - como vem sendo - de cima para baixo. Independentemente da vontade de alguns de seus integrantes, o contingente frentista, enquanto um todo, nunca visou interpretar e articular o **desenvolvimento** das lutas democráticas e populares hoje em reanimação, mas sim (e nisto o general Euler foi sempre claro) "conter as radicalizações".

E mais: o contingente frentista teve como embrião as dissidências militares - como o Movimento Revolucionário Democrático (MRD), o Movimento Nacionalista de Coronéis (MNC) e a Centelha Nacionalista -, onde as alas "linha dura" somam grande força. Foram tais grupos que, insatisfeitos com o processo de escolha do general Figueiredo como sucessor de Geisel, deliberaram sair de dentro de si para "fazer política com os civis", incitando então a formação da Frente para derrotar Figueiredo.

Nisso tudo, era e continua sendo exemplar o papel do ex-Chefe da Casa Militar de Geisel e atual vice-Chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército, general Hugo Abreu. Ele cumpre a função de ponte entre as dissidências militares e a Frente, enquanto Euler Bentes - seu candidato - tenta cumprir a função de pacificador entre aquelas dissidências (provavelmente minoritárias dentro das Forças Armadas) e o outro bloco militar mais ativo (também minoritário) representado por Geisel-Golbery-Figueiredo.

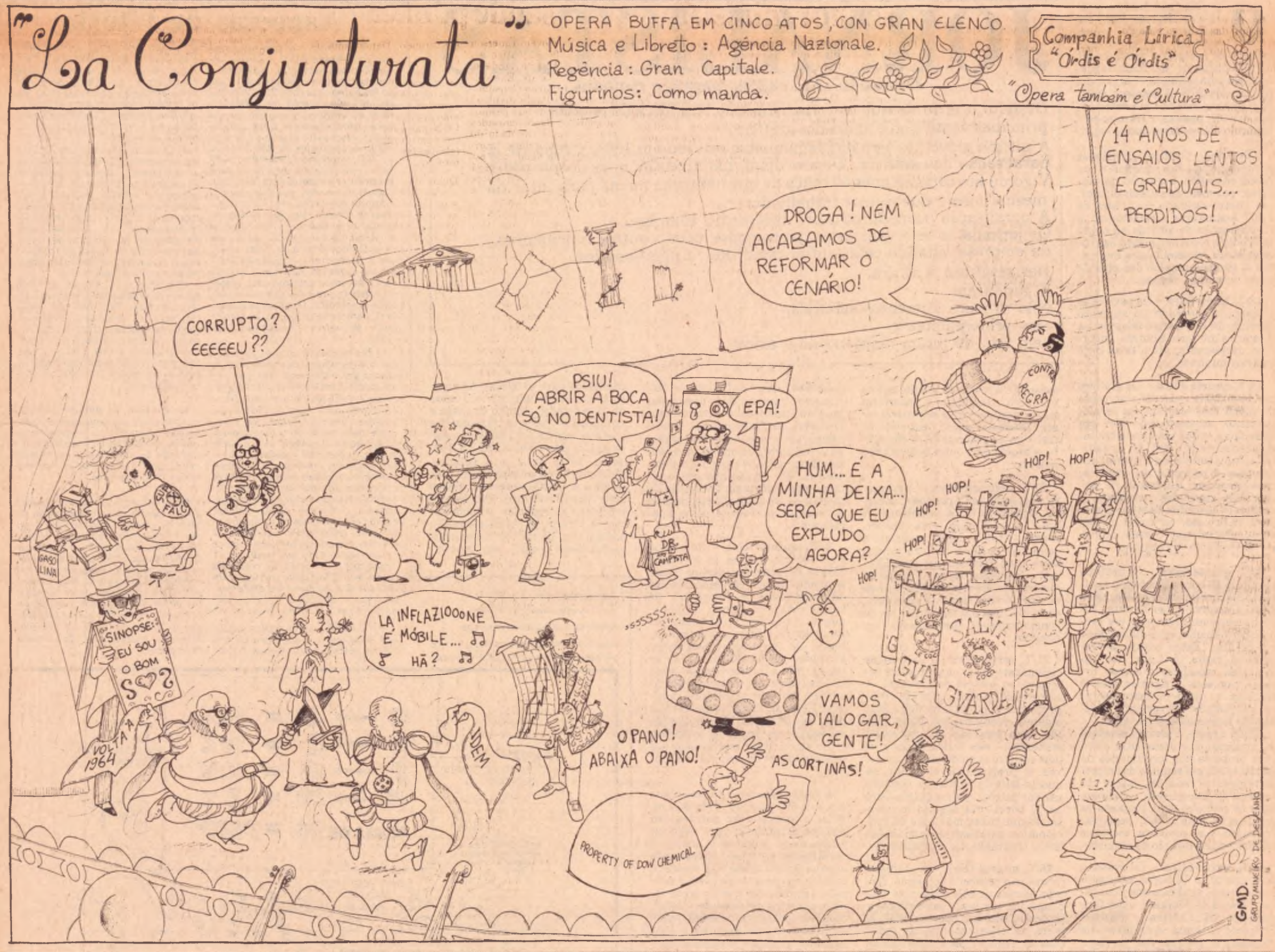
Como dar a volta por cima?

Entretanto, a personificação assim crua dos acontecimentos, não quer dizer que o surgimento da FNR seja simples obra de algumas dezenas ou centenas de militares e civis, cujas intenções não cabe julgar. Seja como for, a proposta tem caráter de classe (obviamente burguês) e tem suas bases sociais (fundamentalmente os setores burgueses interessados em alterar a forma de dominação do regime autoritário, abrindo canais **democráticos** para **sua** interferência mais direta no poder).

Nesse sentido, a Frente não encarna qualquer alternativa real de poder, mas apenas a ambição de mudança na forma regime, que - até certo ponto - já se torna inevitável. Surpreendente, interessante para as oposições, foi o fato de todas essas reações dissidentes terem ido desaguar no MDB.Se setratasse de um partido comprometido com as lutas democráticas e populares, poderia ter dado a volta por cima, impulsionando as divisões no campo adversário e fazendo progredir suas próprias conquistas. Mas sendo o que é, federação difusa de oposições, sob uma hegemonia liberal que não tem alternativas de curso a oferecer e que tem receio de ser oposição, o MDB dada vez mais se deixa consumir no imediatismo da Frente.

Mais: envolvido pela aparantemente inviável vitória de uma candidatura via indireta, ainda que animad. pela intenção (válida) de abrir maior espaço político na conjuntura, a agremiação oposicionista não consegue tomar rumo. Não consegue se unir para levar adiante o **mínimo** que deveria fazer no momento - contestar o "pacote de reformas" e opor-lhe medidas de fato democratizantes -; nem se prepara em função do **máximo** que talvez poderá fazer em seus derradeiros meses de existência: conquistar uma arrasadora vitória em 15 de novembro, transformando as eleições num plebiscito contra 14 anos de autoritarismo.

(Jorge Baptista)



BANCÁRIOS

Mais de mil bancários do Rio de Janeiro exigiram aos gritos o cumprimento de seus direitos na assembléia geral da categoria que abriu a campanha salarial deste ano. Sob a liderança de Ivan Martins, da oposição sindical, os participantes viraram a mesa arrumada pela diretoria interina, que pretendia discutir apenas um ante-projeto de lutas. Uma comissão de salários composta por elementos da oposição foi eleita para encaminhar negociações diretas com os banqueiros. Eles querem auxílio-alimentação de 5%, abono de 20%, anuênios e piso salarial mínimo. E ainda aprovaram a publicação de um edital para convocação de novas eleições, já que as anteriores foram uma fraude só, reconhecida até pela Justiça Federal. Sobre as lutas bancárias, falou a EM TEMPO Ivan Martins, candidato à presidência do sindicato do Rio.

O Sindicato sofreu o processo de intervenção no início de 1972 e de lá pra cá esteve sempre na mão de conhecidos pelegos. Como é que a oposição conseguiu sobreviver e crescer até hoje?

Ela conseguiu sobreviver e crescer dado o seu grande conteúdo classista. Não há repressão nem peleguismo que façam morrer a autenticidade de alguns setores da oposição. A oposição, desde então, nunca esteve calada. Sempre que se apresentaram as oportunidades para ela atuar, ela atuou. A prova disso é que ela conseguiu organizar uma chapa representativa de vários bancos, e se ela não tivesse atuado, não tivesse força, não conseguiria jamais organizar uma chapa. Com esse absurdo que é o Artigo 530 da CLT - artigo que é o "477 dos trabalhadores", que afasta da vida sindical todos aqueles que tiveram algum envolvimento político ou aqueles que foram destituídos de diretoria - valorosos companheiros antigos, hoje em dia, não podem sequer ser candidatos a uma eleição sindical.

E como foi que surgiu a atual chapa de oposição?

A atual chapa de oposição surgiu basicamente das assembléias salariais do ano passado. As pessoas se uniram na assembléia no combate à diretoria que, na época, tinha um projeto de acordo, atrasado, que não atendia às reivindicações, aos reclamos da categoria, e nós fomos à assembléia pra lutar por melhores condições no acordo salarial. Contactamos muitas pessoas, e logo após a última assembléia começamos a organizar reuniões nas quais convidávamos todos aqueles que se identificavam com nosso ponto de vista. O programa foi objeto de dois meses de discussão, em reuniões semanais, discutido item por item. O manifesto da chapa chegou a ter oito ante-projetos, e os candidatos foram tirados por seus bancos, com algumas dificuldades em bancos pequenos, especialmente em bancos particulares. Nos bancos oficiais, como há um certo liberalismo, o funcionário tem mais atuação sindical, foi mais fácil. Agora, hoje em dia está muito mais fácil organizar essa chapa porque o apoio que a categoria tem dado a ela é muito grande. Têm surgido companheiros de bancos onde não havia representação, e agora procuraremos aumentar esse número de companheiros que gravitam em torno da chapa, com reuniões semanais.

Quais as principais reivindicações da classe e que tenham sido encampadas pela Chapa2? Como pensam encaminhá-las?

As principais reivindicações contidas no programa da chapa de oposição são: jornada de trabalho de seis horas; auxílio alimentação; estabilidade no emprego, com extensão das vantagens ao pessoal das Financeiras; e um anuênio condigno e sem compensação. No momento, o que mobiliza a categoria é o auxílio-alimentação de 5% do salário mínimo regional, por dia em que a jornada de trabalho for prorrogada, e que até hoje os banqueiros não pagaram. A oposição considera que o encaminhamento correto da luta pelo "panelão" (5% será a convocação de uma assembléia específica e a mobilização da categoria.

Você acredita que num segundo pleito haja possibilidade de vitória para a oposição?

Nós sempre acreditamos na possibilidade de vitória, mesmo antes do primeiro pleito, que, na realidade, até hoje a gente não sabe se perdeu ou não. Não podemos imaginar que a categoria bancária, ao optar por uma chapa preocupada com a defesa de seus interesses, e uma diretoria comprometida com a política de arrocho salarial, com o peleguismo, vá escolher a segunda.

Nossas possibilidades agora são maiores ainda. Primeiro, porque a unidade da oposição, a cada dia que passa, é maior; segunda, porque houve duas eleições anuladas, e isso pega muito mal, não é? A primeira anulação foi administrativa, ao nivel da Delegacia do Trabalho. Na segunda, a diretoria, ao invés de consultar a vontade dos bancários, consultou a Justiça, e a Justiça anulou de novo as eleições, agora, no dia 19 de junho. na sentença judicial, inclusive, levanta-se a hipótese de ter havido fraude nas eleições. Com isso as nossas chances aumentaram e a categoria agora sabe, realmente, quem age com lisura, com respeito. A vida sindical está parada, haja visto que nós tivemos uma assembléia de Financeiras, uma categoria que tem cinco mil aqui no Rio, e não apareceu ninguém, porque o bancário está totalmente descrente de sua diretoria.

Agora, com relação a esse equilíbrio de forças que foi o resultado das eleições, com uma diferença de apenas 93 votos a favor da chapa pelega, você acredita que tenha sido mais por uma manobra da diretoria, ou seria pela falta de diálogo, de comunicação da oposição com a categoria bancária?

As duas coisas. A falta de comunicação de oposição com a classe bancária se deve ao caráter anti-classista da diretoria, porque nós temos um sindicato onde não há vida sindical, onde as assembléias são convocadas no Diário Oficial. A única "vida sindical" que nós temos são as assembléias **obrigatórias** de reajuste salarial e uma eleição de três em tres anos. Então, não havia **como** a oposição se comunicar com a classe. Agora, quanto à diferença de 93 votos, e essa "diferença" eu coloco entre aspas, tem explicações: nas vésperas da eleição, a diretoria emitiu um comunicado à classe, no jornal bancário extra, comunicando que nós tínhamos ganho os 5% (o "panelão") e que em breve o receberíamos, e tentou capitalizar para ela essa conquista. Mas essa conquista não é dela, foi uma cláusula apresentada por um companheiro na assembléia, que foi aos tribunais e estes deram ganho de causa pro bancário. Há também todas as arbitrariedades cometidas pela Diretoria: na divisão dos mesários, na utilização do jornal, dos veículos do sindicato e de empregados, numa campanha de difamação da oposição por meio de editoriais nos provocando, tentando nos incompatibilizar com a categoria. E há a inauguração da piscina, com presença do Ministro do Trabalho, com amplo apoio jornalístico, numa tentativa de capitalizar votos, isso uma semana antes das eleições.

Para esse novo pleito, você já tem uma idéia de como enfrentar todo esse tipo de manobras existente? Não existiria algo mais por trás de tudo isto?

Olha, nós sofremos tantas arbitrariedades no primeiro escrutínio, que hoje nós somos doutores em manobras, a gente já conhece as manobras da diretoria. A gente aprendeu que uma das formas de lutar contra elas é denunciar publicamente, é levar nossa preocupação para a opinião pública, e nos mobilizarmos, mobilizando também a classe para que ela seja um fiscal nas nossas eleições. Vamos exigir alguns requisitos para a realização das eleições. O motivo é muito simples: se a eleição for antidemocrática e arbitrária como a primeira, ela será novamente anulada, isso nós não temos dúvidas. Hoje nós exigimos, por exemplo, uma comissão paritária entre as chapas para organizar as eleições, uma divisão de mesários, e vamos conclamar a Federação dos Bancários a funcionar como supervisora. A grande manobra da diretoria é protelar a convocação de eleições. A eleição foi anulada, **definitivamente,** na 1ª Vara Federal, porque houve inclusive a cassação da liminar, o que torna irrecorrível a sentença judicial. Por sua vez, o mandato da diretoria havia expirado no dia 11 de abril, e no dia 12 foi prorrogado para realizar eleições, com vigência até a posse dos eleitos. A diretoria, hoje, está totalmente na ilegalidade; ela tem que convocar eleições o mais rápido possível. O que há por trás dessas manobras é a sede de poder dessa diretoria, o seu desejo de continuísmo, e outros interesses que devem estar por trás disso. Agora, a manobra por trás dessas eleições é a que é feita contra todas as chapas de oposição autênticas de sindicato no Brasil. São as forças que tem interesse em evitar que o sindicalismo tome seu rumo autêntico, às quais interessam os sindicatos meramente assistencialistas, descomprometidos com a luta dos trabalhador. Lutamos não só contra a diretoria, mas também contra os agentes dessa manobra.

(Por Sílvio C. Mello Jr.)

JORNALISTAS

Dezessete anos depois, param e ganham.

Desfeito o mito de que os jornalistas não têm força de pressão, principalmente sem o apoio dos gráficos. A última greve dos jornalistas paulistas ocorreu em 1961, a reboque da paralisação dos gráficos. Depois disso, não fizeram mais do que pedir. Vigorou nos últimos anos a crença de que não tinha forças para lutar da mesma forma que outros trabalhadores. A paralisação ocorrida na Abril desmentiu tudo isso. Os jornalistas se organizaram juntamente com o outros funcionárics da empresa quando esta tentou dividí-los e pressioná-los, eles reagiram à altura. E ganharam. Não só pelos aumentos salariais, mas principalmente pelo fato de terem reaprendido a exigir.

O movimento dos funcionários da **Editora Abril** por aumento salarial começou em junho último, quando as categorias profissionais de jornalistas de São Paulo lançaram sua campanha salarial por um reajuste de 20%. A empresa informou que concederia uma antecipação de 10%, apenas, e recusou-se a negociar. Eis os fatos que se seguiram:

5 de julho – Gráficos, jornalistas e funcionários dos fascículos da **Abril** entregam à direção da empresa, por meio de seus sindicatos, um abaixo-assinado com cerca de 2.000 assinaturas formalizando a reivindicação de 20% de aumento salarial e o reconhecimento das comissões de representantes que então se formavam. Dão dez dias de prazo para uma resposta.

18/7, terça-feira – Os patrões se propõem a conceder um aumento máximo de 10% para a faixa de 1 a 2 salários mínimos e outros, em ordem decrescente, até a faixa de 8 salários mínimos.

19/7, quarta-feira – Os gráficos em assembléia rejeitam a proposta da **Abril** mas aceitam seu escalonamento, acrescentando 10% em cada faixa, o que recoloca a reivindicação entre 10 e 20%. Os jornalistas e funcionários da Cultural encampam a proposta dos gráficos, mas decidem sujeitá-la à assembléia geral dos jornalistas – exigência assumida pela categoria, para cada caso, no curso de sua campanha salarial –, que só ocorreria na noite do dia seguinte.

20/7, quinta-feira – Os gráficos param às 10 horas. Enquanto algumas redações fazem reuniões, as da **Abril Cultural** e das Revistas Infantis decidem manter-se em reunião permanente, em solidariedade aos gráficos. Estes voltam ao trabalho à tarde. À noite, em assembléia, repudiam o acordo firmado por seus dirigentes com a empresa e decidem reapresentar sua proposta no dia seguinte, paralisando novamente o trabalho.

Ainda à noite, a assembléia geral do Sindicato dos Jornalistas aprova a proposta dos funcionários da **Abril;** estes, em reunião dos representantes das redações, fazem um balanço do movimento e decidem levar às redações uma proposta de paralisação para o dia seguinte, enquanto sua proposta estivesse sendo levada à direção da empresa.

21/7, sexta-feira – O trabalho pára das 10 às 12 horas, enquanto os dirigentes sindicais dos jornalistas – David de Moraes – e dos funcionários da Cultura – Manuel Torquato –, levam à empresa sua proposta, a mesma dos gráficos. Como a empresa, às 17h30, conclui um acordo com os gráficos, o movimento dos funcionários de redações parece próximo do fracasso. A assembléia realizada à noite reflete um certo desalento e incerteza: sem os gráficos, o que se poderia fazer? Decide-se então pela volta ao trabalho na segunda-feira enquanto se espera uma outra resposta dos patrões.

24/7, segunda-feira – A empresa apresenta uma proposta, á tarde, apenas para os jornalistas. À noite, a assembléia toma conhecimento do fato e decide reafirmar a condução unitária da luta (jornalistas mais funcionários da Cultural) e, portanto, rejeita a proposta dos patrões. Decide ainda reunir-se de novo no dia seguinte para decidir sobre uma das três sugestões de contraproposta apresentadas em plenário.

25/7, terça-feira – Os patrões comunicam quer sua proposta é extensiva ao pessoal da Cultural. A assembléia, à noite, discute cinco propostas, asprova uma delas com algumas modificações. Elege, então, uma comissão de oito representantes – seis funcionários e os dois dirigentes sindicais – para levar a proposta à empresa na quarta-feira às 15 horas e comunicar aos patrões que na quinta-feira às 10 horas iria negociá-la, alertando que nesse momento os funcionários paralisariam o trabalho até a conclusão das negociações.

26/7, quarta-feira – A empresa recusa-se a receber a comissão. Recebe apenas os dois dirigentes sindicais, um por vez, e faz uma nova proposta, dizendo que é a final. À noite, os representantes de redações se reúnem para informar-se dos fatos. Constata-se que nas redações há uma disposição geral de forçar a empresa com uma paralisação. Os patrões voltam atrás e informam que receberiam os funcionários, mas em duas comissões, uma de jornalistas e outra de funcionários da Cultural, ao mesmo tempo, em locais separados, embora permitindo que ambas se comunicassem entre si quando o desejassem. Os representantes aceitam, mas reafirmam a decisão de manter a luta conjunta e as demais decisões da assembléia, como a paralisação.

27/7, quinta-feira – As comissões vão aos patrões às 10 horas. Todas as redações param nesse momento. Funcionários dos setores administrativos e comerciais de várias redações aderem ao movimento. A paralisação se estende às sucursais da editora em outros Estados. As negociações são interrompidas pelos funcionários às 13h30, pois a imprensa insistia em baixos índices de reajuste e em fixar um teto de 12 salários minimos. É convocada nova assembléia para às 18 horas. A paralisação prossegue em todas as redações, como se constata em reunião dos representantes de redação às 16 horas.

A assembléia das 18 horas reúne cerca de 600 pessoas e resolve: rejeitar a proposta dos patrões, dar poderes à comissão para negociar acima dessa proposta e manter a paralisação até que houvesse um acordo; decide ainda não aceitar o reinício das negociações sem a retirada das pressões que então se faziam sobre os editores de "Veja", repudiar todas as pressões feitas sobre funcionários e assumir coletivamente qualquer represália adotada pelos patrões.

Os patrões, em contato telefônico, marcam nova reunião com as comissões para as 21h30. As negociações se estendem até às 2 horas da madrugada, quando se chega a um acordo: para os funcionários que recebem de 0 a 2 salários mínimos, 15% de aumento; de 2 a 4 salários, 14%; de 4 a 6 salários, 11,5%; de 6 a 8 salários 10%; e de 8 salários a 20.300 cruzeiros (pouco mais que 13 salários), 7%. No dia seguinte, as redações comemoraram a vitória. A Abril escapara, por um triz, de não ver suas publicações dessa semana nas bancas.

Aspectos da vitória

Os jornalistas e outros funcionários da **Editora Abril** *e* **Abril Cultural paralisaram o trabalho e realizaram assembléias nos locais de trabalho nos dias 20 e 21 de julho, principalmente em solidariedade** *aos gráficos da empresa, com os quais encaminhavam uma campanha por aumentos salariais e funcionários de fascículos da* **Abril** *(cerca de 950 empregados) pararam outra vez, desta feita em virtude de suas* **próprias reivindicações** *salariais. Depois de resistir, nos dois casos, a empresa concordou em travar negociações diretas. Um fato surpreendente: os jornalistas e funcionários da Abril Cultural (que podem ser classificados dentro da "classe média") acabaram conseguindo índices de aumento superiores aos alcançados pelos gráficos uma semana e depois que estes já haviam voltado ao trabalho. O movimento contem características que o distinguem de outras campanhas salariais:*

1) Há dezessete anos os jornalistas não paralisavam o trabalho. A última greve de jornalistas não paralisavam o trabalho. A última greve de jornalistas foi em 1961. Nem mesmo durante o ano de 1963 houve qualquer greve de jornalistas. A recente paralisação do trabalho pelos funcionários da **Abril** *indica, pelo menos, que a crise econômica já está afetando também os salários mais altos a classe média. Também é sintoma da insatisfação generalizada da classe média com o autoritarismo e da sua disposição em apoiar efetivamente as lutas iniciadas pelos trabalhadores do ABC. (O mesmo raciocínio também parece válido em relação aos médicos). A propósito: da Assembléia realizada na noite de 27 de julho participaram 600 dos 950 funcionários em greve; foi o maior ato público já realizado no Sindicato Vladimir Herzog.*

2) A **Abril** *é o maior grupo editorial brasileiro e o que paga os melhores salários profissionais. No dizer de um jornalista "é uma espécie Volkswagem da indústria cultural". A agudização da campanha salarial exatamente na Abril, portanto, criou condições concretas para que os trabalhadores de outros jornais e editoras tomem atitudes mais decididas em seus movimentos por aumento de salários.*

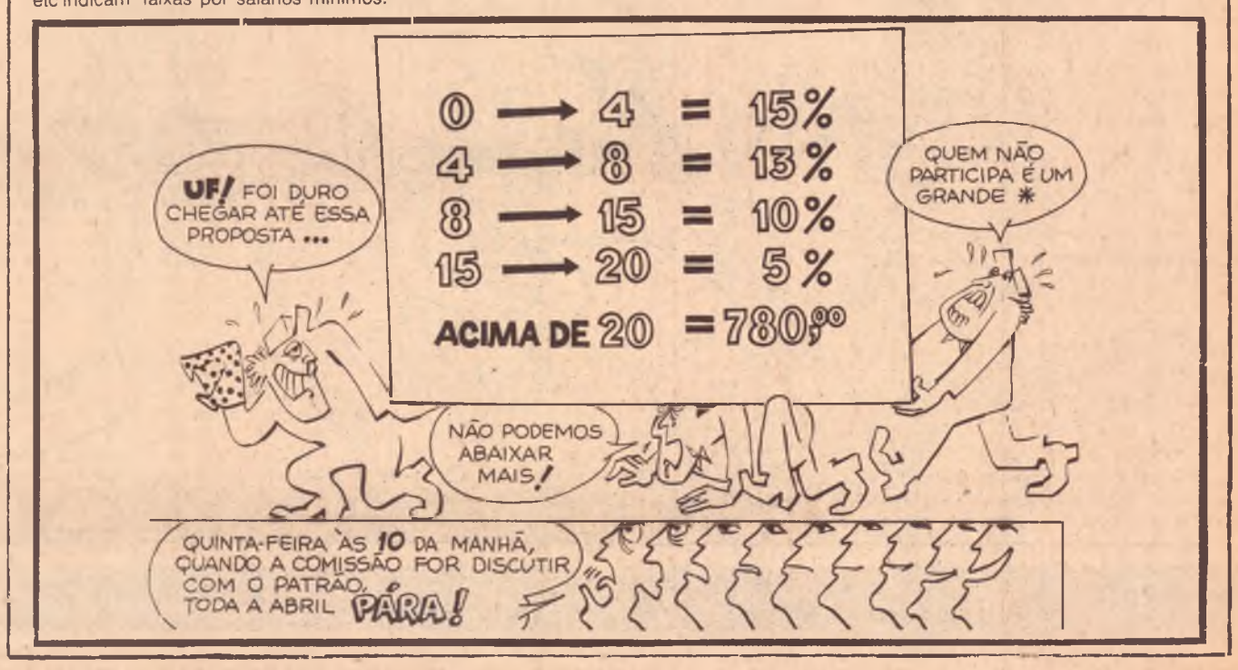
3) O movimento rompeu os limites corporativistas da estrutura sindical vigente. Todos os funcionários da empresa participaram da mesma campanha salarial: gráficos, jornalistas, funcionários de fascículo e até mesmo (em parte) publicitários e trabalhadores em administração. As comissões de redação e as formadas em todos os locais de trabalho talvez sejam o principal **saldo organizativo** *desse movimento.*

4) A força do movimento na **Abril** *adveio da organização dos funcionários pela base. Mas isto não implicou negar os sindicatos. Pelo contrário: os sindicatos (tanto o dos jornalistas e dos empregados de fascículos, quanto o dos gráficos) tiveram importante papel nas negociações e mesmo na mobilização dos trabalhadores.*

5) Embora os gráficos tenham partido para a paralisação e negociações diretas uma semana ante que os jornalistas, isto não rompeu a unidade do movimento, na ocasião tendo inclusive evitado enviar matérias para a gráfica.

6) A realização de um movimento do conjunto dos funcionários ao nível de empresa não impediu o desenvolvimento da luta dos jornalistas de São Paulo, na medida em que os profissionais da **Abril** *submeteram sua pauta de negociações à Assembléia da categoria. Sua vitória, por outro lado, animou os jornalistas de outras empresas e enfraqueceu a resistência dos outros patrões que já começam a ceder (exemplo: Herbert, proprietário da Gazeta Mercantil).*

Cartaz afixado nos corredores e elevadores da Abril. Apresenta a última proposta levada pelos funcionários: os números 0 a 4, 4 a 8, etc indicam faixas por salários minimos.



GREVE CONTRA FOME EM ITU

"Trabalho que nem um camelo e não ganho nada. Tenho 13 anos, não sou puxa saco e já tô fazendo greve, sim senhor!"

(Depoimento colhido na cidade do interior de São Paulo)

O Homem de Itu não é mais aquele. Desde o dia 25, os operários das 28 firmas de Cerâmica mais importantes dessa cidade do interior paulista, começaram a paralisar seus trabalhos, partindo das três maiores fábricas da região, **Carpi S/A, Cury & Cia. Ltda. e 3M Ltda.**

O movimento iniciado pelos 326 funcionários dessas empresas não levou mais que 3 dias para estender-se às demais Cerâmicas ituanas totalizando, até o fechamento dessa edição, cerca de 1700 operários. Unificado pela reivindicação de 34% de aumento imediato e mais o cumprimento de dez pontos considerados básicos para o desempenho da função do ceramista, a greve conta com todo o apoio do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Materiais de Construção e Mobiliário de Itu.

Desde o primeiro dia da greve os operários vêm sendo pressionados pela polícia local, DEOPS de S. Paulo e Sorocaba e por um destacamento de 250 homens da polícia militar de Sorocaba estacionado em Itu desde a última segunda-feira. Quatro operários das **Cerâmicas Capri, Concórdia e Sete,** foram presos e submetidos a violências na delegacia. Tendo um deles recebido proposta do delegado para trabalhar para a polícia "onde ganharia mais e não precisaria fazer greve".

Ao sair da assembléia no sindicato, o operário João Carlos Camargo se encaminhava para casa levando os gêmeros alimentícios que a **Comissão de Fome** está distribuindo para os grevistas necessitados. No caminho de casa foi abordado por vários policiais que o detiveram violentamente, levaram para a delegacia e lá o mantiveram, com violência, até a manhã do dia seguinte, não sem antes confiscar seus alimentos.

Itu vivia clima de expectativa com policiais rondando as fábricas e o sindicato, sem que isso no entanto interfira no ânimo de nenhum dos grevistas, como deixa claro a declaração de um trabalhador: "Nos queríamos que os patrões entendessem, mas em vez de darem uma boa resposta, eles nos ofenderam, chamaram a polícia contra a gente, por isso, se nós não queríamos entrar em greve, agora não queremos sair e vamos até o fim."

A intransigência dos patrões ficou patente desde os primeiros momentos do movimento, em declarações como a de Ismael Daldon da **Cerâmica Coração de Jesus:** "Vocês vejam aí quantos meses vão ficar parados que aí eu arrumo o meu barco e vou pescar em Mato Grosso"; ou do dono da **Cerâmica Sete Ltda;** "Eu ganho 20 mil por mês pra alimentar minha família, se durar três meses, eu tenho 60 mil em casa que dá pra aguentar fácil, é só falar. Eu quero ver é se meus empregados, ganhando 1.500 por mês, vão aguentar". Chegando ao ponto de marcar uma reunião com a diretoria do sindicato para negociar, no sábado, dia 29/7, e não comparecerem. Essa atitude provocou revolta dos operários que reunidos em quase duas mil pessoas marcharam até a delegacia onde entregaram dois irônicos ramos de flores a quatro espantados policiais, "pela sua colaboração às vergonhosas atitudes de nossos patrões".

Além da intransigência típica de patrões desacostumados a sofrer pressões de empregados, várias formas de intimidação foram tentadas pelos "senhores das Cerâmicas de Itu". Em fábricas como a **Candelária, Telha Tex e Argilux,** onde vários trabalhadores moram em casas dentro dos terrenos das firmas, os patrões ordenaram o corte de luz e água. A "contratação" de policiais civis da cidade, ou mesmo a concessão de suas caminhonetas a agentes do DOPS para percorrerem a cidade

Uma comissão contra a fome

Para abastecer as famílias dos trabalhadores grevistas de gêneros alimentícios de primeira necessidade, o Sindicato dos Ceramistas de Itu está coordenando uma comissão formada por vários operários que se encarregam de prestar essa solidariedade aos companheiros. O advogado Lázaro Piunti afirma "que uma prova de que estamos no caminho certo é que nos últimos dois dias 19 famílias já vieram nos procurar e já estão sendo abastecidas. E embora esperemos que se supere a intransigência com que os patrões vêm reagindo ao movimento, temos condições de manter esse serviço de abastecimento por, pelo menos três meses".

A existência da comissão e a participação nela da senhora Maria do Carmo Tomás Piunti, provocou sua demissão de um cargo de confiança da Secretaria do Interior. É o próprio Piunti quem explica o ocorrido com sua esposa: "No domingo Maria do Carmo foi nomeada coordenadora da Comissão da Fome. Na segunda-feira ela recebeu um comunicado da Secretaria do Interior ordenando-lhe a se afastar do movimento, do Sindicato e influenciar na moderação do meu comportamento, caso não cumprisse essas exigências, poderia perder o emprego. Tudo isso por ordem da Secretaria de Segurança. Diante da forma como as coisas foram colocadas, ela preferiu pedir demissão. Nós não compactuamos com esse tipo de governo".

A situação de vida dos trabalhadores em cerâmica e suas condições de trabalho são apresentadas aqui pelos próprios entrevistados na assembléia do dia 31 de julho, tumultuada pela presença de dois agentes armados que foram desmascarados pelo plenário quando tentavam se infiltrar entre os trabalhadores. Os operários rejeitaram, por unanimidade as propostas dos patrões e do Delegado Regional do Trabalho de S. Paulo, apresentados numa mesa redonda na capital, naquele mesmo dia, com a presença dos 28 donos de cerâmicas de Itu. As propostas rejeitadas concediam 10 ou 15% de antecipação em agosto para ser compensada no dissídio de outubro e mais dois aumentos de 5% em novembro e janeiro sobre o salário de 77. Em virtude disso a Assembléia decidiu continuar a greve e reforçou a reivindicação dos 34% mais uma lista de 10 benefícios para os trabalhadores.

"Só eu faço quase 10 mil peças por dia. O que nós faz durante um dia, pelo amor de deus, eles tiram pra mais de 3 mil cruzeiros em cada milheiro de telha, e nós num mês não tira 2.700. São 19 telhas e meia, por minuto, que a gente faz", conta um dos ceramistas, da firma S. Vicente.

Outro trabalhador, com 50 anos e 8 filhos, expõe seu ânimo e sua condição de vida: **"Tamo decidido a continuar parado, sim. Mesmo eu que sou mais sacrificado, não sou sacrificado por que tenho apoio dos meus amigos, meus colegas, enfim, tô lutando. Vamos ver no que vai dar isso aí. Não tem mais condição. Você chegar e enfrentar um forno pra tirar 9, 10 mil peças, como tem colegas meus, que saem de casa sem tomar nem um café, e vão tranquilo, vão lá; enfrentam aquele calor enorme que é a boca do forno, enquanto o homem fica lá... Não vou me referir a comprar um carro igual a ele, mas eu, pelo menos, não ganho o suficiente pra comprar um chinelo pra mim, essa é a situação nossa. O arroz que nós pagava 37 cruzeiros, hoje nós tamos pagando 52. Não temos condição de continuar assim, não. Aquilo que você fazia com um milhão, hoje não faz nem com um milhão e meio. Se comprar o arroz e feijão, não tem pra comprar o gás".**

A indústria de cerâmica é uma das que mais explora mão-de-obra barata. É comum o emprego de crianças entre 13 e 16 anos para tarefas tão pesadas quanto as desempenhadas por adultos. Aqui, o depoimento de um deles, com 13 anos:"Só ganho 1.200,00. Lá na minha firma eu fui o único que parou. Tenho mais quatro irmãos, tudo trabalhando em cerâmica. Tenho 13 anos, não sou puxa-saco e já tô fazendo greve sim senhor. Trabalho que nem um camelo e não ganho nada. A gente quer aumento eles não dá. A gente tem que empurrar carrinho no sol quente, na chuva e se for devagar ainda agridem a gente, chingam a gente..."

Outro ceramista fala de disposição de ir até o fim: "Não só eu como a maioria, estamos com o sindicato, estamos engrenado e eu acredito que isso há de resolver. Será que não existe um aqui nesse país que há de entender o que nós estamos fazendo. Nós cobre casa pra todo mundo, nós faz casa pra todo mundo e não temos um rancho nem pra dormir. Agora tamos num sentido que trabalhando, estamos sem comida, então nós ficamos parado. Parado pelo menos, não estamos sem comida".

(Ênnio Brawns)

Constituinte, anistia, democracia.

Estas (e muitas outras) as exigências dos trabalhadores, no documento da oposição de sindicatos que se formou durante o Congresso da CNTI, no Rio.

"Agora, o que importa é voltar com tudo o que foi levantado e discutido aqui para as bases. É discutir com os trabalhadores nos locais de trabalho não só a autonomia sindical e o aumento do salário mas temas políticos como anistia, eleições diretas, constituinte. Já chega de permanecer de fora".

Mesmo reconhecendo que o nível consciência dos trabalhadores nas bases somente agora começa a se ampliar, a partir de questões concretas como a greve por aumento de salários, as lideranças sindicais que participaram do V Congresso Nacional dos Trabalhadores na Indústria deixaram o Rio com a convicção de que o congresso foi uma experiência vitoriosa para o movimento sindical de oposição, que precisa ter continuidade.

Para começar, esta liderança destaca que quando decidiram participar do congresso o grupo não reunia mais que 15 sindicatos, constituído basicamente pelo núcleo de São Paulo e mais algumas entidades do Rio e Minas. A partir do momento em que resolveram permanecer dentro do congresso da CNTI, denunciando sua estrutura burocrática e antidemocrática e fazendo reuniões diárias para discutir sua posições, este número cresceu para mais de 50.

Muitos ignoravam até as greves

Para Luiz Inácio da Silva, o Lula, presidente dos metalúgicos de São Bernardo, o trabalhador aprendeu que democracia não se ganha e nem é dádiva. "A oposição conseguiu liderar sua conquista dentro do congresso autoritário, abrindo espaço para que a democracia fosse praticada nas reuniões de comissões paralelas, nas discussões feitas no plenário, de onde saiu o documento sobre liberdade e autonomia sindical e a Carta de Principios".

Levar a contestação para dentro do congresso foi para Lula mais proveitoso, pelos contatos que permitiu; do que a perspectiva inicial de um congresso paralelo, só com os indicatos mais combativos. "Para se ter uma avaliação da importância destes contatos basta citar o caso de muitos dirigentes sindicais do Norte e Nordeste que nem sabiam da existência das greves no ABC, pois a grande imprensa não chega lá e a local não noticia".

Em termos de organização Lula observa que nasceu dentro do congresso uma frente ampla dos trabalhadores com o objetivo principal de mudar a estrutura sindical, opondo-se frontalmente à CNTI e ao que ela represena: Frente porque parte da unidade dos trabalhadores pela autonomia e liberdade sindical, e ampla porque reune trabalhadores de diversas categorias profissionais, inclusive profissionais de classe média.

Levar a democracia até as bases, praticando-a na vida diária dos sindicatos, é outra experiência que a presença dos líderes de diversos Estados no congresso serviu para consolidar, segundo João Paulo Pires Vasconcelos, presidente dos metalurgicos de João Monlevade.

"Uma coisa importante que constatamos é que os sindicatos têm que ser abertos à participação de todos. Somo contra reuniões de diretoria com a presença apenas dos sete diretores efetivos. Os 24 que compõem a diretoria, devem ter todo o direito de participar e votar, cabendo à diretoria efetiva executar aquilo que foi decidido. Esta abertura deve abranger inclusive os que fazem trabalho de base, os ativistas. Nada de grupinhos fechados".

Não a uma CGT dos pelegos

A criação de uma CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) é uma proposta que interessa agora aos trabalhadores?

Para Hugo Peres, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de São Paulo, "não é o que buscamos agora, por falta mesmo de chão para isto. As bases ainda estão muito voltadas para a luta por salários e contra o arrocho, consequência da violenta queda do poder aquisitivo que se verificou nos últimos anos, e começam agora a discutir outros temas de interesse dos trabalhadores, como a greve, cuja discussão se fez na prática"

Fazer uma CGT dentro da estrutura sindical que existe hoje, adverte Peres seria o mesmo que fazer aquele partido dos trabalhadores entre aspas que o secretário do Trabalho de São Paulo, Jorge Maluly Neto, tentou montar pela cúpula e com a pelegada. Quem iria ficar com as rédeas seriam os velhos pelegos, um destes presidentes das oito confederações nacionais que existem.

Os líderes reconhecem que as coisas estão andando muito rápido mas em matéria de estrutura sindical ainda estamos na idade da pedra e temos que chegar ao século XX. A preocupação da maioria é dar continuidade de forma organizada às lutas dos trabalhadores que começaram no segundo semestre do ano passado com a denúncia da manipulação dos índices de custo de vida e a campanha pela reposição salarial. Em menos de um ano, o movimento enfrentou as greves e passou pelo Congresso da CNTI. Agora, é voltar as bases para sair para outras.

(Sucursal do Rio)

Carta de Principios

Os signatários da presente carta, que não aceitaram a estrutura imposta pela cúpula da CNTI para a realização do V CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA, refletindo a vontade de seus representados e atentos às suas aspirações e aos problemas que reclamam pronta solução, aprovam a seguinte carta, onde se contêm as reivindicações que se propõem defender e divulgar.

Inicialmente, reiteram seu protesto contra o regimento interno do Congresso que foi imposto aos participantes, sem prévia discussão e que, em verdade, impediu qualquer análise dos problemas nacionais, negando ao trabalhador refletir sobre as questões que dizem respeito à própria Nação.

Ainda, lamentam o sistema estabelecido que vedou aos congressistas o acesso às comissões e subcomissões, o direito de escolher os presidentes das mesmas, tornando-os isolados assistentes de conferências ou participantes de programas turísticos.

O esquema adotado ditatorialmente afastou os trabalhadores do Congresso, frustrou-lhes o propósito de debater livremente seus próprios problemas, levando ao fracasso um encontro que poderia permitir uma tomada de posição unificada de todos os industriários e a preparação de um congresso nacional que reunisse todos os trabalhadores do País.

Por tudo isso, os signatários, impedidos da livre e democrática discussão do temário, impossibilitados de cumprir o quanto prometeram às bases sindicais, entenderam por bem não tomar conhecimento das resoluções préviamente acertadas pela cúpula diretiva da CNTI. E assim, comprometidos tão só com os trabalhadores que aceitaram representar, proclamam a adoção dos seguintes princípios básicos que entendem traduzir as reivindicações primeiras dos industriários:

1)- Problemas nacionais

Após longos anos de marginalização, impossibilitados de participar das decisões que interessam de perto à própria Nação, mas ainda confiantes no restabelecimento da democracia, pedem os industriários:

a – direito de pleno exercício do voto, com escolha direta de todos seus representantes e dirigentes, inclusive senadores, governadores e o Presidente da República;
b – convocação de uma Constituinte que, através de ampla discussão dos problemas nacionais, integrada também pelos representantes dos trabalhadores, possa decidir a lei maior que regerá os destinos dos brasileiros;
c – revogação das leis de exceção;
d – garantia da liberdade de pensamento, da liberdade de imprensa com abolição de qualquer forma de censura às manifestações intelectuais e artísticas;
e – liberdade de associação, sem restrições que possam comprometer sua autenticidade e o atingimento dos seus fins;
f – supressão de quaisquer salvaguardas e medidas de emergência que desfigurem a Democracia;
g – anistia;
h – respeito aos direitos humanos;
i – implantação do Estado de Direito.

2)- Política nacional de desenvolvimento

Querem os trabalhadores o desenvolvimento do País, mas entendem que devem com ele desenvolver-se. A arrancada para o progresso, necessáriamente, há que garantir os interesses da Nação e permitir a participação de todos nos resultados objetivados. Assim, com esse propósito, entendem necessário:

a – distribuição da renda nacional de forma a garantir o salário justo, livremente acertado com o empregador, reajustável em conformidade com a perda do poder aquisitivo e a lucratividade da empresa. Para o estabelecimento do salário justo, imperioso que se restitua, de imediato, ao trabalhador, a perda sofrida com a adoção de uma política salarial que não atendeu, sequer, os índices reais de inflação;
b – reforma agrária com a fixação do homem no campo;
c – limitação da atuação das empresas multinacionais;
d – adoção de política de desenvolvimento regional, objetivando o estímulo à criação de novos empregos;
e – fixação do salário mínimo familiar que garanta o sustento do trabalhador e seus dependentes e atenda, inclusive, as necessidades de cultura, de lazer e previdência.

3)- Organização e ação sindical

Entendem os trabalhadores que se faz urgente a adoção de uma nova organização sindical, superado o modelo fascista já abolido em todos os paises que, como o nosso, o adotaram. Necessário que se debata amplamente a questão buscando-se um modelo próprio que reflita os anseios de liberdade dos trabalhadores e a realidade de nossos tempos. De qualquer modo, reivindica-se:

a – liberdade e autonomia sindical, abolindo-se qualquer tutela governamental;
b – todo o comando dos sindicatos deve repousar em suas assembléias que serão soberanas para ditar o procedimento das diretorias, as formas de atuação, a aplicação da contribuição sindical e outras receitas, a elaboração de seus estatutos;
c – direito de greve sem limitações, com pronta supressão da legislação restritiva;
d – direito à livre negociação com os empregadores para a obtenção do salário justo e das condições de trabalho;
e – substituição do contrato individual de trabalho pela convenção coletiva livremente negociada;
f – reconhecimento dos delegados sindicais e das comissões de empresas como órgãos do próprio sindicato junto ás bases;
g – liberdade de se associar a organismos sindicais internacionais.

4)- Educação e alimentação

Sabidamente, os trabalhadores são subnutridos. Alimentam-se mal já que os preços dos gêneros alimentícios crescem vertiginosamente enquanto, a cada dia, reduz-se o poder aquisitivo dos salários. A escola de ensino médio e superior é inatingível. Todavia, reivindicam os trabalhadores seu desenvolvimento cultural e técnico. Reclamam o direito de prestar a seus familiares uma alimentação sadia. Por isso, necessário que se garanta:

a – ensino gratuito;
b – livre acesso às universidades;
c – obrigatoriedade de as empresas criarem e manterem escolas de ensino primário e profissionalizantes;
d – padronização dos livros de ensino elementar e barateamento dos preços através de venda em cooperativas integradas pelos sindicatos;
e – tabelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade e das refeições servidas comercialmente;
f – incentivo à produção agrícola;
g – abolição do intermediário no comércio de gêneros alimentícios;
h – fiscalização da qualidade dos produtos alimentícios, legislação rígida a fim de fiscalizar a qualidade dos alimentos;
i – plena defesa do consumidor, através de legislação hábil, que o proteja contra toda a sorte de enganos, fraudes e espoliações;
j – obrigatoriedade de as empresas fornecerem, gratuitamente nos próprios locais de trabalho, refeições a seus empregados, com participação dos trabalhadores na fiscalização da legislação ou convenção pertinente.

5)-Problema habitacional

O trabalhador, normalmente, mora mal, em favelas e cortiços, pagando alugueis altíssimos, em locais que não contam com serviços básicos, de esgoto, água encanada, luz elétrica, utilizando-se de precários meios de transporte. Por isso mesmo, reclamam:

a – o direito de terem sua casa própria;
b – meios de financiamento para a aquisição de moradia, vedada a ação de intermediários, mediante critério que suprimam a correção monetária e os juros elevados. Necessário um órgão totalmente voltado para uma política habitacional, vedado contudo, o estímulo a sistemática adotada pelo Banco Nacional da Habitação estimulando a construção de mansões luxuosas quando os conjuntos populares permanecem abandonados;
c – os loteamentos só devem ser permitidos quando dotados de toda infraestrutura necessária: luz elétrica, água encanada, serviço de esgotos, meios de transporte coletivos;
d – abolição total do instituto da denúncia vazia que transforma o inquilino em vítima continuada dos proprietários;
e – tabelamento dos preços para venda e locação de imóveis;
f – estímulo à construção de casas populares através de coperativas e do sistema de mutirão, eliminando-se, na última hipótese, a exigência de pagamento da quota previdenciária.

6)- Justiça e direito do trabalho

Almejam os trabalhadores que as condições de trabalho sejam estabelecidas mediante negociações coletivas e também que eventuais litígios encontrem solução mediante atuação das Comissões Paritárias instituídas pelas próprias convenções. Apesar disso, necessário que sejam estabelecidos direitos mínimos em relação ao desenvolvimento do contrato de trabalho. Necessário, também, que um órgão imparcial, integrado no Poder Judiciário, possa ser reclamado, sempre que as negociações ou a intermediação das Comissões Paritárias não tenham êxito. Daí reivindicar-se:

a – solução dos litígios trabalhistas através das comissões paritárias instituídas em convocações coletivas de trabalho;
b – restituição do poder normativo da Justiça do Trabalho para fixar o restabelecimento do poder aquisitivo dos salários, reservado aos sindicatos as negociações para obtenção dos aumentos reais;
c – manutenção da Justiça do Trabalho, inclusive sua constituição paritária. Todavia, os representantes classistas, quando remunerados, deverão ser pagos pelos sindicatos, em conformidade com o que deliberar a assembléia que os indicou. Imperioso que se vede o exercício continuado do vocalato e que se permita a outros, que não aos próprios sindicatos, mediante eleições livres e diretas, a escolha dos representantes classistas;
d - ampliação da competência da Justiça do Trabalho, para apreciação de problemas relacionados com acidentes do trabalho, previdência social e questões sindicais;
e - garantia dos direitos vigentes, com mínimo contratual, transferido para as negociações coletivas, a fixação das demais condições de trabalho;
f - acesso aos cargos superiores mediante quadros de carreira elaborados com a participação dos sindicatos;
g - democratização das empresas através da participação dos trabalhadores nos lucros e na administraão do pessoal para fixação dos critérios de admissões, dispensas, incentivos, serviços assistenciais, e que se criem condições para que os tralhadores não só administrem, como fiscalizem a aplicação dos fundos coletivos criados em seu nome, tais como PIS, PASEP, FGTS, e outros que possam surgir. Desta forma, as empresas que forem contempladas com tais fundos, deverão admitir uma representação operária na sua fiscalização.
h - abolição do chamado poder disciplinar do empregador;
i - obrigatoriedade de instalação nas empresas de serviços médicos e creches, vedada a utilização de convênios;
j - instituição do salario profissional;
l - estabilidade imediata após admissão na empresa.

7)- Previdência social, higiene e segurança do trabalho

Induvidoso que nosso sistema previdenciário reclama ampla reforma. Já não se admite que a aposentadoria seja causa de redução do poder aquisitivo do trabalhador. Por outro lado, o direito à higiene e segurança do trabalho constitui-se, em verdade, uma parcela dos direitos humanos. De tal sorte reivindicam os trabalhadores:

a - equivalência dos valores de todos os benefícios previdênciários com a remuneração percebida quando em serviço, ajustados de acordo com os aumentos da categoria;
b - assistência médico-odontológica gratuita;
c - extinção dos convênios médicos das empresas através dos sistemas do INPS; d
d - fiscalização pelos sindicatos dos serviços assistenciais do INPS;
e - participação dos trabalhadores, em todos os orgãos da previdência Social, juntamente com os empregadores, em igualdade de condições com o Estado;
f - desburocratização e modernização da estrutura do INPS;
g - previdência social, igual e ampla, para todos, assalariados ou não, trabalhadores urbanos, rurais ou domésticos;
h - constituição das CIPAS com representantes de trabalhadores eleitos dentro das fábricas com eleições fiscalizadas pelo sindicato;
i - estabilidade no emprego, em qualquer tempo, em favor do trabalhador acidentado, em função compativel com seu estado físico;
j - punição às empresas que não eliminarem as causas motivadoras de acidentes do trabalho;
l - criação de um fundo de Desemprego através de recursos do Estado, capaz de atender situações de emergência;
m - criação de um fundo de greve.

Acreditando que os princípios aqui estabelecidos possam em breve ser discutidos por todos os trabalhadores, de todas as categorias profissionais em Congresso Nacional e, desta forma, firmar suas conclusões e assim, legitimamente, participar do processo de transformação social e desenvolvimento do Brasil.

Rio de Janeiro, julho de 1.978.

Entidades que assinaram ou apoiaram este documento:

Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC)

Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de São Paulo

Federação dos Bancários de Minas, Goiás e Brasília

Federação dos Químicos de São Paulo mais 68 sindicatos abaixo relacionados:

Alimentação do Rio Grande do Sul; Senalba, de Minas Gerais; de Bauru; de Bragança Paulista; laticínios de São Paulo; panificadores de Santos; padeiros de São Paulo;

Assistentes Sociais de Minas Gerais:
Alfaiantes de Belo Horizonte, **Vestuário**do Rio Grande do Sul **Têxteis** do Rio **Têxteis** de São Paulo, **Sapateiros** do Rio, **Sapateiro** da Bahia; em de Maranguape, Ceara; **Filiação e Tecelagem** Niterói;

Bancários de Belo Horizonte; de Porto Alegre; Bancários de Montes Claros; Bancários de Juiz de Fora; Bancários de Araxá; Bancários de Ituiutaba;
Comerciários de Ituiutaba;
Energia de Belo Horizonte; do Rio Grande do Sul; de São Paulo; de Campinas; do Rio; fumo de Belo Horizonte;

Gráficos de Belo Horizonte; de São Paulo; de Bauru;

Jornalistas de Minas; de Porto Alegre; de São Paulo; do Distrito Federal;
Vendedores e Distribuidores de jornais de Belo Horizonte;

Metalúrgicos de Mogi das Cruzes; de Timóteo-Acesita; de Belo HOrizonte; de João Monlevade; de São Bernardo e Diadema; de Santos; de Santo André; de Osasco; do Rio; de Brasília; de Cel. Fabriciano, Minas; de Niterói; de Guarulhos;

Petroleiros de Minas Gerais; de Santos; de Campinas e Paulinea de Mauá; de Campinas; da Bahia;

Petroquímicos de Cubatão; de Fortaleza; de Manaus; de Duque de Caxias (Baixada Fluminense);

Pavimentação de São Paulo;
Químicos de São Paulo; de Guarulhos;
Rodoviários do Rio;
Vidreiros do Rio;
Trabalhadores nas indústrias urbanas de Alagoas.

Duas associações: Associação dos Metalúrgicos Aposentados de Santo André; Associação da Indústria Têxtil de Angra dos Reis

"ESTAMOS VIVOS. A VOLTA SERÁ PIOR".

Comandos terroristas de extrema-direita arrombaram e saquearam a sucursal deste semanário em Belo Horizonte, três dias depois da invasão da sucursal de Curitiba. O governo continua a assegurar a impunidade do GAC, MAC, CCC, e outros organismos para-militares.

Depois da invasão, a Operação Confusão.

Um homem grisalho entrou na sucursal, disse que era sargento, mostrou carteirinha do SNI e declarou: "Ao governo não interessa que estas coisas aconteçam. Interessa que seja mantida a paz e a tranquilidade, principalmente num ano eleitoral. Uma coisa destas macula o nome do partido do governo. Quando o governo fala em liberdade de imprensa, não tem sentido um jornal ser invadido". Após uma semana da invasão e saque da nossa sucursal de Minas, as autoridades do estado não tomaram qualquer medida para apurar o atentado dos grupos para-militares de extrema-direita GAC e MAC, que continuam impunes.

Sexta-feira 28 de julho, oito horas da manhã. A secretária da sucursal de EM TEMPO em Belo Horizonte encontra a porta da sede arrombada. Pichações na varanda e na parede da casa vizinha. Nem precisou ler as inscrições para concluir que se tratava de uma extensão do atentado terrorista que o jornal sofrera três dias antes em sua sucursal de Curitiba – quando o Comando de Caça aos Comunistas, CCC, invadiu a sede, pichou as paredes, roubou documentos, e deixou uma inscrição, se auto-intitulando "Ala Os 233", referência explicita ao listão de policiais e militares acusados como torturadores, que EM TEMPO publicou em seu número 17.

Com receio das ameaças escondidas por detrás de uma porta arrombada, a secretaria saiu rapidamente à procura de um telefone. Meia hora depois, acompanhada do gerente da sucursal e mais alguns colaboradores do semanário, ela ansiosa empurra a porta e entra na casa.

A sala toda desarrumada. Marcas de tinta spray preto e vermelha, por todos os lados. Paredes, dicionários, máquinas descrever, mesas, murais, nada ficou sem a pichação preta de MAC, ou vermelha de GAC.

Às 9 h 30m, as pessoas mal cabiam dentro da casa. Acionistas e colaboradores do seminário, jornalistas, representantes dos movimentos oposicionistas locais, se espremiam no pequeno espaço da sede.

Esbarrando e sujando-se nas tintas das inscrições: "Voltaremos logo", "Entrei de sola, depois volto", "a volta será pior", pelas paredes.

Todos se movimentam à procura de informações mais detalhadas, discutem o que fazer, levantam o que foi roubado. Jornalistas acompanham de perto e gravam tapes. Às 10h30m, o gerente da sucursal atravessa apressadamente a rua e entra na agência do Banco Real, em que faz os depósitos de dinheiro, e solicita o cancelamento dos cheques da empresa. Entre muitas outras coisas, os assaltantes tinham levado os talões de cheque, além de uma máquina calculadora eletrônica, um mimeógrafo a álcool.

Ao meio-dia, um carro da Polícia Militar estaciona na frente do jornal. Dois solados chegam até a varanda e se dirigem a um dos membros da sucursal:

– Recebemos uma denúncia de que neste endereço havia ocorrido um atentado contra o patrimônio, dizem.

– Por favor quem fez a denúncia?

– A Central de Polícia, respondem, recebeu um telefonema.

– Quem telefonou?

– Não sabemos, acrescentam os soldados.

– Então não foram os senhores?

– Não, não fomos nós. Então aqui está tudo em ordem?, insistem os policiais.

Às 13 h 30m, a sucursal vai engrossando a lista dos materiais roubados: chaves de malote, borrador de livro caixa, lista de assinantes, documentos contábeis. Um repórter interpela um senhor grisalho que acaba de entrar, acompanhado de mais duas pessoas:

– Qual o seu nome?

– Não digo, somos agentes da Polícia Federal, em serviço, retrucam as visitas.

Chapel na mão, lapis em punho, começa a circular pela casa, aparentemente fazendo anotações. O gerente da sucursal cobra mais uma vez a indentidade do policial, que torna a se recusar.

– Bem, até o momento não solicitamos a presença da polícia, suas vistorias são dispensáveis, fala o gerente.

– Então, até logo, responde o agente com um sorriso irônico.

Agente do agente do SNI

Às 15h, abrindo passagem, afastando ferramentas, entra na sala um senhor, à procura de um responsável pelo jornal. Cabelos crespos, cerca de 1m 85 de altura, aparentando 40 anos, bigode discreto, passadas largas e rijas. Identifica-se como agente do Serviço Nacional de Informações do exército. Na única sala que escapou ao vandalismo do GAC-MAC, o agente teve uma estranha conversa com dirigentes do jornal, cuja reprodução de memória é a seguinte:

"Eu sou do SNI (**mete a mão no bolso interno de seu blusão e exibe rapidamente uma carteira daquele órgão**). Estou aqui por determinação de meu comandante, o coronel (**não diz o nome**). Fiquei sabendo através de noticiário de uma rádio que o jornal de vocês foi invadido por elementos desconhecidos. O coronel manda dizer prá vocês, que é completamente contra estas arbitrariedades. Que isto não é coisa comandada. Que pode até ser feita por agentes dos órgãos de segurança – ou de repressão, como queiram – mas com o completo desconhecimento do comando.

"Eu sou sargento. Não sou fixo do SNI. Estou hoje prestando serviços neste órgão. Amanhã poderei ser transferido. Ninguém é fixo. Assim, o mais provável é que este tipo de coisa que aconteceu com o jornal de vocês tenha sido obra de ex-agentes, em grupo ou isolados. Ex-agentes ainda imbuídos de uma mentalidade antiga, violenta."

"O que vocês notaram, quais as informações, roubaram alguma coisa? Isto é muito importante para a gente conseguir descobrir alguma coisa"

"Informações são importantes. Às vezes por falta de um detalhe, a gente deixa de descobrir uma coisa. Coisas iguais a esta tem acontecido aqui em Belo Horizonte. Explodiram uma bomba na gráfica do DCE-UFMG. Eu mesmo fui lá fazer a investigação. Explodiram outra no D.A. Medicina. É difícil descobrir. O coronel tem todo interesse em descobrir os responsáveis. Pois ao governo não interessa que estas coisas aconteçam. Ao governo interessa que seja mantida a paz e a tranquilidade, principalmente num ano eleitoral. Uma coisa destas macula o nome do partido do governo".

(Depois de ser informado sobre a visita de agentes da Polícia Federal) "Olha, eu passei na Polícia Federal antes de vir para cá, e segundo a chefia, nenhum agente recebeu ordens de vir investigar esta casa. Às vezes a investigação fica difícil por que as pessoas se recusam a dar informações. Vocês não sabem de nenhum detalhe mais que eu possa ajudar. Juntando uma coisa aqui e outra ali, a gente pode acabar descobrindo os responsáveis. Por exemplo, um informante meu, aluno da escola de medicina, disse que aquela bomba lá no D.A. foi colocada pelos próprios estudantes, com objetivo de chamar atenção da opinião pública, sensibilizar a opinião pública contra o governo."

"Ainda mais num ano eleitoral o governo não tem interesse nessas coisas. Quando o governo fala em liberdade de imprensa, não tem sentido um jornal ser invadido".

No meio da conversa, ele atendeu a solicitação dos interlocutores e deu o nome através da carteirinha, como sendo: sargento Eustáquio Ferreira, agente do SNI.

Autoridades mineiras se esquivam da imprensa

Uma semana após o atentado terrorista do MAC e GAC contra a sucursal mineira do EM TEMPO. A Superintendência da Polícia Federal em Belo Horizonte informava que naquele departamento não havia qualquer inquérito em andamento para identificar os responsáveis pela invasão ao jornal e roubo de materiais.

O órgão policial revelou, através do delegado responsável pelas informações à imprensa, que o fato de agentes da Polícia Federal terem comparecido à sucursal e solicitado informações sobre o atentado não significa que a Polícia Federal abriu inquérito sobre o caso. Isto porque "compete à Polícia Federal investigar os fatos que envolvam a Segurança Nacional". O caso do Em Tempo possivelmente não foi considerado como de "segurança nacional" mas apenas "privado". Assim, só será aberto o inquérito se houver solicitação.

Procurados por jornalistas, o delegado David Hazam, diretor do DOPS em Minas Gerais, e o delegado Thacir Omar Menezes Sia, delegado superintendente da Polícia Civil em Minas Gerais, disseram que casos desta natureza competem "à Polícia Federal e só ela é que pode prestar informações". Os delegados David Hazam e Thacir Sia são citados no listão de 233 torturadores denunciado por presos políticos. No listão publicado pelo Em Tempo, o delegado David Hazam é o 165º da lista, e o delegado Thacir Sia aparece sob o número 55.

Procurado pelo Em Tempo, o governador de Minas, Ozanam Coelho, alegou "agenda cheia", e com isto não concedeu entrevista a respeito do atentado do GAC e MAC contra a sucursal do jornal em Belo Horizonte. Através da assessoria de imprensa do Palácio dos Despachos, Ozanan Coelho disse que "não poderia passar por cima da Secretaria de Segurança, e que o jornal procurasse primeiro o secretário." Isto foi feito. No entanto, o secretário encontrava-se em viagem pelo sul do estado. Dessa maneira, até o presente momento o governo de Minas não se pronunciou sobre o atentado. Isso, a despeito da Associação Brasileira de Imprensa, através de seu presidente Barbosa Lima Sobrinho, ter encaminhado carta ao governador Ozanam Coelho. De acordo com a assessoria de imprensa do governador, essa carta não havia chegado ao Palácio dos Despachos.

Perseguição em sete capítulos contra a Anistia

O GAC não dá tréguas à seção mineira do Movimento Feminino pela Anistia, desde que foi criado em junho do ano passado. Bombas, ameaças, tentativas de desmoralização, esvaziamento de pneus, bloqueio de correspondência. E o relato de dona Helena Greco, dirigente do MFPA.

O Movimento Feminino Pela Anistia, MFPA, iniciou suas atividades em Minas Gerais a partir de uma assembléia realizada em junho do ano passado, na Igreja de São Francisco das Chagas, em Belo Horizonte, onde funciona desde então a sede da Seção Mineira do movimento. As 70 mulheres presentes à primeira assembléia elegeram um conselho provisório. No dia 26 de novembro, dona Helena Greco foi escolhida a primeira presidenta do MFPA em Minas.

Entre atentados a bomba, ameaças de morte, interceptação de correspondência e outros fatos, dona Helena cita sete episódios principais que revelam como o MFPA-MG tornou-se um dos alvos prediletos do Grupo Anti-Comunista (GAC). O roteiro de ações terroristas do GAC é o seguinte:

28 de março de 78

GAC lança uma bomba na igreja de São Francisco das Chagas, sede do MFPA-MG. Até hoje nada foi apurado pela polícia. Dona Helena relata o que aconteceu: "no Dia Internacional da Mulher, 8 de março, iniciamos uma grande campanha do MFPA, chamada Campanha Intensiva Pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Em todo o mês de março e até o dia 18 de abril, nós fizemos diversas mesas - redondas, debates e atos públicos com a participação de outros movimentos que se solidarizam com a luta pela anistia. Foi aí que começaram as ameaças e os atentados contra o MFPA. O primeiro atentado foi o lançamento de uma bomba em nossa sede. Nesse dia os estudantes realizaram um ato público que eles chamaram de Dia Nacional de Protesto, em memória a Edson Luiz, Alexandre Vanucchi e outras vítimas da repressão. Nesse mesmo dia fui avisada por telefone, às 16h, pouco antes do inicio da manifestação, à qual o MFPA compareceu: "é melhor não sair de casa para o ato público porque paira uma ameaça de morte sobre sua pessoa, disseram no telefone".

Prossegue Dona Helena: "à noite, entre as 20h e 22h, o GAC jogou a bomba na igreja. A bomba explodiu mas não feriu ninguém. Dentro da igreja estava sendo realizada uma reunião do MFPA, e numa ala da igreja várias crianças treinavam judô. Até hoje não foi feita nenhuma investigação para apurar esse atentado."

7 de abril

Dessa vez, diz Helena Greco, "o GAC colocou um aviso no para-brisa do meu carro, na garagem de minha casa. Dizia assim: "Olho por olho. A cada ação uma reção. GAC-28 de janeiro."

18 de abril:

O MFPA promoveu um ato público de encerramento da campanha intensiva pela anistia. A Concentração foi feita no páteo da Igreja do Colégio Santo Antonio, e lá estavam 1500 pessoas, de diversos setores sociais, e parentes de presos políticos, cassados e banidos. No decorrer da concentração, lembra Helena Greco, o DOPS entrou no páteo da igreja dizendo que tinha uma bomba no local. Em seguida, os agentes do DOPS afirmaram que a bomba estava dentro de uma caixa de sapato que teria sido achada no banheiro. Acontece que muitas pessoas tinham entrado no banheiro e nada viram. O DOPS impediu que os membros do MFPA acompanhassem a investigação. "Aliás, só nos permitiram ver a bomba depois que três policiais entraram no páteo portando sacolas grandes, e depois se dirigiram ao banheiro. A partir daí apareceu a tal caixa e a tal bomba. É muito estranho. O que eles queriam mesmo era dissolver o ato público."

"Curiosamente, enquanto isso acontecia dentro do colégio, lá fora na rua, oito carros de membros do MFPA foram pichados com a inscrição GAC e tiveram os pneus furados. Isso feito nas barbas da Polícia. Resolvemos continuar a manifestação na sede do DCE. Ninguém foi embora. Na porta do DCE, em vez da polícia garantir a realização do ato público, quem esteve presente, de novo, e impunemente, foi o GAC, que tornou a pichar os carros e a furar mais pneus. É muito estranho, não é?", indaga Helena Greco.

19 de abril, madrugada

Terminada a concentração do dia anterior, dona Helena foi para sua casa, em companhia de Teresinha Zerbini, presidente nacional do MFPA. No trajeto, elas foram seguidas por um Volks azul claro. "No início da madrugada, um carro freiou bruscamente em frente a minha casa. Eu, minha filha, uma companheira do MFPA, estávamos acordadas. Ouvimos o ruído da freiada e o grito "GAC". Corremos lá fora e ainda vimos um volks azul dobrar a esquina, provavelmente o mesmo que havia nos seguido. Sentimos um cheiro de pólvora muito forte, e, então, corremos para dentro de casa. Foi a conta. A explosão da bomba foi tão forte que pensamos que tinha sido dentro de casa. Por sorte, ao ser lançada, a bomba bateu no portão e caiu no passeio, e ao explodir fez um buraco no passeio. Nada disso até o dia de hoje foi apurado. A Polícia Federal abriu inquérito, fui lá depor, e ficou por isso mesmo."

11 de maio

"Utilizando um cartão postal lançado pelo MFPA-MG em sua campanha de solidariedade aos presos políticos em greve de fome, no Recife, o GAC imprimiu nesses cartões declarações atribuidas ao movimento com o intuito de nos desmoralizar", denunciou dona Helena. Esse mesmo cartão foi impresso pelo GAC e distribuído pela cidade, tendo sido afixado em postes de diversos bairros de Belo Horizonte. Por essa razão, o MFPA teve que publicar matéria paga de esclarecimento no jornal Estado de Minas. Foi necessário o recurso da matéria paga porque a redação do jornal foi notificada pela direção de que nada poderia ser publicado a respeito de anistia e MFPA. Por que a direção do Estado de Minas baixou essa proibição? Até hoje ninguém sabe," comenta a presidenta do MFPA mineiro.

11 de maio

Três homens entraram na Igreja de São Francisco das Chagas e estavam afixando o cartão falsificado, impresso pelo GAC. O padre viu e interpelou os três homens, dizendo-lhes que não podiam fazer aquilo. Impediu que o cartão fosse afixado na igreja e foi desacatado pelos membros do GAC, os quais não pôde identificar.

10 de julho

No Brasil inteiro se realizava o Dia Nacional de Protesto em desagravo ao estudante Edval Nunes, o Cajá, preso no Recife, torturado pela Polícia. O MFPA-MG havia promovido uma campanha de solidariedade aos presos políticos de Pernambuco. Membros e simpatizantes do MFPA enviaram às autoridades, de Pernambuco centenas de cartões do MFPA com mensagem de solidariedade aos presos políticos de Itamaracá. Os cartões foram enviados por correio de diversas cidades do interior de Minas e de Belo Horizonte. Não se sabe como, o fato é que o GAC teve acesso aos cartões, seja porque os interceptou no correio, seja porque teve outra forma de acesso aos cartões. Dezenas desses cartões, com as mensagens manuscritas pelos remetentes, foram lançados no jardim da casa de dona Helena Greco. O correio não abriu inquérito. A polícia nada fez.

Muita bomba contra o movimento estudantil

Os atentados na universidade começaram pouco antes de um debate sobre os "Contratos de Risco", em 1975. De lá para cá, o GAC e o MAC reapareceram diversas vezes para dar o ar de sua graça e espalhar a intimidação do seu terrorismo, chegando ao espancamento de um líder estudantil e ao empastelamento da gráfica do DCE-UFMG.

As entidades estudantis de Belo Horizonte já sofreram numerosos ataques do GAC e do MAC, que vão desde a invasão de sedes das entidades, durante as quais são praticadas depredações, pichações e roubos, até a prática de atentados à bomba.

Em 1976, houve dois casos de provocações contra o movimento estudantil em Belo Horizonte. O estudante de medicina Apolo Sérgio foi atacado em sua casa por desconhecidos. Seu apartamento foi inteiramente destruído. A polícia abriu inquérito. Durante os interrogatórios todo esforço foi feito pela polícia para que os depoentes, no caso os estudantes, de vítimas de um atentado, fossem transformados em réus. Resultado do inquérito: nada apurado.

No ano de 75, o cientista social Moniz Bandeira esteve em Belo Horizonte numa conferência sobre "Os contratos de risco" a convite do DCE-UFMG. A conferência já estava para ser iniciada, na sede do DCE-cultural, quando a entidade é avisada que havia uma bomba no local. Feitas as buscas, nada foi encontrado, e não se sabe até hoje quem fez a denúncia. O fato é que a conferência ainda assim foi realizada.

Em junho de 1977, o Movimento Anti-Comunista, MAC, deu sinal de vida. Os estudantes de todo o Brasil estavam representados pelos delegados de entidades que vieram a Belo Horizonte para participarem do III Encontro Nacional de Estudantes, o III ENE, o local de encontro, a Faculdade de Medicina, foi cercado pela Polícia Militar e pelo DOPS. Centenas de estudantes foram presos e conduzidos para o Parque de Exposição pecuária da Gameleira. No dia seguinte, 5 de junho, alguns estudantes chegaram ao Diretório Acadêmico da Medicina e encontraram a sede vasculhada e as paredes pixadas com a sigla MAC. O MAC roubou pastas escolares e destruiu o mimeógrafo do diretório.

O primeiro atentado a bomba contra o movimento estudantil aconteceria meses depois. Foi no dia 28 de março de 1978, o Dia Nacional de Protesto, organizado em todo o Brasil pela Comissão pró-UNE, formada por 17 Diretórios Centrais de Estudantes, os DCEs.

Nesse dia 28 de março, à noite, o Grupo Anti-Comunista, GAC, jogou uma bomba no Diretório Acadêmico da Medicina, estourando a fachada de vidros. Devido a grande potência da bomba a laje de concreto trincou. Ninguém foi ferido.

Ainda nesse mesmo dia, simultaneamente ao atentado contra o DA medicina, o GAC atirou bombas no Centro Cultural do DCE, danificando toda a fachada e as laterais do prédio. Não ficou nisto. Também a Faculdade de Filosofia foi atacada. O GAC jogou uma bomba no páteo de automóveis dessa escola e outra na Faculdade de Direito, no centro da cidade. Os atentados eram acompanhados de panfletagem, e nos papéis estava escrito: "GAC, olho por olho."

No dia 7 de abril os 17 DCEs, que constituem a Comissão Pró-UNE faziam um encontro nacional em Belo Horizonte. O GAC colocou três bananas de dinamite no DA medicina. Não chegaram a explodir porque o pavio apagou e foi encontrado queimado pela metade por um grupo de estudantes. Ainda no dia 7 de abril, uma bomba foi atirada pelo GAC no DA Economia, localizado no centro da cidade. Esta era "de efeito moral", e explodiu.

O último atentado ocorreu no dia 18 de abril. Exatamente às 23h30, pouco depois do encerramento do ato público convocado pelo Movimento Feminino pela Anistia-MG, o GAC jogou uma bomba na oficina gráfica do DCE, sede administrativa. A explosão destruiu inteiramente o mimeógrafo, estantes, mesas, estourou a porta e abalou o prédio.

A polícia até hoje nada apurou.

SOLIDARIEDADE SOLIDARIEDADE SOLIDARIEDADE

Barbosa Lima, : "se acham a tortura necessária, então que a assumam".

"Não há como ocultar os nomes dos torturadores. Não se preocupem mais cedo ou mais tarde, eles vão aparecer."

Estas foram as palavras do presidente da Assiciação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, ao condenar os atentados, pouco depois de liberar à imprensa uma nota de protesto, exigindo do governo "a apuração e a punição dos responsáveis pelos atentados de Curitiba e Belo Horizonte", além de dois telegramas: ao governador de Minas e ao diretor do DPF (sobre o caso do jornalista Orlando Mindelo).

Segundo Barbosa Lima, no momento em que o governo se mostra interessado em permitir um clima de relativa liberdade, a repetição de tais atos terroristas só contribui para perturbar o ambiente e exige punição rigorosa. "Os jornais atingidos, diz ele, vêm cumprindo apenas um dever, que é o direito de informar livremente". E mais: "Se os torturadores pensam que podem evitar que seus nomes sejam conhecidos, estão muito enganados. Se acham a tortura necessária, então que a assumam. Impedir que seus nomes sejam revelados é que é impossível".

Barbosa Lima ainda lembrou o assassinato do general Humberto Delgado, ocorrido "nas trevas do regime salazarista, em Portugal", e recentemente desvendado, com todos os pormenores, em livro editado em Lisboa.

- Todos os nomes dos que participaram do assassinato, toda a trama que foi feita para atrair o general Delgado a Portugal, os que atiraram, inclusive os que conduziram o cadáver, todos ficaram conhecidos!

O presidente da ABI diz que o caso brasileiro é ainda pior: "Até agora, nada se sabe das bombas que foram jogadas na ABI (em agosto de 76). Como não se tem a menor notícia a respeito dos atentados sofridos por outras associações e entidades". Quanto ao processo aberto pela Secretaria de Segurança, no Rio, ele disse que "deve estar lá, arquivado, desde o começo". Mas as coisas não vão ficar assim: "A ABI só está aguardando um pouco mais de garantia para o poder judiciário e, então, entrará com uma ação de perdas e danos contra o Estado".

Finalmente, Barbosa Lima fez questão de lembrar a missão da Associação Brasileira de Imprensa:

– Tanto quanto a OAB, não fazemos política, não somos políticos, e fomos alvo dos terroristas. Nossa missão é dar proteção e garantia aos jornais e jornalistas, cumprindo um dever estrito do estatuto da entidade. Da mesma forma que a OAB quando cumpriu o seu dever de dar assistência aos presos políticos".

Eis, na íntegra, a nota liberada pelo presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, a propósito dos recentes atentados contra o jornal:

"A Associação Brasileira de Imprensa estranha que, num momento em que se procura estabelecer para a atividade do jornalismo brasileiro um clima de liberdade e de garantias legais, ocorram episódios como os que acabam de se verificar em relação ao jornal "EM TEMPO", vinte dias depois, em lugares tão distantes como Curitiba e Belo Horizonte, e que revelam a presença de articulação de grupos terroristas, na tentativa de intimidar a ação da imprensa, em casos que exigem e impõem a mais ampla publicidade.

A inclusão de inocentes numa lista de torturadores pode ter remédio eficaz na própria Lei de Imprensa. Mas a revelação de culpados, no caso de serem culpados, não é crime e constitui um serviço prestado ao prórpio governo, que tão reiteradamente vem recusando qualquer responsabilidade em atos que não deixa de repudiar.

Cabe, pois, ao próprio governo, com as providências que venha a adotar na apuração e punição desses atentados de Curitiba e Belo Horizonte, deixar fora de qualquer dúvida a sua condenação a processos que contrariam orientação firmada na sua política de respeito a liberdade de informação.

Rio, 2 de agosto de 1978."

"Que eles estão vivos, nós sabemos".

Esta é a "nota de denúncia" distribuída pela sucursa de Minas do jornal EM TEMPO, ainda na manhã de sexta-feira:

"Na madrugada do dia 28 de julho a sucursal de Belo Horizonte do jornal EM TEMPO foi invadida por membros do GAG (Grupo Anti-Comunista) e MAC (Movimento Anti-Comunista). A porta foi arrombada e todas as paredes pixadas em preto e vermelho. Reviraram o arquivo de ponta a ponta e dele retiraram vários documentos da empresa, como atas de assembléia e procurações. Roubaram uma calculadora eletrônica, um mimeógrafo e talões de cheque.

A invasão da sucursal de Belo Horizonte ocorreu três dias após a sucursal do EM TEMPO em Curitiba ter sofrido invasão perpetrada pelo CCC que arrombou arquivos, roubou material e fixou nas paredes a inscrição "CCC Ala Os 233".

Tais acontecimentos passam a ocorrer depois que o semanário EM TEMPO em seu número 17, publicou alista de 233 torturadores, documento elaborado por vários presos políticos que nele denunciavam torturas que sofreram ou presenciaram, acompanhado de nome e identidade dos torturadores. No segundo número seguinte, tal relação foi confirmada pelo depoimento de um dos integrantes da lista, ex-chefe de um dos órgãos de repressão de MG. O nº 21 publicou denúncias de familiares de presos que foram assassinados pelos mesmos órgãos de segurança.

Frases como "estaremos de volta", "estamos vivos, " "a volta será pior", foram pintadas nas paredes da sucursal de BH.

Que eles estão vivos nós sabemos. O cotidiano de arbitrariedades e violências bem o demonstram. Mas jamais poderiam estar de volta, porque nunca partiram. A denúncia do caráter de um regime que faz da repressão e da violência as suas armas de um regime que gerou em seu interior torpes organismos, que faz do desrespeito as liberdades mais elementares uma constante, é uma das bandeiras fundamentais do EM TEMPO, da qual não abrimos mão. A presença dos GAC, MAC, CCC, a condenação do artista plástico Lincoln Volpini, a invasão da casa do responsável pelo jornal VERSUS em Brasília, e de outro lado, a impunidade de suas ações, são a certeza de que nossa luta intransigente pelas Liberdades Democráticas continuam na ordem do dia e que só a sua definitiva conquista conseguirá extinguir toda a opressão e injustiça que se abatem sobre a maioria do povo brasileiro."

No Rio, de Janeiro a "nota de denúncia" recebeu a adesão das seguintes entidades e instituições:

Jornais: FLAGRANTE, REPÓRTER, VERSUS (sucursal do Rio), BAGAÇO, DEBATE.

Diretório Central dos Estudantes Mario Prata, da Universidade Federal do Rio de Janeiro

AMEREJ - Associação de médicos residentes do Rio de Janeiro

Comitê Brasileiro pela Anistia - RJ (Iramaia Benjamim, presidente em exercício)

REME - Movimento de Renovação Médica

Centro de Estudos Noel Nutels

Movimento de Convergência Socialista (Coordenação Estadual do RJ)

Federação de Teatro Independente do Estado do RJ

Diretório Acadêmico Tiradentes - PUC-RJ

Centro Acadêmico da Escola de Belas Artes da UFRJ

DCE - Universidade Federal Fluminente

Diretório Acadêmico Raimundo Soares - ICHF - UFF

Diretório Acadêmico Hermann Júnior - F.E.A. UFF

Diretório Acadêmico de Psicologia - UNF

Centro Acadêmico Economia - UFF

Centro Acadêmico Economia - UFRJ

IEPES - MDB RJ

Nucleo Negro Socialista

Faoro, da OAB: "parece que virá uma nova escalada da reação".

"Todos ficam preocupados com esse tipo de coisa, mas principalmente nós, que já o sofremos. O jornal fez denúncias, citou nomes, e fica-se pensando que os acusados estão, agora, se defendendo dessa forma... É inevitável, no regime em que vivemos. Mesmo no caso da Ordem dos Advogados, eu não estou inteiramente tranquilo. Parece que estamos na iminência de uma nova escalada da reação. De qualquer modo, quero deixar clara a minha total solidariedade e o repúdio da OAB a esse tipo de atentado."

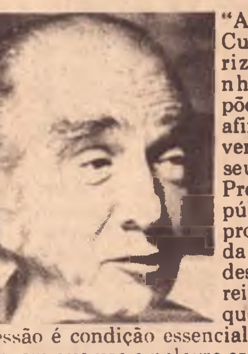
(REYMUNDO FAORO, presidente da ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL)

Niemeyer: "me espanta que essas coisas ainda aconteçam no Brasil".

"Sou contra qualquer medida que represente cerceamento da liberdade de imprensa, ainda mais atos como esse, que violam essa liberdade - uma conquista democrática de todos os povos civilizados. Me espanta que, no Brasil, essas coisas ainda aconteçam. E me solidarizo com os companheiros do jornal EM TEMPO".

(OSCAR NIEMEYER, arquiteto, membro do CENTRO BRASIL DEMOCRÁTICO)

Hélio Silva: "silêncio agora é mais que covardia, é uma cumplicidade!"



"As ocorrências de Curitiba e Belo Horizonte envergonham o Brasil, põem em xeque as afirmativas do governo atual e do seu candidato à Presidencia da República, ofendem a propriedade privada e insistem no desrespeito aos direitos humanos, de que a liberdade de expressão é condição essencial.

Homem que usa a palavra escrita como seu único instrumento, escritor, jornalista, ocupando no momento a Presidência do Conselho da ABI, aqui deixo o meu mais veemente protesto, mesmo porque o silêncio, agora, é mais que uma covardia: é uma cumplicidade."

(Hélio Silva, historiador)

Alceu Amoroso Lima: "liberdae relativa não passa de impostura".

"Eu considero que a liberdade de imprensa, tal como está aí, é tão limitada, que fica sujeita a atos das autoridades que, de fato, desrespeitam aquilo que foi anteriormente concedido. É preciso garantir essa liberdade.

O que está acontecendo com o EM TEMPO, agora, e que já aconteceu com tantos outros jornais, é a consequência de uma liberdade relativa, que não passa de uma impostura. Como a clandestinidade de direita está muito mais ativa que a de esquerda, os jornais livres ficam sob esta ameaça. Porque são por uma liberdade atuante e verdadeira, contra uma liberdade falsa. E porque nós vivemos, ainda, numa situação da maior insegurança do ponto de vista da liberdade de imprensa, acho que o protesto deve ser contínuo."

(Alceu Amoroso Lima, jornalista e pensador católico)

O governo não esta feliz com a divulgação do pelotão da tortura.

O fato de vocês terem o jornal EM TEMPO invadido, terem as suas instalações pichadas com a inscrição "CCC-Grupo dos 233", dá na gente certezas e preocupações:

A certeza de que o inimigo do povo brasileiro continua se armando de todo expediente arbitrário contra aqueles que se opõem a situação vigente; a certeza de que o regime militar se confunde com esses grupos "para-militares", pela omissão e a má vontade em apurar tais crimes, até mesmo pela concordância com eles, expressa em atitudes e declarações de determinadas autoridades do governo.

Devemos ter a preocupação de denunciar através dos canais existentes, a existência de grupos armados, praticando estes danos contra a liberdade que deve ter um jornal de informar ao pais aquilo que os meios convencionais ou coniventes não fazem.

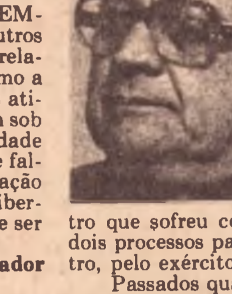
E esse caso, como tantos outros, cairão nas evasivas, mesmo porque o governo não está feliz com a divulgação dos nomes de um pelotão de funcionários da tortura, todos naturalmente tutelados desse regime mititar que ainda está por aqui, distribuídos nos inúmeros campos de torturas que infelizmente temos nesse país.

No entanto, nós estaremos sempre atentos para estas agressões e estamos solidários com vocês do jornal, denunciando este tipo de coisas junto aos estudantes a quem representamos e a comunidade de modo geral.

Um abração

Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal da Bahia.

D. Hipólito: "um jornal que assume posição crítica corre certos riscos".



Sequestrado em 22 de setembro de 1976, por elementos que se autodenominavam representantes da ALIANÇA ANTI-COMUNISTA BRASILEIRA (AAB), o bispo da diocese de Nova Iguaçú, Dom Adriano Hipólito, diz que para apurar as autorias do sequestro que sofreu com seu sobrinho, foram feitos dois processos paralelos: um, pelo DOPS; e outro, pelo exército.

Passados quase dois anos do ato terrorista, o bispo de Nova Iguaçú não teve informações precisas, até agora, sobre a quantas andam os processos policiais.

Eis sua declaração de solidariedade: **"As invasões que o EM TEMPO sofreu? É óbvio: um jornal que assume uma posição crítica, em relação à realidade que está aí, corre certos riscos. Eu diria que esses grupos de direita são levados por idealismos radicais ou estão em defesa de certos interesses estranhos..."**

A proposta de degate, uma resposta de puro vandalismo.

"O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, diante dos atos de violência praticados contra a Sucursal de Belo Horizonte do semanário Em Tempo, por grupamentos que se intitulam GAC e MAC, vem, muito mais do que protestar contra a brutalidade da ação criminosa, lamentar profundamente com tristeza e perplexidade que a sociedade brasileira ainda consiga suportar em sua estrutura organizações desesperadas que, à proposta de debate e da livre discussão das idéias, só tenham como resposta o puro vandalismo, clandestino e inútil. Na esperança de que tais atos nada mais signifiquem que os extertores de um breve momento de arbítrio em nossa história, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais apresenta aos companheiros do Em Tempo a sua integral e irrestrita solidariedade."

Nota oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais.

O governo deve fazer ampla investigação e punir os responsáveis.

Exmo. Sr.
General Ernesto Geisel
DD. Presidente da República
BRASÍLIA - DF

Senhor Presidente:

Exatamente no momento em que os jornais começam a desfrutar de um clima de maior liberdade, em consequência do levantamento da censura que ainda vinha sendo exercida contra algumas publicações, assiste-se a uma nova escalada de violências. Grupos extremistas identificados com propósitos anti-democráticos, contrários, portanto, aos interesses da maioria do povo brasileiro, invadiram as sucursais do jornal EM TEMPO, em Curitiba e Belo Horizonte, e a residência do correspondente do jornal VERSUS, em Brasília. E tais fatos, indiscutivelmente, representam uma forma, igualmente atentatória, tanto ao livre exercício profissional quanto ao legítimo direito à informação.

Os jornalistas de Porto Alegre, através de seu Sindicato, entendem que, além de providências que assegurem o livre funcionamento desses veículos, é atribuição do Governo fazer a mais ampla investigação em torno de tais episódios, a fim de que os responsáveis sejam punidos. Só assim se evitará a repetição desses atos, que extrapolam o próprio cerceamento à liberdade de informação, transformando-se em ameaças à integridade física dos jornalistas.

Na expectativa de que Vossa Excelência determinará junto aos setores competentes do Governo as providências que os fatos citados exigem, subscrevemo-nos,

Atenciosamente

Antonio Manoel de Oliveira
Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre

Isso prova como o "pacote" de reformas não passa de engodo

"Estes atos demonstram como as reformas do governo não passam de um engodo, pois não faltam nada a respeito da extinção dos órgãos de repressão. De lá é que saem os homens que integram esses grupos paramilitares, não é? O EM TEMPO pode contar com a nossa solidariedade, inclusive porque o nosso jornal sindical, "O Petroquímico", também sofreu repressão. A diretoria da Petroflex, subsidiária da Petrobrás, proibiu sua circulação dentro da fábrica, a menos que nós concordássemos com a censura prévia deles. Mas nós não concordamos, é claro..."

(JOÃO CARLOS ARAÚJO, secretário do STI Petroquímica de Caxias, Baixada Fluminense)

O terrorismo desafia a fração democratizante das Forças Armadas.

"Não há dúvidas de que o Brasil vive tempos de transição muito importantes e difíceis. Se, de um lado, vemos a grande imprensa estampando pungentes relatos de torturas - como a extensa reportagem sobre o Frei Tito, há pouco dias publicada pelo Jornal do Brasil -, o que seria indicação de um sinal verde partido de pelo menos parte das Forças Armadas em direção à uma abertura democrática; de outro lado, vemos a direita, ainda com toda força, abertamente depredando e saqueando o jornal EM TEMPO, sem favor o melhor e mais corajoso jornal da atualidade. Para nós, a parte do povo brasileiro que luta com todas as suas energias pelo restabelecimento de um regime democrático no país, essa ação se constitui em motivo de profunda revolta, pois fica claro que a direita ainda tem, no atual sistema, a força necessária para atos terroristas desta espécie, os quais, até agora, ficaram impunes. Desta maneira, o terrorismo de direita constitui, hoje, um verdadeiro desafio à fração democratizante das Forças Armadas"

(IRAMAIA BENJAMIM, presidente em exercício do COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA).

Esse desespero não conterá nosso futuro democrático e socialista.

Companheiros do EM TEMPO

Nós da Convergência Socialista lhes hipotecamos total solidariedade e repudiamos com veemência os covardes ataques dos grupos paramilitares às sucursais de Curitiba e Belo Horizonte. Esses ataques visam conter a luta pelas liberdades democráticas que tem em vosso periódico um dos mais destacados e resolutos porta-vozes. Mas bem o sabemos, que não serão estes capazes de abalar a firme convicção democrática dos companheiros. A vossa luta é a nossa e da maioria do povo brasileiro. O desespero dos cultuadores da dependência nacional não será capaz de conter a realização do povo brasileiro portanto não será capaz de impedir o futuro democrático e socialista.

Neste momento queremos agradecer aos companheiros pela solidariedade que prestam na nossa luta pela libertação dos nossos companheiros presos em Brasília, nos dias 18 e 20 p.p., e pelo repúdio à invasão da sucursal de VERSUS em Brasília.

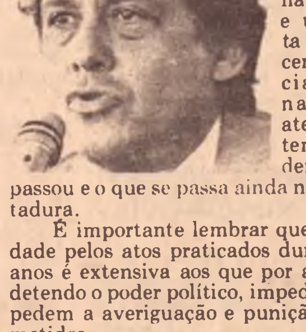
Júlio Tavares
Pela Coordenação da Convergência Socialista

O governo não pode continuar condecorando os torturadores.

"Eu acho que todos devem ter o direito de participar e expor suas opiniões livremente. No debate, não tem essa de mais forte e mais fraco. Não se pode admitir que o governo, que tem essa conversa de abertura, não apure quem são os responsáveis por esses atos. Eu, pelo menos, não conheço nenhum caso de apuração".

(ARNALDO GONÇALVES, presidente da STI dos metalúrgicos da Baixada Fluminense)

Trata-se do medo de serem identificados pelo próprio povo.



Mais uma vez, os que temem a democratização deste País - que é a reivindicação de toda a nação brasileira - na calada da noite e usando da manta de cobertura que certos setores oficiais proporcionam, procuram atemorizar os que tem a coragem de denunciar o que se passou e o que se passa ainda nos cárceres da ditadura.

É importante lembrar que, a responsabilidade pelos atos praticados durante todos estes anos é extensiva aos que por ação ou omissão, detendo o poder político, impediram e ainda impedem a averiguação e punição dos crimes cometidos.

Estejam certos que, a omissão das autoridades a quem caberia, teoricamente, a salvaguarda da segurança pessoal de cada cidadão brasileiro, não tem tido o condão de evitar que os setores mais importantes e consequentes desta nação se manifeste em apoio e solidariedade aos que tem sido vítimas do arbítrio e da prepotência.

A clandestinidade com que tem agido os inimigos do povo, decorre, não tenham dúvida, não do temor de serem punidos pelas autoridades constituídas; mas sim PELO MEDO DE SEREM IDENTIFICADOS PELO POVO QUE TANTO TEM E QUE UM DIA TERÁ O PODER.

Sociólogo Fernando Henrique Cardoso, candidato ao senado pelo MDB-SP

Por motivo de espaço, as outras manifestações de solidariedade serão publicadas semana que vem.

A máquina educacional

"Se você pegasse uma vaca quando bezerro e a metesse numa jaula de ferro, deixando-a crescer até o tamanho normal, sairia um monstro horrível...foi crise de crescimento? Não! Foi crise de jaula, de liberdade!"

Ex-Reitor da Universidade de Brasília, ex-Ministro da Educação. Cassado em 1964, exilou-se e foi conhecer mais de perto outros países da América Latina: Uruguai, Chile, Peru.

Impossível silenciá-lo. Pensador irrequieto, pesquisador, somente no exílio Darcy Ribeiro escreveu cerca de duas mil páginas de livros.

Autor de vários estudos sobre antropologia da civilização, ele tem procurado repensar os caminhos pelos quais os povos americanos chegaram a ser o que são agora e discernir as suas perspectivas de futuro. Educação, em particular, é o tema forte deste professor, que recentemente retornou ao Brasil e que tem aqui participado de inúmeros debates.

Em julho último, Darcy Ribeiro esteve em Fortaleza, a convite da Associação dos Sociólogos do Ceará, do Centro Médico Cearense e da Sociedade Brasileira de Física, para discutir o tema "Universidade e Desenvolvimento" e lançar seu último livro - "Maíra". Na ocasião, ele concedeu a Rogaciano Leite Filho - de EM TEMPO - uma entrevista, cujas passagens principais agora publicamos.

Que brincadeira é essa?

Darcy Ribeiro: "A maior máquina existente no país é a educacional. Nela estão envolvidos trinta e dois milhões de pessoas. Se você soma todas as crianças que estão na escola, todos os estudantes e burocratas em educação, os que estão fazendo curso de alfabetização: são trinta e dois milhões. É muita gente! Entretanto, faltam quinze milhões que deveriam estar aí e que nunca estão. Estes trinta e dois milhões só dão uma cheiradinha na escola, uma chegadinha de duas ou três horas, ou seja, está faltando para eles a metade da educação que deviam ter. Essa máquina educacional é prodigiosamente grande e ineficaz. A máquina educacional é tão escandalosamente ineficaz que de cada mil estudantes que entram no primeiro ano da escola primária, mesmo em São Paulo, menos de quatrocentos terminam as quatro séries do primário. De fato, para a média brasileira, apenas estes completam o segundo ano. Que brincadeira é essa? Esta máquina o que produz é o analfabeto!

O Brasil está produzindo atualmente seiscentos mil analfabetos de dezoito anos a cada ano. Cada ano graduam seiscentos mil analfabetos brasileiros que vão por aí!

Bem, por que essa máquina cresceu tanto e cresceu tão mal? A classe dominante brasileira sempre teve um desprezo enorme pelo povo. O povo, aqui no Brasil, como é que surgiu? O negro importado da África e o índio trazido pra cá, caçado na mata, para produzir açucar, depois para produzir ouro, que é que eles eram? A mesma coisa que o carvão passou a ser depois da revolução industrial, aquilo que se queimava para se produzir açúcar. Nunca ninguém deu bola para negro ou índio. Se morresse não tinha importância. Toda aquela gente tinha consciência de que a vida média de um escravo era de cinco anos. Que importa? Morto um escravo punha-se outro no lugar. O negócio era muito rendoso.

Só não era rendoso para o povo, que era escravo. Depois passou a ser não rendoso para o camponês, para o lavrador, para o operário brasileiro que, no momento de mais alto milagre, que durou tão pouco, o único que não provou do milagre foi o povão trabalhador. Diziam a ele: espera, come amanhã, deixa o bolo crescer. Agora se descobriu o que ficou do bolo foi a dívida pra todo mundo pagar. Descobre-se que o povo que não comeu ontem não vai comer amanhã".

Mobral x Educação

"A educação de Paulo Freire, que eu como Ministro de Educação incentivei e que foi coisa uma muito importante, foi proibida porque era uma educação conscientizadora. Ela tomava o adulto, não só o alfabetizava como o situava no mundo. Fazia-o usar a autonomia de sua cabeça, fazia dele um cidadão. Agora, o Mobral é uma besteira. Quer dizer, o Governo, em lugar de gastar onde é fundamental, que é no ensino primário, gasta com o analfabeto.

Eu disse e foi muito gozado pelo Brasil inteiro, deformado, que o problema do analfabetismo é resolvido pela morte. Pouca gente entendeu! Mas eu queria dizer o seguinte: se voce não produz novos analfabetos, como estamos produzindo (600 mil por ano), eles, adultos, morrerão naturalmente. Se voce passa vinte anos sem produzir novos analfabetos acaba-se com o analfabetismo no país.

Agora, não adianta você estar caçando analfabeto velhinho e tentando alfabetizar no Mobral, quando a criança não vai à escola. Isso é uma loucura. Quando se dá prioridade nos gastos federais de educação ao Mobral e não à educação geral, do sistema comum, isto é um escárnio com o país. É um absurdo! E é também incompetência! Não porque isto tenha uma intenção politizadora. O Mobral, é claro, tinha uma intenção e tem ainda de dar uma educação conscientizadora. Como? Uma alfabetização burrificadora, que o analfabeto fique um alfabetizado puro, à prova de qualquer idéia, porque qualquer idéia pode ser subversiva!"

Rede de mentira

"Pode-se dizer hoie que mais de 60% das matrículas está em escolas privadas. O ensino superior foi desuniversizado. Ele se dá mais em escolas isoladas do que em universidade. Essa privatização e essa conversão do ensino superior em negócio lucrativo é que criou, ao lado do ensino, uma rede de mentira. Pegar esta rede e dizer que é ensino superior brasileiro, não! É um negócio que o governo consentiu tal como um negócio secundário. É uma prostituição da educação que se está fazendo de uma forma muito grave.

Darcy Ribeiro

Mas a universidade atual, ampliada, é diferente daquela profissionalista, pequenininha de antes. Só que, sendo ampliada, deveria também ser mais livre no sentido de estar preocupada de fazer o estudante cidadão do mundo, compreendendo o mundo em que vive, herdeiro da cultura humana. Em lugar de tentar fazer de cada um dele dentista ou psicólogo no sentido mais estrito profissional da palavra, estaria correspondendo a esta gente que a procura.,

Hoje um grande númerto de estudantes entra para a universidade e não tem condições de terminar o curso. Eles vão trabalhar . O que sempre digo é o seguinte: depois de passar três anos numa universidade eles podem vender passagens aéreas, podem ser gerentes de bancos, anotadores de armazém, relações públicas, uma porção de coisas. O melhor seria se não tivessem somente o secundário. Não importa se eles tenham estudado Direito ou Odontologia, mas conviveram num ambiente no qual ganharam versatilidade. Só que ganharam apesar da universidade, pelo convívio dos estudantes uns com os outros, pelo ambiente que, apesar de ser de opressão, ainda tem uma possibilidade de comunicar informação que não tinha no secundário e não tem fora da universidade. Agora, tudo exige de passar-se a limpo para corresponder ao que é uma sociedade moderna e saber que a tendência da civilizacão é para que toda a juventude passe pela universidade".

A universidade necessária

Quando se diz, por exemplo, que a crise da educação brasileira é de crescimento, eu digo não é verdade.

Se você pegasse uma vaca quando bezerro e a metesse numa jaula de ferro. deixando-a crescer até o tamanho normal sairia um monstro horrível porque a jaula, sendo menor que ela, cresceria com o lugar da pata misturada com o rabo dando um bicho monstruoso, um fenômeno. Foi crise de crescimento? Não foi crise de jaula, de liberdade, de compressão. Quer dizer, uma sociedade sob compressão, de 477 perseguindo estudante e professor para expulsão com o corpo docente tendo que dar atestado ideológico, com os melhores professores expulsos...

Uma universidade é um útero, que é a parte mais sagrada do corpo humano, a matriz onde se encontram os cromossomos que imprimem as qualidades das gerações anteriores as novas gerações. Na universidade também esta impressão deve ser feita. Quando os cromossomos que devem se multiplicar são retirados a coisa se deforma. Quando se põe um falso lá dentro digamos quando se tira os melhores cientistas, as melhores cabeças do país que a nossa própria universidade produziu e eles são postos fora e se põe falsos professores, é claro que a universidade toda fica deformada. Essa deformação de uma universidade sem liberdade, proibida de lutar pelo país, de discutir a sua própria sociedade, oprimida, esta universidade está deformada. A crise não é de crescimento.

O Brasil está carente da universidade que necessita para tomar posse no nível espiritual, intelectual; para tomar posse de si, para se ver com o problema e para se propor, propor o projeto de si mesma, o qual o Brasil, o povo brasileiro quer. O lugar de fazer isto, de instrumentar pra isto, essa que é uma tarefa que só pode ser multitudinária, a ser realizada por milhares e milhares de pessoas, é a Universidade. Quando ela está proibida disso alguém tem que tomar as decisões, que é um tecnocrata, e tem que tomar fora de qualquer crítica porque a crítica não é possível também! Tudo isso conduz a essa situação de crise, de perplexidade!".

(Sucursal de Fortaleza)

Você é a favor do aborto clandestino?

Na novela "O Direito de Nascer", relançada agora na televisão, uma mãe-solteira é castigada como "pecadora" e passa o resto de seus dias isolada num convento. Ao tema deste dramalhão contrapõe-se cada vez mais a realidade das estatísticas, que apontam uma ocorrência de cerca de três milhões de abortos no país realizados em geral sob as mais precárias condições clínicas, e higiênicas, principalmente entre as mulheres pobres. Na verdade, a mulher não chega a fazer opção: é impelida ao aborto. E aí fica sujeita aos rigores da lei; a sociedade não oferece as garantias para uma maternidade saudável mas pune o ato para o qual impeliu milhares de mulheres.

As cifras, em se tratando de atos considerados ilegais, são sempre falhas. Assim, dados extra-oficiais da Unesco apontavam para a ocorrência de 2,5 milhões de abortos anuais no Brasil. Já d. Ivo Lorscheiter, secretário-geral da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil falando sobre a questão, no programa radiofônico **A Voz do Pastor,** referia-se a aproximadamente dois milhões de abortos. Outros, levantam a hipótese de números maiores: três milhões ou mais. De qualquer maneira, o problema está colocado: abortos continuam sendo realizados, atingindo uma faixa expressiva de brasileiras.

E se as cifras estatísticas refletem a amplitude quantitativa de um fenômeno nem sempre esclarecem com precisão o drama social que ele representa. Pois, de todos os atos reprovados pela sociedade , o aborto é um dos que melhor traduz a política do "dois pesos, duas medidas".

Não corrigir as causas; punir as consequências.

Na grande maioria dos casos, o aborto corresponde à única opção encontrada pela mulher frente a um conjunto de situações negativas, contra as quais ela é impotente. É o caso típico de mulherres com prole numerosa - sobrevivente à diarréia, anemia, infecções ou outras doenças que matam as crianças pobres , com marido ganhando pouco, ou sozinha no mundo . Enfim, destas milhares de mulheres cujas condições materiais de existência são as mais terríveis. As causas de sua opção - ou da falta de opção - são de inteira responsabilidade da sociedade, que foi incapaz de garantir a infra-estrutura de serviços - berçários, creches, hospitais, centros de saúde, etc - e amparo financeiro - salários-maternidade - que são garantidos nas sociedades socialistas e mesmo em alguns países capitalistas, como a Suécia. Ademais, muitas vezes o aborto é a solução contra o preconceito que transforma a mãe-solteira em uma espécie de pecadora para sempre - não é a toa que o dramalhão "O Direito de Nascer" castiga a "pecadora" fazendo-a ir passar os restos de seus dias num convento .

Desprestigiada socialmente, sofrendo os rigores do moralismo que condena a mãe solteira - e pune na prole o "pecado" da mãe -, vivendo uma vida desprovida das garantias materiais as mais elementares, que dizem respeito à manutenção do indivíduo em vida, ou seja, a alimentação, a mulher não opta: é impelida ao aborto. E, ao fazê-lo fica sujeita aos rigores da lei: **a sociedade não oferece as garantias para uma maternidade decente mas pune o ato para o qual impeliu milhares de mulheres.**

Morrer de infecção

As condições clínicas em que o aborto é realizado revela outro aspecto do "dois pesos, duas medidas". Se são as mulheres das classes oprimidas aquelas que contam com menores garantias de uma maternidade considerada normal (que abrange uma determinada dieta alimentar, um número dado de visitas médicas, etc.) é evidente , também, que sua miséria econômica marcará as condições de higiene e saúde em que se realizará o aborto. Aí, entramos no reino do terror: mulheres espetando agulhas no útero; outras queimando-se ou cortando-se com cacos de vidro. "Parteiras" fazendo abortos sem as mínimas condições médicas. "Curiosas" colocando em risco a vida de suas clientes.

E a taxa de mortalidade materna, por aborto, aumentando. Pesquisas da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo revelam que em 1973 de cada 100 mulheres que abortavam quase 20 morriam, sendo que aproximadamente 60 por cento das mortes foram causadas por aborto com infecção.

Enfim, se é bem verdade que o aborto é um ato cujas consequências, na plena acepção da palavra, recaem exclusivamente sobre a mulher (a lei não prevê corresponsabilidade moral), que é também um ato penoso mesmo para aquelas que tiveram mais condições de opção, também é verdade que é um ato particularmente perigoso e temível quando exercido nas circustâncias clínicas em que o realizam a grande maioria das mulheres . E quem pode menos sofre mais: apesar da clandestinidade tornar o aborto particularmente desagradável é evidente que as clínicas para mulheres de renda alta são sempre preferíveis às "curiosas". Enfim, dadas as desigualdades econômicas até o ato do aborto atesta a existência de dois pesos e de duas medidas

E a legislação ?

O Brasil é um dos poucos paises que retrocederam em matéria de legislação sobre o aborto. Pelo Novo Código Civil só não é passível de punição o aborto praticado pelo médico em vista de salvar a vida da mãe. Anteriormente, também a gravidez resultante de estupro poderia ser interrompida. Hoje, não só vivemos sob o impacto de crescente violência sexual (os casos Aracelli, Cláudia Lessin, e tantas outras vítimas anônimas aí estão para atestar) como também sob a exigência legal de que a vítima pague eternamente pelas consequências do crime...

Na Europa, o aborto legal é uma conquista das mulheres em quase todos os países. As italianas, acabam de conquistá-lo, após sete anos de intensa luta levada por movimentos feministas que partiam da tese de que "a mulher tem o direito de decidir quantos filhos quer ter". Além disso, denunciavam "o sistema que nos proibe por lei de praticar o aborto mas que é o mesmo que nos obriga a praticá-lo".

Em Portugal, o III Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Democráticas, realizado em maio de 77, propôs uma **Carta dos Direitos da Mulher** em que defendem "proteção especial à mãe solteira e reconhecimento de todos os direitos"; "direito da família de decidir, em liberdade, quando e quantos filhos desejam"; "abolição da legislação repressiva em relação ao aborto, que deve ser encarado como último recurso face a uma gravidez não desejada" e **"reconhecimento à mulher do direito ao aborto gratuito, até ao máximo do 3º mês de gestação, em boas condições clínicas e higiênicas, de modo a eliminar-se a especulação comercial do aborto clandestino e a evitar-se a elevada mortalidade materna provocada pela maioria das condições em que estes se fazem".**

A legislação do aborto, naqueles países em que as massas participam da gestão social, tem sido entendida como meio de combater os charlatães e outros aproveitadores deste comércio ilegal. Mais ainda, tem como objetivo principal **a prevenção do aborto** graças a uma ampla difusão do uso dos anticoncepcionais, no quadro de desenvolvimento das condições materiais que tornem a maternidade uma opção para a mulher.

Em países como o nosso, frente a milhões de abortos clandestinos, que são realizados e que nenhuma legislação repressiva tem impedido de crescer, a questão, portanto, não é ser a favor ou contra o aborto, mas: voce é a favor do aborto clandestino?

(Maria Moraes)

PORTUGAL

MÁRIO SOARES E O COMPROMISSO ANTI-HISTÓRICO

Governo exclusivamente socialista, aliança com a direita (outra vez), eleições parlamentares antecipadas: nenhuma das possibilidades que se abrem para a crise portuguesa parece trazer qualquer garantia de estabilidade política para o país, quatro anos após o 25 de abril. E, dos quartéis, a oficialidade de um exército "normalizado" desde novembro de 1976 aguarda o desenrolar dos acontecimentos.

Um ataque de radicalismo verbal: esta a resposta que o Partido Socialista Português tem utilizado para enfrentar a crise que levou à demissão do gabinete Mário Soares.

Os mais recentes pronunciamentos do verbalismo socialista deslocaram-se porém de seu alvo – o Centro Democrático Social (CDS) – para a pessoa do presidente Ramalho Eanes. Queixam-se indignados os socialistas que Eanes teria exorbitado suas funções ao demitir o gabinete (o que seria função do Parlamento), e de que o CDS teria, propositalmente, iniciado a crise, ao romper de modo unilateral o compromisso entre os dois partidos.

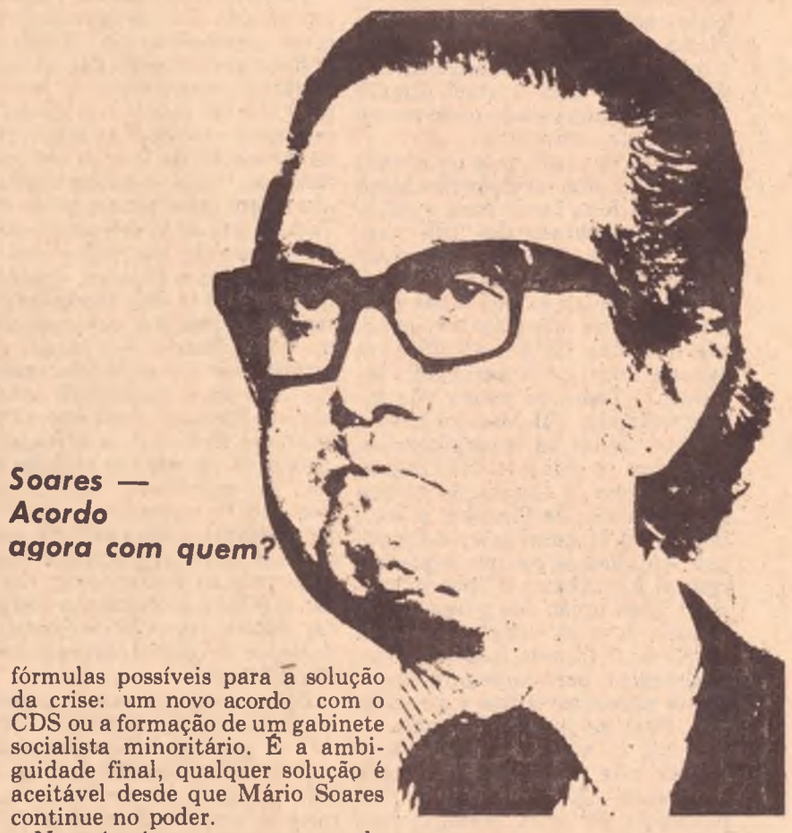
Por mais justos que possam parecer as reclamações do PS, tanto de um ponto de vista moral como jurídico, elas são, antes de tudo, um atestado de ingenuidade política, pois o que está se repetindo em Portugal é um caminho já há muito trilhado na História recente. Em outras palavras, o PS, como outras frentes socialistas antes dele, assumiu o poder por se constituir **no centro de um espectro político;** sua moderação era a garantia de que se evitaria uma guerra civil em Portugal.

Só que, uma vez no poder, o PS preferiu as alianças à direita, deixando seu programa "socializante" para ocasião mais oportuna, esmorecendo no combate à tradição do salazarismo, e preferindo dirigir a repressão para a esquerda.

Este procedimento, é claro, paulatinamente reagrupou os núcleos de pressão, reforçando a direita e debilitando a esquerda. Com isto, o PS foi deixando de se constituir no centro político e não é mais o aval seguro para uma "revolução pacífica", seja lá o que isto signifique. E, ora, ao se considerar eliminada a ameaça de uma esquerda mais agressiva, por que razão os partidos liberais e direitistas aceitariam a liderança de um partido socialista? É claro que o CDS sabotou a coalizão. Jogando com dois fatores – a contenção das esquerdas e o esvaziamento progressivo do PS – a direita prepara-se para avançar. O CDS "deu um passo atrás para dar dois adiante", o que é típico de um país onde o jargão revolucionário justifica as mais descaradas manobras políticas.

Os socialistas chamam Eanes de ambíguo. Mas, ao contrário, é a ambiguidade dos socialistas que está permitindo e estimulando as pretensões da direita. Ao transformarem seu próprio programa em elemento secundário, superado pelo equilibrismo de um poder conciliador, o partido majoritário perde substância, desilude e desmobiliza seus próprios eleitores – sem falar no conjunto das massas trabalhadores. Que espera? Que os inimigos lhe estendam a mão?

Finalmente, o PS fornece duas fórmulas possíveis para a solução da crise: um novo acordo com o CDS ou a formação de um gabinete socialista minoritário. É a ambiguidade final, qualquer solução é aceitável desde que Mário Soares continue no poder.



Soares — Acordo agora com quem?

No primeiro caso, novo acordo com o CDS, é evidente que ele só será possível com novas concessões dos socialistas – e foi por isso, para conseguir melhores contas, que o CDS "virou a mesa". Ou seja, o PS deverá distanciar-se mais ainda de suas origens e plataformas, seguir agradando e fortalecendo à direita que, na primeira oportunidade, não hesitará em descartar-se de seu parceiro. A menos é claro que, embevecido pelo poder, o PS esqueça definitivamente da ideologia que lhe deu o nome.

Existe a segunda alternativa: o governo minoritário. Mas como pretende governar e com o apoio de quem? do CDS? da esquerda, da qual os socialistas vêm há tanto tempo se afastando? Uma aliança com a esquerda e uma retomada das plataformas básicas da revolução portuguesa talvez ainda sejam possíveis. E, sobretudo, se o PS lembrar-se de suas bases, no caso de Portugal ingressar em novo processo eleitoral.

Mas, pela ação que o PS tem desenvolvido no poder, esta "virada à esquerda", não parece provável. Mário Soares, seduzido pelas sereias da direita e o gosto do poder, parece preferir seu compromisso anti-histórico, e trilhar, em sentido contrário, o caminho que ele próprio ajudou a contribuir.

(O.M./C.P.)

Quem defende os direitos humanos nos Estados Unidos?

Qual a realidade dos direitos humanos nos Estados Unidos? Aqui está a história de John Harris, jovem operário negro, militante do movimento progressista norteamericano, condenado a morte sob acusação de furto. Não por obra e graça do governo de Jimmy Carter mas pelas pressão das forças progressistas dos EEUU, a sentença de Harris foi recentemente comutada para prisão perpétua.

Quando em 1970 as autoridades do estado de Alabama detiveram o jovem negro norte-americano John Harris, o menos que se poderia imaginar era que oito anos mais tarde, em 1978, o governo da Casa Branca iria empreender uma campanha em "defesa" dos direitos humanos e que, sob este mesmo governo, se fixaria a data de sua execução na cadeira elétrica, por haver cometido o "crime" de defender os direitos civis do cidadãos.

O caso de John Harris não é isolado. O mesmo sucedeu com "Os dez de Wilmington", "Os cinco de Dawson", "Os tres de Charlotte", Assata Shakur..., no processo que contra ele se desenvolve, a "justiça" norte-americana tem evidenciado, uma vez mais, seu arraigado racismo. O procedimento se reitera sempre que o banco dos réus está ocupado por um lutador pela igualdade social. Quando assim acontece, os órgãos judiciais norte-americanos preparam contra o acusado incríveis artimanhas, ainda mais quando é um negro.

Ter-se incorporado à luta política de milhões de norte-americanos oprimidos pela injustiça prevalecente no país é o único "crime" de Harris.

Porém, como seria contraditório que um goveno que se empenha em apresentar-se como defensor dos direitos humanos enviar para a prisão um cidadão que, precisamente, defende os direitos humanos, que nos Estados Unidos são esmagados, se fazem necessários os falsos argumetos e as acusações preparadas de antemão. Assim tem ocorrido com Harris.

Frente à sua ativa participação no movimento progressista norte-americano, era de esperar a reação das autoridades racistas do sul dos Estados Unidos, que desejavam reprimi-lo por seu papel na organização de manifestações contra a arbitrariedade da reação e o racismo desenfreado do Ku Klux Klan, contra a desigualdade social e pelo exercício pleno dos direitos do homem.

Em uma manobra que é própria da corrupção que impera dentro dos órgãos judiciais dos Estados Unidos, se acusou Harris de roubo e o prenderam.

Por trás das grades seguiu sua luta pela justiça e encabeçou o movimento dos presos contra as humilhações a que eram submetidos pelos carcereiros racistas, que não perdoando a atividade de Harris e seus companheiros, assassinaram a dois deles e, com respeito a um terceiro que apareceu enforcado, trataram de dizer que era "suicídio".

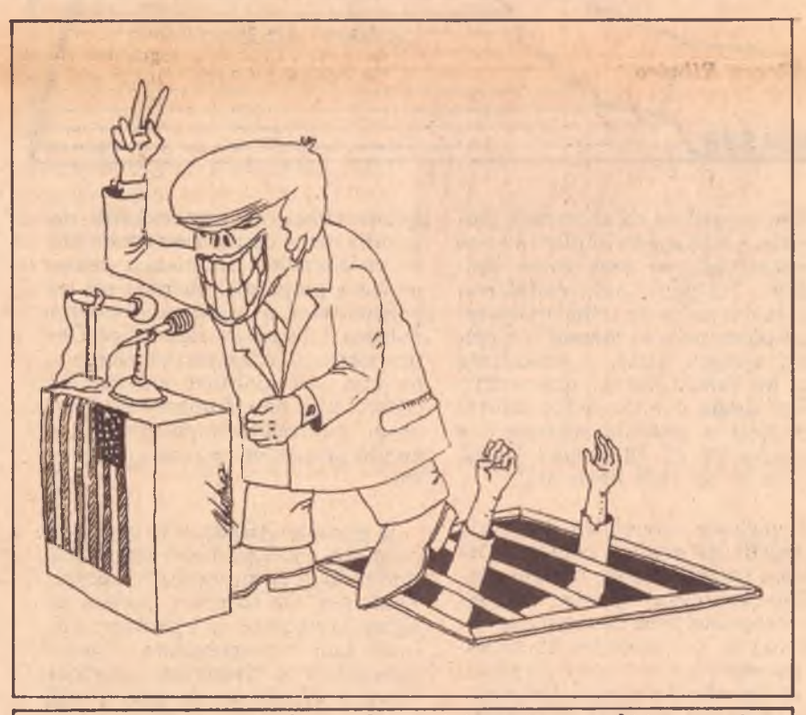
Como não podiam desfazer-se de Harris as autoridades o acusaram de haver assassinado um policial e o condenaram a pena de morte.

A intenção das autoridades norte-americanas de executar John Harris teve motivos puramente políticos, nasce do afãn de Washington de silenciar e intimidar aos participantes no movimento pelos direitos civis dos negros norte-americanos, que, apesar da retórica campanha da Casa Branca em prol dos direitos humanos, são as vítimas principais do atropelo do regime de "liberdades" sobre o qual tanto se fala.

A execução de Harris, que estava marcada para 10 de março passado e que em consequência dos amplos protestos da opinião pública norte-americana e mundial foi adiada por dois meses, deve ser suspendida difinitivamente. Para isto estão empenhadas as forças progressistas de todo o mundo, verdadeiras defensoras dos direitos humanos.

Não é possível que o Governo dos Estados Unidos continue como defensor dos direitos humanos, mostrando grande preocupação por tais direitos em outros países, quando a farsa fabricada contra John Harris, como as outras de que tem sido vítimas muitos lutadores pela igualdade social do homem na América do Norte, negros, índios e das demais minorias nacionais radicadas no país, põe em realce a verdadeira natureza do Governo imperialista americano e sua total despreocupação pelo respeito aos direitos humanos dentro de seu próprio território.

(Marcelino Valdes Stable)



A seguinte é uma lista dos prisioneiros políticos e das vítimas da injustiça racial nos EEUU de norte-emérica.

Ella Ellison — Massachusset
Marie Hill — Carolina do Norte
Ronnie Long — Carolina do Norte
Gail Hadden — Nova Jersey
George Marritt — Nova Jersey
Assáta Shakur — Nova Jersey
Os Tres de Charoltte
Jim Grant — Carolina do Norte
T J Reddy — Carolina do Norte
Charles Parker — Carolina do Norte
Os dez de Wilmington — Carolina do Norte
Connie Tindall — Carolina do Norte
Willie Earl Vereen — Carolina do Norte
Jerry Jacobs — Carolina do Norte
Anne Shephard-Turner — Carolina do Norte
Reginald Epps — Carolina do Norte
James Mc Koy — Carolina do Norte
Joe Wright — Carolina do Norte
Wayne Moore — Carolina do Norte
Rev. Benjamin Chavis — Carolina do Norte

Patriotas portoriquenhos

Lolita Lebrón — Virginia Ocidental
Rafael Cancel Miranda — Illinois
Irving Flores — Kansas
Oscar Collazos — Kansas
Richard Mohawk —Califórnia
Paul Skyhorse — California
Leonard Peltier — Illinois
Delbert Tibbs — Florida
Gary Tyler — Lousiana
Willie Burnett — Kentucky
Ruchekl Mc Gee — California
Attica Brother Dacajeweiah — Nova Iorque
Kennet Johnson — Nova Iorque
James Garrington—Virginia

Os onze da República da Nova África

Imari Abadele— Mississippi
Hekima Ama — Mississippi
Tamu Sana Ama — Mississippi
Offoggu Oudduss — Mississippi
Chmaimari Askadi — Mississippi
Aisha Salim — Mississippi
Karim Hekima Njabafudi — Mississippi
Sharle de Mau — Mississippi
Tuwab Nkrumah — Mississippi

Os cinco de Dawson

Roosevelt Watson - Georgia
Henderson Watson — Georgia
James Jackson — Georgia
Johnny Jackson — Georgia
J D Davenport — Georgia

VIRAMUNDO

A juventudo do mundo em Cuba

Por la solidaridad antimperialista, la paz y la amistad - esta é a consigna central do XI Festival Mundial da Juventude e dos estudantes que se realizou na semana passada em Cuba. Durante o festival, os 20 mil delegados participaram de festas populares organizadas pelos Comitês de Defesa da Revolução, de encontros de solidariedade, de programações artísticas. As atividades políticas foram distribuídas em centros de discussão que abordaram, entre outros, os seguintes temas:

"Os jovens e estudantes do mundo pela paz mundial; a luta dos povos, jovens e estudantes contra o imperialismo, o colonialismo, o neocolonialismo, o facismo e o apartheid na Africa, Ásia e América Latina; a luta dos jovens e estudantes dos países capitalistas contra a exploração, a crise e o poder dos monopólios, pelo desenvolvimento e defesa dos direitos e liberdades democráticas, pelo desenvolvimento e por profundas transformações sociais, econômicas e políticas; a educação, a ciência, a sociedade; a solidariedade anti-imperialista. "Nesta última sessão foi criada a Tribuna Internacional contra o Imperialismo, onde Fidel Castro assegurou que Cuba não renunciará jamais à solidariedade aos países que lutam contra o imperialismo e o racismo. Ele disse: "gostaria de ver Zimbawe, Namíbia e África do Sul na condição de países livres. Cuba lutará na África até o fim do imperialismo. Nosso idioma é diferente, mas nossos objetivos e sentimentos são idênticos. Embora o imperialismo se revolte com a nossa presença na África, nós pensamos que o povo africano necessita de nossa solidariedade e a terá". **(Suzana Rias)**

Terror político e econômico na Argentina

Dia 23 de julho, o jornalista Enrique Esteban, do diário **El Clarin**, foi sequestrado em Buenos Aires e encontra-se desaparecido. Com Esteban, sobe a 23 o número de profissionais da imprensa que foram "desaparecidos" desde que o general Videla apossou-se do poder.

As chances de que os jornalistas, presumivelmente vítimas do grupo terrorista para-militar "Superintendência de Segurança", sejam encontrados com vida são pouco animadoras.

Além do terrorismo oficial, a semana argentina, com a forte crise enfrentada pela indústria do país, assistiu também ao desenvolvimento do terrorismo econômico afligindo milhares de trabalhadores. A retração do mercado interno devido a perda do poder aquisitivo da "classe média" (que caiu em 50 por cento nos últimos doze meses), levou a crise industrial, e daí à dispensa de cerca de dez mil operários. O setor mais atingido é o dos automotores, onde a **General Motors** anunciou sua intenção de demitir 3500 funcionários, e a **Massey e Fergusson** e os tratores **Deutz** praticamente paralisaram suas atividades. Não há, até aqui, por parte do governo Videla qualquer proposta concreta que pareça capaz de aliviar a crise.

Ainda na área do terrorismo, esta semana, uma bomba causou a morte da filha de um almirante argentino e de dois transeuntes. Mas deste assunto a grande imprensa brasileira tem se ocupado o suficiente. **(Orlando Miranda)**.

O crime que pode derrubar Pinochet

Letelier, chanceller de Allende

O ex-chefe da famigerada Dina (Direção de Inteligência Nacional), general Manuel Contreras Sepilveda, foi preso pelo mais íntimo superior, o carrasco Pinochet.

Contreras, o homem da cozinha de Pinochet, pode servir de estopim ao agravamento da crise entre Chile e o Departamento de Estado norte-americano. Ele foi acusado por um tribunal especial dos EUA de ter participado do assassínio do ex-chanceler socialista, Orlando Letelier, do governo Salvador Allende.

As coisas não param aí. É só acompanhar os acontecimentos, desde a destituição do comandante da Força Aérea, general Gustavo Leigh e a passagem para a reserva de 18 oficiais da Arma de Leigh, para se sentir que a ditadura está a pique.

Pinochet que nestes dias anda amoado, resmungando, estalando os dedos diante de microfones das agências internacionais, diz que isto é fruto de uma guerra psicológica. Ora, o ditador quer esquecer que a própria Dina matou, em 75 o general Carlos Prats na Argentina, e um ano depois? Letelier, em Washington? Letelier foi assassinado porque poderia vir a ser um coordenador, no exterior, em condições de organizar toda a oposição contra o regime chileno.

Outra bomba que deverá estourar nesta semana ou na próxima será divulgação do relatório da Comissão de Direitos Humanos da ONU que passou os últimos 15 dias de julho investigando, no Chile, os crimes cometidos pelo regime de Pinochet. Os membros da comissão foram para Bruxelas, de onde divulgarão suas conclusões. Muitos acham que se demorar já não será Pinochet o chefe da ditadura chilena. **(AM)**

Conferência de Belgrado:

Novos rumos para os não alinhados?

As posições levantadas por Cuba na Conferência de Belgrado, afirmando a aliança intrinseca entre os não alinhados e o campo socialista, e definindo a questão básica do 3º Mundo como a luta anti-imperialista, podem vir a significar importantes mudanças de rumo no movimento não alinhado.

Com efeito, embora tivessem causado sérias controvérsias em plenária, as teses cubanas não foram rejeitadas, tanto que Havana foi confirmada como a sede do próximo Congresso, e a presença cubana na África não foi condenada apesar dos esforços desenvolvidos neste sentido pela delegação da Somália.

Por enquanto, dados os fundos divergências que separam alguns países membros do movimento (Etiópia do Sudão e Somália, Gabão e Benin, Vietnã e Camboja) e a capacidade de influência que as potências ocidentais mantém sôbre alguns outros, as teses cubanas e sua acolhida, demonstram apenas uma tendência a que o movimento não alinhado pode se dirigir.

Aliás, o documento final exarado pela Conferência confirma plenamente que os não alinhados começam a enfatizar que as manobras e mecanismos do capitalismo monopolista surgem como seus inimigos principais. De fato, para a consecução dos seus objetivos de alcançar um mundo de paz, de respeito a soberania dos povos e não intervencionismo, o documento final preocupa-se com o estabelecimento de sistemas de controle sôbre os multinacionais, a remoção das formas de pressão econômica e todas as práticas que caracterizam o imperialismo e o néocolonialismo. Exortam também as grandes potências a por fim a sua corrida armamentista.

Nestas conclusões, os não alinhados de certa forma alinham-se ao identificar as práticas das potências capitalistas como aquelas que constituem efetiva ameaça à paz mundial, à segurança e à independência de todas as nações.

Albânia: as cartas na mesa.

O que os soviéticos fizeram com a China, em 1960, os chineses acabam de fazer com a Albânia: a retirada, de um momento para o outro, de todos os técnicos que trabalhavam na "construção do socialismo no país fraterno". Mais um capítulo da crise do maoísmo — ou será que, após o apoio a Pinochet, a Mobutu e à Somália, a China pós-Mao deu nova guinada à direita?

Os recentes fatos ocorridos nas relações entre China e Albânia vão desde a retirada dos técnicos chineses da Albânia, em julho deste ano, até um longo documento de criticas à direção chinesa, publicado na semana passada. Nesse documento, a Albânia procura explicitar historicamente suas divergências com a atual direção chinesa e o significado disso para o movimento comunista.

A nível dos caminhos da revolução, o eixo das divergências tanto para a China como para a Albânia, é a tese chinesa dos "três mundos". Para os atuais governantes chineses, "a luta central hoje é contra as superpotências (as duas potências que disputam a hegemonia mundial: EUA e URSS), em especial contra o imperialismo soviético." Todos os países não industrializados (III Mundo) devem se unir contra as superpotências, defendem os chineses. Não importa aí a forma de dominação interna desses países. De Pinochet a Tito, do Zaire a Moçambique, todos podem ser aliados, por que a questão central é combater o "hegemonismo". Essa união dos países do III Mundo deve se completar com a união do II Mundo (países industrializados), para impedir o sucesso dos planos soviéticos e americanos. Para os governantes albaneses, isso é "trair o proletariado e colocar este a reboque das forças burguesas". Ao substituir a luta proletária por uma pretensa luta anti-soviética, insiste a Albânia, os governantes chineses estão atuando ao lado da burguesia e ajudando a conservar a situação existente, o capitalismo. Ou ainda: "A luta antiimperialista tem sua importância na medida em que o proletariado seja sua força hegemônica e não uma força secundária."

Entre as duas posições há pontos em comum. Ambas insistem no caráter imperialista da URSS (que definem como "país capitalista burocrático monopolista de novo tipo"). Ambas insistem ainda na importância das lutas de libertação e na formação de frentes antiimperialistas. Mas a compreensão do que sejam essas frentes é diferente. Para os atuais governantes chineses, a questão central é a luta nacional, entre os Estados, devendo o proletariado se unir a todas as classes e não fomentar qualquer alternativa proletária. Isso porque a estratégia não é a revolução proletária, mas sim a de impedir o domínio soviético ou americano. O proletariado fica, daí, a reboque da burguesia e perde sua independência. Ao considerar "revolucionários" ou "progressistas" todos os países que se opõem a URSS, os dirigentes chineses passam a condenar qualquer tentativa de revolução mesmo a proletária nesses países. Assim, na crise de Shaba, no Zaire, os dirigentes chineses apoiaram Mobutu.

Para os governantes albaneses, o resultado dessa teoria do "III Mundo" só pode ser uma aliança sem princípios com qualquer força e o sufocamento do proletariado. A questão central de qualquer luta antiimperialista é definida, portanto, como a da hegemonia do proletariado. Só esta hegemonia dizem os albaneses, pode definir em que campo, proletário ou burguês, se encontra qualquer frente. Os critérios não são de "nação", mas sim de classe, de luta de classes. Como afirmam os dirigentes albaneses: "Em oposição aos critérios marxistas-leninistas de classe, esta teoria (dos três mundos) considera como aliados inclusive as forças direitistas... Nega o papel hegemônico do proletariado na revolução". Para os albaneses, não cabe ficar falando em mundos, sejam eles dois ou três, mas sim em classes antagônicas: proletariado e burguesia. As frentes anti-imperialistas devem ter como eixo a hegemonia proletária, tal como na frente única anti-imperialista no Vietnã, onde o proletariado sempre manteve a hegemonia e a independência em relação às outras forças. Assim, segundo a Albânia, a teoria dos três mundos é uma falsificação do marxismo, tão grave como o eurocomunismo ou teorias de pretensos países não alinhados. Em todas essas teorias, desaparece o critério de classe como central e predomina o conceito de Estado nacional.

Estes são, resumidamente, os pontos de divergência. Divergência que vinha sendo mascarada e ignorada pelo PC da China. E que levaram a China, no mês passado a retirar seus técnicos da Albânia, numa atitude bastante semelhante à atitude soviética em relação à China em 1960.

As divergências não páram aí. Outros pontos se concentram na questão da construção do socialismo - sem dúvida, uma questão fundamental.

(Humberto Dimenco.)

PARALELAS: 1 (URSS - China)

Em fevereiro de 1956, realiza-se o XX Congresso do PCUS, que denuncia os crimes de Stálin, através do relatório secretos de Kruchev.

— Em abril, e depois em Dezembro de 1956 o PCC publica dois artigos sobre a experiência história da ditadura do proletariado, que procuram analisar o processo de construção do socialismo e a questão Stálin.

— De 1957 a 60; inicia-se um debate cada vez mais virulento entre a direção do PCC e do PCUS sobre os rumos da revolução socialistas

— Em 1960 a URSS retira todos os técnicos que trabalhavam na China.

PARALELAS: 2 (China - Albânia)

— Em 1957 reaparece em cena, na China, o destituído Teng Hsiao Ping. Violentas manifestações ocorrem no período da morte de Chu En Lai

— Em 9/9/76 morre Mao Tse Tung. O "grupo dos quatro" tem um ligeiro predomínio e a Albânia diz confiar na nova direção.

— Em fins de 1976, o "grupo dos quatro" é expurgado e expulso do Partido.

— No final de 76 e durante 77, a Albânia publica vários artigos sobre o perigo do revisionismo e oportunismo. Depois, sobre a teoria do III Mundo. Fazem-se declarações contra a nova direção do PCC.

— Em junho de 1978 os estudantes albaneses em Pequim voltam para Tirana. As críticas do PTA se tornam mais violetas aos novos revisionistas.

— Em julho de 78 a China retira os técnicos que trabalhavam na Albânia.

Afeganistão, depois do golpe.

Qual o caráter do golpe no Afeganistão? O correspondente da revista **Terceiro Mundo**, Pablo Piacentini, analisa o novo panorama político ao pais indicando o início de uma etapa de transformações radicais. O movimento revolucionário, segundo ele, gerado na clandestinidade durante anos, passou despercebido para a CIA e demais serviços de inteligência o que demonstra, uma vez mais que embora poderosas as forças da reação internacional não são invencíveis.

Um programa de claro teor progressista está sendo implantado no Afeganistão, por seus novos dirigentes. "O poder saiu definitivamente das mãos da velha aristocracia e passa para as massas", anunciou, tempos atrás, o presidente Nur Mohamed Taraki, que está no poder desde que um golpe militar derrubou o governo repressivo e conservador de Mohamed Daud, no dia 27 de abril deste ano.

A política econômica tem sido orientada de modo a beneficiar as classes trabalhadoras, dando prioridade à reforma agrária. Baixou-se o preço dos bens de consumo básico (o pão, por exemplo, em quase 50 por cento), e se traçou um plano de desenvolvimento que, entre outros objetivos, procura criar novos empregos e incentivar o regresso dos imigrantes à sua pátria, enquanto imensas propriedades da família real e da nobreza estão sendo confiscadas. Islamismo, democracia e progresso nacional são os pontos sobre os quais se inspira a política interna da República Democrática do Afeganistão, enquanto que sua política externa se orienta pelo não alinhamento e por uma "neutralidade positiva", segundo prometem os novos dirigentes.

O golpe no Afeganistão pegou de surpresa, num primeiro momento, o mundo (e a imprensa) ocidental. "Refeitas" da surpresa, porém, as agências de notícias (nenhuma das quais tem correspondente no país) passaram a despejar informes sobre a existência de até 10 mil mortos, de pretensos choques, militares e coisas semelhantes. Tanto os choques como os milhares de mortos foram negados pelo governo, que admitiu a morte de cerca de 73 pessoas. "As inúmeras mensagens de adesão ao novo regime enviadas do interior do país denotaram um grande consenso nacional em torno dos revolucionários", afirmou Taraki, em entrevista à imprensa concedida em maio, e na qual reiterou seu propósito de continuar seguindo uma política de não alinhamento com as grandes potências.

A emancipação formal do Afeganistão, todavia, veio acompanhada de uma dominação interna do tipo feudal, sob um regime monárquico à frente do qual se achava o rei Zahir Chah e que mantinha o país no atraso e na miséria. Esta situação, insuportável para as massas, provocava descontentamento também na oficialidade, principalmente em seus estratos jovens, ansiosos por reformas que levassem à liberação da sociedade afegani.

Tradição de resistência

Com uma renda per capita de aproximadamente 120 dólares, o Afeganistão é um dos países mais pobres do mundo. Possui, entretanto, uma exemplar tradição de luta e de resistência contra a dominação externa. No século passado, todo o sudoeste da Ásia estava sob o domínio da Inglaterra, a maior potência da época. Os afeganis, porém, resistiram em armas, vencendo aos ingleses na guerra de agressão por eles travada, entre 1834 e 1841. As tropas do Império Britânico voltaram a atacar em 1879, iniciando violenta guerra que durou até 1881, quando o país se viu obrigado a firmar tratado com Londres, a quem cedia o direito de decidir sobre seus assuntos externos, embora conservasse a autonomia interna. Após nova guerra, o Afeganistão conquistaria sua independência em 1919, enquanto seus vizinhos somente obteriam liberdade política após a II Guerra Mundial.

O golpe "preventivo"

É assim que, em 1973, o príncipe Daud dá um golpe preventivo, proclamando a república e anunciando uma série de reformas, entre as quais a agrária. Embora tenha conseguido o apoio das forças progressistas, seu governo acabou se revelando apenas como uma forma de continuação do poder da família real. O projeto de reforma agrária foi protelado, sob a alegação de que "faltavam quadros e uma administração com capacidade para executá-lo". Exceto pela política de não-alinhamento, não ocorreram grandes mudanças. Quinze famílias da nobreza continuavam, no fundamental, dominando a administração e a própria economia do país, enquanto todos os partidos políticos eram mantidos fora da lei.

Desde a época da monarquia já haviam atividades políticas clandestinas. Um passo fundamental foi a fundação, em 1964, do partido "Khalq", o Partido Popular Democrático - PPD, inspirado no marxismo-leninismo. O partido sofreu uma crise no fim dos anos sessenta, com a criação do "Parcham", liderado por Akbar Khabir. Em junho de 1977 os dois movimentos se reunificaram, e com isto a esquerda do Afeganistão encontrou a coesão necessária.

Daud não desconhecia o descontentamento militar, nem desdenhava a influência do PPD sobre as massas, descarregando brutal repressão sobre o partido. Apenas dez dias antes do golpe libertador, Khabir foi assassinado. No dia seguinte mais de 15 mil pessoas saíram às ruas de Kabul, a capital do país, culpando a CIA e o regime pelo assassinato. Inúmeras prisões foram efetuadas, inclusive a de Taraki, considerado o maior escritor da lingua nacional pachtú. Mas o dispositivo de rebelião já estava em marcha, e Taraki sairia do cárcere para iniciar uma nova era do Afeganistão. **(C.P.)**

ERITRÉIA VI

O programa econômico da guerrilha

A Frente de Libertação da Eritréia, a par da luta de guerrilhas que desenvolve desde 1960, vem criando um complexo sistema administrativo, em grande parte já implantado. **Ari Candido Fernandes** percorreu a Eritréia, conduzido por um guia da FLE, indo de acampamento em acampamento, conhecendo os diversos bureaus da organização — como os de assistência social, informações etc. Nos capítulos anteriores desta reportagem, publicada com exclusividade por EM TEMPO, foram descritas as escolas, prisões, hospitais, os debates políticos da FLE e as divergências entre este movimento e a outra principal organização guerrilheira — Frente Popular de Libertação — assim como as negociações para unificação dos dois grupos.

Em terras que pertenceram a uma família italiana - e que haviam sido expropriadas pelo governo etíope - o Bureau Econômico da Frente de Libertação da Eritréia substituiu as antigas plantações de algodão pela cultura de trigo. Com isto, criou emprego para cinco mil pessoas e conseguiu fazer com que voltassem muitos dos camponeses que tinham fugido da região devido à guerra. Criar novos empregos é um dos aspectos do programa econômico que a FLE implanta na Eritréia, região muito rica, principalmente em minérios. A riqueza e a importância estratégica da Eritréia explicam o interesse da Etiópia em manter controle sobre a área, que é disputada também por multinacionais, como conta Ari Candido Fernandes.

Crianças também recebem treinamento militar na Frente de Libertação

Os faróis amarelos iluminavam os caminhos do "corredor Ho Chi Min". Estávamos numa das "estradas da Revolução", como dizem os eritreus. Os mosquitos me impediram de dormir durante o dia e agore, com os olhos pesados de um sono que o ruído do motor do velho jipe embalava, tentava continuar acordado, fumando já o décimoquarto cigacro sudanês, marca Bringi.

Parava-se para dar carona aos camponeses que marchavam à pé de noite ou a combatentes que seguiam para a linha de frente. O jipe ficava cheio até a capota. De vez em quanto, ônibus azuis e caminhões de marca inglesa Lorry apareciam no meio da estrada, com os eixos quebrados ou atolados em lamaçais ou areiões dos leitos de rios.

Chegamos ao campo do Bureau Econômico. Caminhões são carregados de sacos de mantimentos por guerrilheiros suados e cansados, mas alegres rindo sempre. Os caminhões partiam em seguida diretamente para as zonas de luta, levando principalmente açúcar e farinha, que os combatentes transformam em pão, assando sobre placas de ferro colocadas em cima de fogueiras. O açúcar é comprado no Sudão, mas a farinha a própria Frente de Libertação da Eritréia produz, a partir do trigo cultivado em Alighdir.

Em Alighidir - a 30 minutos de Tessanei, cidade para a qual viajava - está a principal área de lavoura da FLE. São 8.700 hectares que já haviam pertencido a uma família italiana e que, em 1975, o governo etíope expropriou. Antigamente aquelas terras produziam apenas algodão. O Bureau Econômica da Frente mudou o tipo de cultivo para trigo, exclusivamente. E assim criou empregos para cinco mil pessoas - camponeses que são pagos com dinheiro etíope e guerrilheiros que trabalham como voluntários. Os novos empregos trouxeram de volta muitos camponeses que fugiram para o Sudão devido à luta em Tessanei e à constante ameaça de bombardeio aéreo.

O Bureau Econômico é responsável pela reestruturação da agricultura, por estágios de aprendizado para camponeses em métodos modernos de cultivo e irrigação. Sua sessão de comércio controla a compra e venda de mercadorias produzidas na Eritréia e os meios de distribuição dos produtos que chegasm de mercados externos. Há também uma sessão de minas que se encarrega do levantamento das riquezas minerais da região.

A Eritréia tem grandes reservas de potássio, níquel, ferro, manganês, ouro, titânio, vanadio, gás. De acordo com um estudo etíope feito há poucos anos, a Eritréia produzia 60 por cento dos minérios que a Etíopia comercializava. Não é a toa que o presidente do DERG (órgão que governa a Etiópia), coronel Menjistu Haile Marian, disse em discurso: "Queremos a terra da Eritréia, e não o povo eritreu".

Quando a FLE bombardeou a região de Asmara, a Nipon Corporation, a Agip Oil Company e a Teneco American Company foram obrigadas a parar a exploração, respectivamente, de ouro, petróleo e gás. Desde 1975, essas empresas vêm acompanhando de perto o desenvolvimento da luta na Eritréia. Assim que a guerrilha mostrou sua força, elas começaram a ignorar o governo etíope e procurar contato com os rebeldes. Chegaram a oferecer enormes quantias de dólares à Frente de Libertação, para poderem continuar explorando as minas. A Frente, no entanto, recusou a oferta. Na verdade, o programa econômico da FLE prevê a presença de companhias estrangeiras no país. Mas os guerrilheiros preferem primeiro obter a independência total, para depois firmar acordos; e isto somente com as empresas que não pretendam agir em setores-chaves da economia.

Os pequenos pioneiros

Passei a tarde do dia seguinte com os "pioneiros": cerca de 400 garotos e garotas que me fizeram uma incrível demonstração de acrobacia militar. Um deles comandava, através de gritos orgulhosos para a tropa infantil - são os futuros guerrilheiros e os futuros soldados do futuro exército da Eritréia. Entre eles, vislumbrei a pequena Semret (apelido que em língua tigrina quer dizer unidade), menina de 12 anos, que havia me preparado o spagueti e chá do almoço.

Semret foi encontrada vagando e chorando após uma batalha perto de Asmara, no mato. Tinha perdido toda a família, massacrada pelas tropas etíopes que, em debandada, fugiam do ataque da Frente de Libertação de uma pequena cidade perto de Asmara. A FLE se encarregou dela e agora sua família são aqueles garotos, que fazem sua próprias comida, lavam sua roupa e vigiam - os maiores - os prisioneiros de guerra.

A formação de grupos de "pioneiros" é recente, mas já está sendo feita em todas as cidades libertadas. Quando passei por ali, Grasgew, o presidente dessa organização, contou que já estavam preparando uma equipe que pretendiam enviar ao Festival da Juventude, em Havana.

As luzes elétricas de Tessanei surgiam cada vez mais perto. A próxima noite dormiria numa das cidades libertadas.

LOTEAMENTO CLANDESTINO

Os limites atuais e os horizontes do movimento de bairros em São Paulo. É a segunda parte da reportagem que começou na semana passada.

A Coordenação do Socorro - núcleo que centraliza os movimentos de bairro na zona sul de São Paulo, uma região de moradores assalariados - começa a sofrer os primeiros reflexos do crescimento da organização popular. Apareceram tantos bairros novos procurando reuniões do Socorro e isso está provocando uma crise. "Não estamos suficientemente organizados para absorver tantos bairros que surgem", diz um dos participantes. Sofrem assim o risco de ir abandonando os bairros mais velhos.

Diante disso a Coordenação está procurando formas organizatórias mais dinâmicas e representativas entre os moradores. Estava preparada só para orientar uma luta específica, a do loteamento clandestino, onde a advocacia, as instruções jurídicas, trâmites legais e troca de experiências ocupam o lugar principal e quase exclusivo.

Por isso vários bairros já não sentem muita necessidade de comparecerem a todas as reuniões. As lideranças que nasceram na luta do loteamento não têm participado nem renovado a Coordenação. Têm ficado no bairro tocando outros problemas: "Hoje, estamos voltados para fazer um balanço profundo de nossos métodos. A principal proposta é descentralizar a assistência jurídica e experiência de luta. Levar isso ao bairro fazendo até cursos sobre as leis que envolvem o problema, ao invés de trazer o povo inteiro aqui no Socorro para isso. No Socorro pretendemos fazer reuniões mais amplas para discutir assuntos que atinjam todo mundo. É uma proposta para a centralização política do trabalho da Coordenação. Por isso é importante que os bairros participem com mais representatividade na Coordenação", define um morador o processo de superação desta primeira crise na Coordenação.

No Socorro, já se sente a necessidade de unificar também os recursos para a organização de bairro. "No bairro vem muita gente querer ajudar nossa luta. Muitos vêm achando que vão resolver os problemas prá nós. Outros vêm ajudar compreendendo que somos nós que temos que brigar. Estes compreendem mais a importância da organização e da consciência política dos moradores".

Participação boa provoca organização

A luta de bairro está muito voltada para resolver problemas cruciais dos moradores. Para isso são muito úteis e indispensáveis, conhecimentos de advocacia, medicina, sociologia, pedagogia, para identificar os problemas e fundamentar as exigências. É preciso, além de ler e escrever, conhecimentos científicos e teóricos sobre muitos problemas específicos. Esse conhecimento não está entre os moradores, muitos deles analfabetos ou simplesmente alfabetizados.

Na Coordenação um morador já alertou para os problemas que isso pode provocar: "Nós temos que dirigir o trabalho do advogado. Não podemos ficar tão dependente dele. Não pode mais acontecer de reuniões de bairros serem desmarcadas porque o advogado não vai poder vir, como se não tivessemos condições de definir por nós mesmos o que fazer". O movimento ainda não tem uma política para saber que trabalho e que orientação indicar aos que querem ajudar. Sabe que o lugar principal não é a coordenação e que esta pertence aos moradores e seus representantes. Mas

Os amigos do bairro

"No bairro vêm muita gente querer ajudar nossa luta. Muitos vêm achando que vão resolver os problemas prá nós. Outros vêm ajudar compreendendo que somos nós que temos que brigar."

não definiu ainda uma linha de trabalho para os grupos de teatro, de cinema que estão dramatizando o problema do loteamento; alfabetizadores e outros que querem ajudar. "Todos têm que ir pro bairro e se colocarem a serviço das comissões de bairro. É lá que tem as coisas mais importantes prá fazer" afirma um membro da Coordenação.

Sobre este aspecto outros moradores também opinam: "A participação é boa quando provoca a organização. Não pode substituir o morador, fazer muitas coisas que deveriam ser feitas pelos moradores. Isso acaba não permitindo que as lideranças nascentes se formem, se desenvolvam. Se isso acontece, quando essas pessoas mudam, levam com elas tudo que sabiam. Não fica nada no bairro e vai ser preciso recomeçar tudo de novo. Por isso a contribuição mais importante é o método de trabalho. O jeito de fazer as coisas."

Evitar o paternalismo

Se é preciso fazer um boletim prá reclamar dos ônibus, falta gente prá escrever esse boletim, faltam informações prá saber as causas políticas e econômicas desse problema e a população precisa saber disso porque o problema do ônibus ela já conhece, mas as causas não conhece. "O importante não é quem escreve, mas a discussão do problema e suas causas na comissão do bairro. Aí qualquer um vai saber e poder escrever", afirma outro morador.

E continua: "Quem tem algum conhecimento tem que transmitir esse conhecimento". Se não houver um método para levar essa ajuda aos moradores ela vai acabar não sendo ajuda, pois acaba intimidando o morador e fortalecendo os preconceitos da ideologia dominante de que uns fazem o trabalho manual, outros o trabalho intelectual. Outro morador vai mais longe: "Eu sou novo no bairro. Moro aqui por necessidade pois trabalho aquí mesmo. Mas como eu tenho mais formação escolar o pessoal da comissão quer que eu faça as coisas que eles não sabem fazer. É mais ou menos assim que eles falam: você que é inteligente faça isso, você que sabe escrever faça aquilo, você que sabe falar melhor vai nos representar na Coordenação, e assim por diante. Mas eu não tenho aceitado isso e aos poucos eles vão concordando comigo. Na Coordenação resolvi não ir, tem que ir um morador mais antigo e mais relacionado no bairro. Então eles assumiram e estão fazendo tão bem como pensavam que eu faria".

O paternalismo não aparece só nas relações com os não-moradores. "A gente mesmo da comissão sofre o problema. Muita gente acha que a comissão vai resolver tudo, que já estamos fazendo tudo certo. Muitos ainda não percebem que a comissão é de moradores, deles também. Temos que ficar se cuidando para não sermos paternalistas e não aceitar essa falsa representatividade".

As comissões sabem também que se vier mais moradores vão ter um grande problema de organizar tarefas para todos: "Ainda não temos uma divisão de trabalho para poder oferecer. Problemas temos . Coisas prá fazer existem.

Nós temos planos de promoções de lazer, discussões de problemas trabalhistas, custo de vida, etc. Mas ainda estamos desorganizados. Quando há um problema, uma tarefa, a comissão inteira só se ocupa daquilo, às vezes durante muito tempo fica todo mundo fazendo uma só coisa, as mesmas coisas. Enquanto isso as outras tarefas vão esperando. Vão ficando só nos planos. A gente cai nesse imediatismo que nem as discussões e estudo a gente consegue organizar"

José Luiz Brum

Rumo à independência

A história do movimento de bairro em São Paulo é pobre em experiências de organização autônoma e independente dos moradores. O próprio movimento operário nunca se estendeu ao bairro como uma continuação das lutas sindicais e de fábricas. Para o bairro e seus problemas tem sobrado só a falsa generosidade do assistencialismo social das classes médias e altas da cidade. Isso, além da ação demagógica, ineficaz e paliativa de órgãos do governo, ou os redutos eleitorais com seus cabos eleitorais, para distribuirem ilusões, jogos de camisetas para os times locais e promessas de soluções individualizadas para os problemas da periferia.

É dessa forma que ao invés de soluções o bairro só recebe estes mecanismos de dominação política, econômica e ideológica, por parte das classes que estão no poder. As Sociedades Amigos de Bairros, SABs, das quais existem muitas em São Paulo, são os melhores exemplos dessa dominação. Elas vieram ocupar o espaço vazio, a falta de canais próprios e independentes do morador se expressar, se organizar e reivindicar. Nelas os moradores têm participação ativa e decisiva. Foram impostos esses organismos fantoches que nos bairros cumprem o papel que o sindicalismo, atrelado ao governo, cumpre no movimento operário. O governo prestigia essas sociedades e elas preparam o bairro para a aceitação e submissão ao governo. É um mercado de influências que atrai e usa moradores ambiciosos. Em alguns bairros, como no Parque das Imbuias, a SAB está funcionando paralelamente com a Comissão de Bairro. Não é à tôa que esta, por ser democrática e independente, é a que está crescendo entre os moradores.

Hoje começa a surgir, pela luta, esses organismos independentes que mobilizam diretamente os moradores, com a consciência crescente de que só os moradores, coletivamente, encontrarão, por si mesmos, as saídas que buscam. Mas estes moradores olham para trás e não encontram experiências anteriores, raízes de lutas do passado que possam ajudar no presente. Têm que inventar tudo. Olham para o futuro com muita esperança mas sem muita certeza do lugar onde chegar.

As barreiras são enormes, dentro da consciência do morador, que sem habito associativo, de luta coletiva, tem pouca consciência política. Não tem confiança na possibilidade da união e da força que pode construir com seus iguais. Por isso fica na espera que alguém de cima, alguém que seja mais sabido que ele e seus companheiros, traga as soluções. Esperam soluções paternalistas daqueles que estão por cima sem perceber que se existe alguém em cima é porque tem muita gente em baixo trabalhando para eles. Eles nunca terão interesse em acabar com esta situação privilegiada. Mudar esta situação e a consciência do morador é a principal característica e tarefa que o movimento de bairro está tendo hoje.

A organização de bairro caminha junto com a organização de todos os setores populares. Só que no bairro a organização tem aspectos próprios da condição de moradia que envolve muitos outros problemas. Quando os operários fazem uma reunião exigindo melhores condições de vida, eles vão ter que lutar para conquistar isso. A maioria dessas lutas vai ser no bairro, ou a partir do bairro, pois a maioria dessas reivindicações estão ligadas à moradia: escolas, saúde, ônibus, etc. Por isso o bairro precisa que esses operários organizados no sindicato ou na fábrica também se organizem no bairro. O mesmo exemplo vale para outros moradores: bancários, professores, comerciários, etc. O bairro não é isolado dos outros problemas da sociedade. Só que no bairro os problemas atingem todo mundo. Desde o comerciante que lucra vendendo mais caro para o morador até aqueles mais pobres, que pagam aluguel. Todos têm interesse nas melhorias. E claro que há mais firmeza no operário-morador, ele não quer melhorias para valorizar seu imóvel, mas prá morar melhor, por isso vai acreditar mais na força coletiva dos moradores. É por isso também que o movimento se fortalece mais junto aqueles que sentem mais necessidades.

Em busca de definições

O movimento de bairro já começa a sentir que precisa de algumas definições básicas para manter sua unidade, e que está faltando uma linha política de objetivos mais gerais.

A paciência tem sido o esteio principal daqueles que estão acreditando na importância da organização popular independente nos bairros e sabem que ela não é facil. Todos acreditam que é o tempo e o processo mais geral de politização da sociedade que vão permitir a definição mais clara do papel do movimento de bairro na sua integração com o restante das outras lutas populares. Entretanto o movimento já começa a sentir que precisa de algumas definições básicas para manter sua unidade, e que está faltando uma linha política de objetivos mais gerais.

Um exemplo claro disso é que a luta do loteamento ainda é pela legalização dos lotes, por uma exceção à Lei Federal que proíbe lotes menores que 250 metros quadrados. O movimento ainda se propõe à mudança dessa lei, por isso sua área de atrito é mais com as imobiliárias do que com o Estado, o governo e a estrutura geral das leis opressivas e exploradoras. Da mesma forma o movimento não combate o outro aspecto dessa lei, aquele que coloca nas mãos da iniciativa privada a responsabilidade pela construção de benefícios urbanísticos nos bairros e que desobriga o governo, as instituições estatais, dessa obrigação. Enquanto existir e predominar essa lei sempre havera loteamentos clandestinos, do mesmo jeito que existem nas outras grandes capitais brasileiras, muito embora o movimento venha crescendo em experiências e conquistas forçando o governo a legalizar lotes que não estão de acordo com a lei. É claro que o movimento de bairro tem suas características e dificuldades próprias. O processo de seu crescimento já diz que serão os moradores que definirão os rumos do movimento. Certamente a definição de suas bandeiras mais gerais de luta capaz de unificar todas as forças do bairro e responder ao problema do loteamento e todos os outros que a ele estão ligados também serão definições desse processo.

"A estrategia que até agora conseguimos definir é a conscientização - revela um membro da coordenação conscientizar o morador para ele tomar nas suas mãos a solução de seus problemas". Como exemplo, é interessante notarmos que o movimento operário já quer a destruição da lei antigreve, da lei do arrocho salarial e da lei que atrela a organização sindical ao governo, embora o movimento operário também esteja começando a se reorganizar, estas têm sido as bandeiras que vêm unificando seu movimento, chegando já a exigência da liberdade para a organização de partidos autenticamente operários. Mas o movimento de bairro, apesar de suas características próprias, não é estranho ao movimento operário e por certo os avanços que estes conquistarem trarão profundas modificações na perspectiva de definição do movimento de bairro.

Semana que vem, a última parte da reportagem. As eleições parlamentares de novembro de 78 e o que representam para o movimento de bairro.

OS CANDIDATOS

Democracia não é ilusão

Ele é lavrador em Cataguases, na Zona da Mata mineira, e sai como candidato a deputado estadual pelo MDB, com apoio de vários setores oposicionistas do estado. Seu nome: Humberto Rezende. Aqui, o anteprojeto de programa que as bases desta candidatura estão discutindo, para aprovação ao final de agosto.

A publicação é uma sequência da divulgação das candidaturas populares, que EM TEMPO vêm fazendo há algumas edições.

"No Brasil, a bandeira da democracia e da liberdade pertence aos trabalhadores, ao povo, a todas as classes e camadas sociais que sofrem na carne a opressão e a exploração.

Democracia é mais que o direito de falar sem ser incomodado, é bem mais que o direito de participar de partidos políticos livremente organizados ou de sindicatos desatrelados do Estado. Democracia, é isto também. Democracia é o direito de viver, de trabalhar e receber salários acima do custo de vida. Democracia é também o direito à terra para os lavradores que nela trabalham e que dela nada desfrutam.

Democracia é sobretudo um povo controlar e desfrutar a riqueza que ele cria no trabalho. Não pode haver democracia enquanto as riquesas permanecerem nas mãos dos monopólios, nas mãos do grande capital nacional e do imperialismo.

Democracia não é uma ilusão. Antes de tudo é uma luta. Essa luta é de todos os trabalhadores, da cidade e do campo, é de todo o povo. Organizado, ele derrota a opressão. Unido, ele é poderoso. E no Brasil de hoje a luta por LIBERDADES DEMOCRÁTICAS E POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA unifica todos aqueles que querem o fim da opressão e da exploração, todos aqueles que querem o fim do regime, já.

Luta pelas liberdades democráticas

Que reivindicações fazem as forças sociais que lutam pelas liberdades democráticas? Elas querem a convocação imediata de uma ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE livremente eleita, soberana, democrática e popular, com direito de voto estendido aos analfabetos, soldados e marinheiros.

Constituinte significa o fim do regime. A convocação da Constituinte deve ser precedida da conquista de todas as liberdades políticas, tais como: a anistia ampla, geral e irrestrita; fim das torturas e das perseguições políticas; abolição dos órgãos de repressão do Estado; abolição imediata de todas as leis de exceção; abolição da Legislação Sindical; direito de greve; organização de comissões de fábricas para fiscalizarem o regime de trabalho; direito de livre associação para todos os trabalhadores e funcionários públicos e demais setores oprimidos; reconstrução da UNE e das UEEs; direito de livre expressão e manifestação e de organização de partidos políticos para os trabalhadores e demais setores oprimidos.

Isto conseguido significa a derrota e a abolição do regime. Se não for assim, qualquer Constituinte eventualmente convocada não será uma Constituinte popular e soberana, será uma fraude, uma caricatura de Constituinte.

Uma Constituinte livremente eleita será tanto mais popular quanto mais força tiverem os trabalhadores e o povo em geral para realizarem na luta os seus interesses econômicos, sociais e políticos. Uma Constituinte, por si só, se fôr avançar a conquista das liberdades políticas de organização e expressão, no entanto, ela não é suficiente para abolir as formas de opressão e de exploração. É por essa razão que a luta por liberdades políticas se combina com a luta por melhores condições de vida e trabalho, pela reforma agrária e pela abolição da dominação imperialista e monopolista.

Luta por melhores condições de vida e trabalho

São todas as lutas travadas pelos trabalhadores da cidade e do campo, pelos assalariados em geral, pelos intelectuais e artistas, pela igreja comprometida com o povo, pelas mulheres, pelos jovens, pelos negros, enfim, por todos aqueles que desejam construir uma sociedade mais justa e igualitária. Luta por melhores condições de vida é, portanto, a luta pelo salário e pelo trabalho; é a luta pela elevação civil da mulher, do indígena e do negro; é a luta pela terra para quem nela trabalha; é a luta pelo fim da dominação e exploração monopolista e imperialista.

O salário e o trabalho

Por que se batem hoje os sindicatos mais combativos, as oposições sindicais, as pastorais operárias, a Ação Católica Operária, as Associações de Bairro, os Clubes de Mães, o Movimento do Custo de Vida e os Grupos de Compra? O que significa a luta por melhores condições de vida?

Todos estes movimentos, cada qual à sua maneira, lutam globalmente ou parciamente pelo fim do arrocho salarial e por uma política de salários decidida em negociações diretas entre patrões e operários através de sindicatos livres; pelo contrato coletivo de trabalho, pela reposição salarial e por reajustes trimestrais de acordo com os aumentos do custo de vida; pelo salário profissional e por salário igual para trabalho igual. Lutar pela plena estabilidade no emprego; pela saúde e educação pública e gratuita; por uma política tributária de acordo com os interesses dos assalariados; por melhores condições de transporte a baixo custo; pelo direito de morar com dignidade; por uma política de proteção ao menor e à família dos trabalhadores; pelo congelamento imediato dos preços dos gêneros de primeira necessidade e dos serviços básicos; e luta também pela defesa da natureza, do meio ambiente e pelo fim da insalubridade e poluição nos locais de trabalho.

Exigir a elevação civil da mulher significa lutar pela valorização da mão-de-obra feminina, com igual salário para trabalho igual, e lutar por condições que permitam o trabalho da mulher, como por exemplo a formação de creches nos locais de trabalho ou nos bairros.

A elevação civil dos indígenas significa a luta pela demarcação de áreas geográficas e reservas indígenas, o fim dos "arrendamentos" que terminam sempre em grilagens; o respeito às suas formas comunitárias de produção e de posse da terra; o direito à autodeterminação e à cultura própria dos povos indígenas.

A elevação civil dos negros significa direito igual ao trabalho e ao salário; valorização da cultura negra e fortalecimento dos movimentos negros que propugnem a eliminação do racismo e a unidade entre trabalhadores e o povo em geral.

Luta pela reforma agrária

A luta pela posse da terra no Brasil está na ordem do dia, em todo o país. Por isso entendemos que democracia é também a entrega imediata da terra aos lavradores, posseiros, parceiros, pequenos arrendatários que nela trabalham. Democracia é também o fim dos impostos excessivos sobre a pequena propriedade e sua produção, uma política de proteção ao pequeno produtor através de crédito e comercialização e pelo combate à especulação; assistência tecnica e desenvolvimento de uma tecnologia agrícola para o pequeno produtor; extensão das conquistas dos trabalhadores da cidade para os trabalhadores do campo; igualdade salarial para os trabalhadores do campo com relação aos da cidade.

Pelo fim da dominação monopolista e imperialista

É a luta pelo fim dos incentivos ao grande capital estrangeiro e nacional; pela estatização e **controle social** *dos monopólios de produção e de comercialização da carne, alimento, leite, rações, óleos vegetais, em benefício dos trabalhadores e do pequeno produtor e dos consumidores. Luta também pela estatização e controle social das indústrias produtoras de insumos básicos, petróleo (prospecção, produção e comercialização), petro-química e químico-farmacêutica; pela estatização e controle social do comércio exterior e dos bancos; pelo não pagamento da dívida externa; pela estatização e controle social das riquezas minerais e das minerações.*

Por último, por ser o regime de dominação do capital monopolista uma forma de exploração que se estende a muitos países, nos declaramos solidários com as lutas dos povos por sua libertação."

Aparte

Cartas, críticas, sugestões, apartes, etc, para: rua Mateus Grou, 57 – Pinheiros, São Paulo – CEP: 05415. A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esforço para não ultrapassar 50 linhas de texto datilografado, na base de 70 toques por linha. E mais: solicita-se que os correspondentes dêem seus nomes e endereços completos.

O campo baiano, ao contrário do que as aparências possam indicar, vem se capitalizando com alguma rapidez, inimaginável há dez ou doze anos. De repente começaram a expulsão de centenas e centenas de posseiros da terra que ocupavam, a èvidenciar a chegada do capital, com toda a violência que isso invariavelmente implica. Foi sobretudo durante o "milagre brasileiro" que esse processo ganhou intensidade, redundando no assassinato de muitos trabalhadores e mais recentemente (ver EM TEMPO nº 2) do advogado Eugênio Lyra, que defendia os posseiros em Santa Maria da Vitória.

O Eldorado dos investidores tem sido a região do Médio e Além São Francisco, principalmente pelo fato de que ali, nos últimos anos, tem havido um maciço investimento de governo em infra-estrutura de um modo geral, sobretudo estradas. E nessa área a preferência é pelo gado. Mas, também nas micro-regiões centrais do Estado, o cápital reagrupa as pequenas propriedades, expulsa os antigos donos e os converte em assalariados para o plantio de café. No Extremo-Sul, a Vale do Rio Doce investe em reflorestamento e modifica as relações de produção. É o cacau, cada vez aprofunda mais a sua característica de produção nitidamente capitalista. Dessa maneira, pensar em capitalismo na Bahia, não se resume a pensar no Centro Industrial de Aratu ou Pólo Petroquímico, mas num processo rápido de expansão, que está em andamento, a envolver o conjunto do Estado.

A VIOLÊNCIA DO CAPITAL ASSALTA CAMPO BAIANO

"A gente vivia inté assossegado por aqui, sem muita riqueza é verdade, mas nóis ia passando com fartura. Adispois, de uns tempos prá cá, uns dez anos mais ou menos, é tanto avião avoando aqui pro riba que a gente já vive assustado. Depois o que se vê é os hôme chegar e dizer que é prá nóis deixar as terras que é tudo dele. Adonde já se viu uma coisa dessa moço?"

Joaquim José Vieira, morador no município de Brejolândia, no Oeste baiano, há mais de 30 anos, pai de 6 filhos, descreve dessa maneira a chegada dos novos investidores na região do Além São Francisco, uma espécie de Eldorado baiano nos dias atuais.Ele, como a maioria dos posseiros e pequenos proprietários da área, vê apenas a ponta da corda mas não sabe que por detrás da serra tem um carretel do tamanho do mundo.

Joaquim Vieira ignora que a partir das nove horas da manhã, depois que ele já vai longe na limpa do seu roçado , nos confortáveis gabinetes encerrados nos arranha-céus de alguma avenida importante do País, na própria Esplanada dos Ministérios, ou quem sabe, em alguma outra metrópole situada muito além das fronteiras brasileiras, as terras que ele e seus milhares de companheiros ocupam, à custa de tinta e papel, passam a pertencer a alguma Agropastoril S/A.

À tardinha, quando Jaoquim volta do roçado, puxando a coluna por um, dando-se por satisfeito com a jornada realizada durante o dia, e cheio de esperança começa a pensar na colheita, lá na cidade grande, provavelmente nesse mesmo horário, os acionistas da Agropastoril S/A acabam de conseguir a aprovação do projeto, com benefícios dos incentivos fiscais, ou de créditos especialmente abertos para investimentos na região e, também cheios de esperanças, aguardam o momento de partirem para a área.

À noite, enquanto Vieira dorme seu sono, aprofundado sempre mais pelo cansaço da labuta diária, bem distante dali, em algum salão de festas, alguns senhores vestidos de preto, ao costume do luto, recebem seus convivas para um coquetel comemorativo do lançamento de mais um projeto agropecuário. Ao amanhecer do novo dia, Joaquim Vieira nem suspeita que aquele foi o seu último sono tranquilo, que dali em diante a sua vida está transformada num sonho dantesco.

Os aviões começam a perturbar o silêncio do espaço. Logo depois, uma turma de trabalho aparece abrindo picadas no seu roçado com a tranquilidade de quem pisa o chão da própria casa. E nem adiante protestar. Os homens são trabalhadores e estão apenas cumprindo a tarefa ajustadas com os outros homens que chegaram no avião. Dali a pouco, a intimação do Delegado de Polícia; é a primeira ordem para deixar as terras.

Vieira, pai de família, conhecido na redondeza como "Quinca Rezador", nunca bebeu, jamais desfez de pessoa alguma, pelo que carrega justo orgulho, tenta mostrar ao Delegado que há mais de 30 anos que ocupa aquela terra junto com os seus companheiros e tem certeza absoluta que ali nunca teve outro dono a não ser eles. Vieira não convenceu o Delegado, mas nem pensa em deixar a sua terra e muito menos imagina que a partir desse momento é um "infrator da lei".

Vem a segunda intimação, vem a terceira. E, desgraça maior, a primeira prisão, a segunda. A desonra do espancamento e do rumoroso processo judicial. O Juiz exige as provas de que Vieira é proprietário e a sua única verdade são seus trinta anos de trabalho na terra, o suor fértil derramado no chão que nunca pensou em abandonar. Mas o juiz, indiferente a isso, prefere legitimar como proprietários pessoas que nunca tinham sido vistas naquelas freguesias, somente porque exibem um Título Definitivo de Propriedade, expedido pela antiga Delegacia de Terras da Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia.

Daí em diante, o restante da história é muito fácil de adivinhar. Se não for o despejo judicial, será a força do jagunço ou a força policial que o tirarão de sua terra. Os efeitos menos danosos que podem advir para os milhares de posseiros que são desalojados são uma indenização irrisória e uma retirada para alguma vila em acelerado crescimento às margens das novas estradas que foram abertas pelo Governo para apoiar os investimentos agropecuários na região, ou quem sabe, a capital distante, Salvador.

De Posseiros a assalariados

Há alguns anos, mais de dez, mas sobretudo na fase do chamado "milagre brasileiro", o campo na Bahia começou a sofrer transformações significativas, com investimentos maciços nas áreas que, a grosso modo, poderiam ser denominadas de pré-capitalistas, como é o caso do São Francisco, onde os assalariados eram poucos e o número de posseiros, enorme. Os investidores vinham do Sul, de Salvador, de Recife e de vários outros cantos, atraídos pelo crédito fácil, como o Proterra, e pela sólida infra-estrutura que o Governo começava a montar na região.

Ao lado da procura das terras virgens de práticas nitidamente capitalistas, houve o aprofundamento das estruturas capitalistas naquelas áreas onde as relações já se davam sob a égide da contradição entre o capital e o trabalho, como é o caso da região cacaueira, onde a tendência é cada vez mais para uma agricultura baseada em técnicas racionais e na exploração quase que exclusiva da força de trabalho assalariada.

Se não é correto minimizar a existência, ainda, de milhares e milhares de posseiros espalhados por toda a Bahia e a forte presença quantitativa do minifúndio, já é também impossível desconhecer que a agricultura baiana começa a tomar outra face, a caminhar no sentido de uma capitalização crescente, com as naturais consequências desse processo, a mais palpável das quais é a marginalização de verdadeiras multidões de posseiros, que, de alguma forma, engrossam e o exército de assalariados do Estado, na cidade ou mesmo no campo.

Os grandes capitais que estão chegando à Bahia visam não apenas a exploração do gado ou do café, mas também a aquisição de terras boas e baratas que ao longo dos anos vão sendo altamente valorizadas pelas obras de infra-estrutura que o Governo vai realizando em torno delas. Além disso, tem sido fácil e simples conseguir crédito junto aos vários programas oficiais para a agricultura.

De 64 projetos aprovados pela Sudene para a Bahia, entre os anos de 1967 a 1977, destinados à atividade agropecuária, num total aproximado de Cr$ 570 milhões, os oito maiores são responsáveis pela quantia de Cr$ 353 milhões e pela propriedade de 169.325 hectares. Esses oito projetos geram, ao final, apenas 715 empregos, ao custo aproximado de Cr$ 500 mil por trabalhador. A área média das empresas fica em torno de 21 mil hectares, o que indica que cada homem ficaria responsável por 222 hectares.

Essa pequena amostra demonstra que os investimentos são poupadores de mão-de-obra, estando a relação entre o capital e o número de trabalhadores empregados quase que no mesmo nível dos parques industriais mais avançados do País. As fontes de financiamento são bastante diversificadas. Ao contrário do que se poderia imaginar, a Sudene não é a única a beneficiar os investidores, com os seus 34/18. A Bahia é ainda contemplada com recursos do Proterra, tendo o Estado conseguido abocanhar, no ano de 1973, mais de 50 por cento do dinheiro que foi liberado pelo programa.

Não se pode esquecer a existência do PROVALE que, apesar de compreender também o apoio aos governos estaduais para a construção de obras de infra-estrutura, como a construção de estradas, prevê também apoio à iniciativa privada, como sistema de irrigação por gravidade ou por açudes. Outras fontes não devem ser ignoradas como Sudepe, Embraer, IBDF, linhas de financiamento para seringais (Probor) e o Banco do Nordeste e do Brasil, com linhas de crédito especiais para o setor agropecúario.

O Estado ainda é contemplado com o Polonordeste, programa destinado, em tese, a apoiar os produtores de baixa renda, assim como o Projeto Sertanejo, com o mesmo objetivo. O primeiro atua através de Projetos de Desenvolvimento Regional Integrados (PDRIs) em áreas consideradas "bolsões de pobreza", prevê financiamento a propriedades de zero a 50 hectares para o desenvolvimento da agricultura e o apoio, em alguns casos, a propriedade de 50 a 300 hectares para pequena pecuária, como no Vale do Rio Paraguaçu. Iniciativas da mesma natureza estão sendo tomadas na área de Santa Maria da Vitória, a partir de 1977, no município de Coribe. Coincidentemente, são hoje as regiões mais conflagradas da Bahia.

No Vale do Rio Paraguaçu. grande parte da bacia está sendo disputada por grandes projetos de cafeicultura, pecuária e está em andamento a instalação de uma usina para a fabricação de álcool anidrido, a ser extraído da mandioca. Esta é uma região vista com carinho pelo Banco Mundial, cujos técnicos, em passagem recente por Salvador para avaliar projetos que o banco financiaria, provocaram um grande debate na escala do poder estadual, pois condicionavam a ajuda à implantação da "reforma agrária". É interessante observar que tanto a lavoura cafeeira como a produção de mandioca vão demandar muita mão-de-obra e se ela não for assalariada permanentemente os lucros das empresas poderão ser bem maiores.

Assim, acredita-se que esse apoio à pequena propriedade indiciaria a necessidade, no futuro, de os trabalhadores terem uma complementação para a sua sobrevivência, já que serão empregados temporários das lavouras de café e mandioca. Alguns técnicos vinculados á agricultura vão mais longe chegando a afirmar que não está descartada a hipótese de que esta seja uma estratégia montada com o objetivo de, apoiando as pequenas propriedades com créditos, se torne mais fácil reagrupar a propriedade na região, já que mais cedo ou mais tarde os lavradores, pela impossibilidade de pagar as dívidas, teriam que entregá-las ao banco.

Velha idéia

Entre todas as regiões baianas, a que mais tem sido beneficiada com investimentos têm sido a do Além São Francisco. Lá também é que têm ocorrido os maiores casos de grilagem, não por acaso, e muitos assassinatos, o mais divulgados dos quais foi o do advogado Eugênio Lyra, morto por pistoleiros a mando dos capitalistas da área. Essa investida de capitais, claro, não é desconhecida do Governo Federal. Ao contrário, foi por ele estimulada.

Ainda em fins de 1972, início de 1973, foi promovida uma visita de empresários do Centro-Sul do País à região, patrocinada pelos Ministério do Interior e o então Ministério do Planejamento. No documento elaborado pelo Instituto de Planejamento da Fundação IPEA, manifesta-se a esperança de "que as informações sintetizadas possam dar uma noção do potencial ainda inexplorado da região e das oportunidades de investimento que aí existem". Em depoimento à CPI da grilagem que se desenrola, na Assembléia Legislativa baiana, a advogada Lúcia Lyra, viúva de Eugênio Lyra, no mês de abril passado, lembrou que o documento fala do clima, das qualidades do solo, do baixo preço da terra, da infra-estrutura montada pelo Estado, "falaram de tudo enfim, mas não mencionaram nem de leve que toda a região estava ocupada por prósperos pequenos lavradores".

A construção da Barragem de Sobradinho, no Rio São Francisco quase na divisa com Pernambuco, um lago cujo volume d'água é quinze vezes superior ao da Baía da Guanabara, mas gerou também o desespero para cerca de 20 mil famílias, que tiveram de ser remanejadas para dar lugar ás águas e cujo destino foi o mais variado possível e colocadas sempre numa situação pior que a anterior. Os projetos de irrigação dirigida, de responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - Codevasf - atingem apenas cerca de 100 famílias, a maioria delas vindas de outras áreas do Nordeste, depois de rigorosamente selecionadas.

Estas famílias produzem na base do que se poderia chamar de agricultura de contrato, ou seja, as safras são orientadas conforme a demanda da Cica e Frutos Tropical ou algum outro grupo industrial ou comercial. Praticamente o benefício deixado por essa atividade para os antigos moradores da região é a oportunidade do trabalho assalariado nas parcelas dos colonos. É curioso observar que muitos dos antigos moradores da área onde foi instalado o projeto são hoje trabalhadores diaristas dos novos moradores.

Nas demais áreas, onde ainda existem as pequenas unidades de economia familiar, resta a disputa pela permanência na terra, cada vez mais difícil devido à força dos novos investimentos que estão chegando à região fortemente apoiados por incentivos da Sudene, Proterra ou mesmo baseados em capitais próprios, a hipótese mais rara. A Agrovale - Agro-Industrial Vale São Francisco S/A - está se implantando na região com uma comunidade industrial para produção de açúcar e álcool e para isto será necessário cobir de cana uma área de aproximadamente 10 mil hectares. As obras de infra-estrutura para a grande empresa já estão em andamento e um grande contingente de trabalhadores, à medida que estão deixando as suas terras pelo efeito da desapropriação, já é assalariado da cana.

Para a região do São Francisco baiano, convergem investidores de todas as partes do País. Grande parte dos empresários hoje presente na área é proveniente de Pernambuco, alguns deles nomes muito conhecidos. O empresário e ex-governador de Pernambuco, Nilo Coelho, é um deles. Segundo os comentários da área, os irmãos Coelho têm terras no São Francisco a perder de vista. Uma das empresas de Nilo Coelho na área é a Nova Terra Alimentos S/A, com sede em Cotegipe, voltada para a pecuária de corte e seleção, com investimento previsto de cerca de Cr$24 milhões, dos quais Cr$ 18 milhões foram financiados. Somente essa propriedade ocupa 22 mil hectares.

Importante destacar que a maioria das iniciativas na região está voltada para a pecuária extensiva, o que pressupõe grandes extensões de terra e pouca mão-de-obra. Até na denominação, percebe-se o caráter capitalista dos empreendimentos. Já está longe o tempo das fazendas. Hoje o que existe são as Cia. Vale Rico S/A, Cia. Agro-Pastoril Industrial Vale Fértil S/A, Carbrasa-Carnes do Brasil. S/A, Granvale S/A, Coribe Agroepcuário S/A, todas elas, entre dezenas de outras, presentes no São Francisco, destruindo as relações pré-capitalistas antes predominantes.

No Extremo-Sul baiano, a tônica também já vem sendo dada pelo trabalho assalariado, implantado sobretudo a partir da chegada na região da Flonibra - Empreendimentos Florestais S/A, do Grupo Companhia Vale do Rio Doce e coligadas, que abriu escritórios em todas as cidades da área para gerir o plantio de eucaliptos, que vão cobrindo o chão dos antigos roçados ou repondo a outrora exuberante floresta de pau-brasil, dizimada pela indústria de serrarias, ainda bastante vigorosa. De todas as cidades e vilas partem ao romper do dia, caminhões e mais caminhões de trabalhadores para os campos de reflorestamento da Flonibra e outras empresas menores que plantam capim ou para empreendimentos voltados para a expansão da lavoura cacaueira.

Outras áreas

Esta, que tem Ilhéus e Itabuna como centros maiores, tem se desenvolvido, principalmente nos últimos anos quando os preços subiram e quando o Governo, através da Ceplac, decidiu jogar dinheiro nas mãos dos cacauicultores para o programa de renovação dos cacauais, que envolve alguns milhões de cruzeiros. Nessa região, se localiza a agricultura mais capitalizada do Estado e toda ela calcada na exploração da força de trabalho assalariada.

Outro arranque capitalista foi dado pelas micro-regiões centrais do Estado, Vitória da Conquista a Morro do Chapéu, que ainda experimentam a febre do café, "obedecendo" às diretrizes do Governo Federal de descentralizar a produção cafeeira. Nessa região, as pequenas propriedades, quando não foram reagrupadas em propriedades nitidamente capitalistas, se tornaram celeiros de mão-de-obra assalariada para o café durante os meses em que não há trabalho permanente na lavoura de subsistência.

Estrutura de poder

O Estado, compreendido aqui de modo mais amplo, joga um papel fundamental na expansão e penetração do capitalismo no campo baiano. Os marcos fundamentais são traçados pelo Governo Federal, sobretudo as grandes dotações de recursos para unir a trama dos vários programas que, no final, resultam na concentração das terras nas mãos de uns poucos capitalistas, na transformação rápida dos pequenos lavradores em trabalhadores volantes ou em verdadeiros párias, para, em seguida, serem novamente alcançados pelo sistema para a exploração da sua força de trabalho.

O Governo Estadual tenta ajustar a sua programação às determinações federais e mesmo providenciar os requisitos institucionais para possibilitar o florescimento das grandes decisões como foi o caso, por exemplo, da Lei de Terras que, se possibilitou ao Estado um maior controle sobre as suas terras, na medida em que todas elas foram passadas para o domínio público até prova em contrário, colocou os pequenos lavradores em situação difícil porque se criou todo um ordenamento jurídico e burocrático inteiramente estranho aos camponeses, capaz de transformá-los, como tem ocorrido, de proprietários efetivos a invasores.

Resta ainda a conivência, a inoperância ou ausência do chamado Poder Judiciário, crescentemente se colocando ao lado dos grandes, já que a legislação, de alguma maneira, sempre os favorece. As administrações municipais tentam alcançar a população pobre, expulsa de sua terra, com assistência médica, programas especiais de alimentação, entre outras práticas assistenciais, com o objetivo evidente de minimizar os efeitos da violência praticada pelo capital.

Dessa maneira, não se pode dizer que a Bahia seja a mesma de ontem ou que o seu desenvolvimento capitalista se resume ao Centro Industrial de Aratu ou ao Pólo Petroquímico. Hoje, de alguma forma estimulados pelo desenvolvimento industrial, muitos empresários caminham para o campo e começam a transformá-lo e a provocar o aumento do número daqueles que têm apenas a sua força de trabalho para vender. Estes, ou engrossam as fileiras dos proletários rurais ou buscam as grandes cidades para encontrar emprego na indústria, na construção civil, ficando, contudo na maioria das vezes como um subempregado, já que não há o mínimo de condições de se absorver o enorme contigente que chega às áreas urbanas.

Reportagem de Antônio Dias e Emiliano José

Foto de Aghiberto C. Lima